



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

Ano XCVI – Nº 816 – JAN/FEV/MAR/ABR de 2011



AS REFORMAS POMBALINAS E A CONQUISTA DO ESTADO PORTUGUÊS

NEY PAES LOUREIRO MALVASIO

OS CORPOS DE ORDENANÇAS E AUXILIARES NOS DOMÍNIOS ULTRAMARINOS

CRISTIANE FIGUEIREDO PAGANO DE MELLO

PORTUGAL E A GUERRA CONTRA OS HOLANDESES

MARCELLO LOUREIRO



Detalhe do óleo sobre tela
Batalha dos Guararapes,
de Vítor Meireles (1879).
Acervo do Museu Nacional
de Belas Artes.

EDITORIAL

Este número, o primeiro a contar, na organização do conteúdo, com a colaboração efetiva da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), centra suas atenções na visão político-estratégica lusa — consubstanciada na forma como defendeu, manteve e consolidou sua colônia no continente americano — como fundamento histórico da Política de Defesa Nacional (PDN).

Dessa forma, o artigo do mestrando Felipe Duarte Balocco dá início à aproximação com a PDN, ao expor o estudo de caso em que analisa a atuação das Forças Armadas na 2ª Guerra Mundial como instrumento da política externa brasileira. A partir da página 40, três artigos compõem o bloco em que se identifica a preocupação do reino português com as relações político-militares na defesa de seus interesses de Estado, em particular no que concerne ao Brasil.

O Estado Nacional brasileiro contemporâneo está presente em outros quatro trabalhos, em que se traduzem as preocupações com a Lei de Inovação Tecnológica, com duas estratégias nacionais — a da Dissuasão e a de Defesa — e com uma estratégia regional sobre a Amazônia sul-americana.

Na matéria que trata da terceirização da guerra, o campo nacional se vê ampliado até a dimensão internacional.

Esperando corresponder às suas expectativas, desejamos uma boa leitura!

SUMÁRIO

GÓIS MONTEIRO E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL.....	3
<i>Felipe Duarte Balocco</i>	
FACES DA ESTRATÉGIA DA DISSUAÇÃO.....	15
<i>Reinaldo Nonato de Oliveira Lima</i>	
A LEI DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA.....	21
<i>Reis Friede e André Carlos da Silva</i>	
A CRISE NO ORIENTE MÉDIO E A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA.....	28
<i>Heitor Freire de Abreu</i>	
AS REFORMAS POMBALINAS E A CONQUISTA DO ESTADO PORTUGUÊS.....	40
<i>Ney Paes Loureiro Malvasio</i>	
OS CORPOS DE ORDENANÇAS E AUXILIARES NOS DOMÍNIOS ULTRAMARINOS.....	52
<i>Cristiane Figueiredo Pagano de Mello</i>	
PORTUGAL E A GUERRA CONTRA OS HOLANDESES.....	69
<i>Marcello Loureiro</i>	
REGIÃO, FRONTEIRAS E REDES ILEGAIS.....	76
<i>Lia Osório Machado</i>	
A GUERRA NO SÉCULO XXI OU A TERCEIRIZAÇÃO DA GUERRA.....	90
<i>Natália Aruguete e Walter Isaia, de "Página 12"</i>	

Góis Monteiro e a Segunda Guerra Mundial

As Forças Armadas como personagem na política externa Brasileira¹

Felipe Duarte Balocco*

O presente trabalho se debruça sobre a política externa brasileira durante o período conhecido pela historiografia como Estado Novo (1937-1945), voltando-se especificamente para o processo de inserção brasileira nos constrangimentos que levaram à eclosão da Segunda Guerra Mundial, até a efetiva participação do país no esforço de guerra, com o envio da Força Expedicionária Brasileira para o território italiano.

No que se refere à produção acadêmica a respeito do tema aqui proposto, percebe-se o que, até certo ponto, pode ser entendido como um consenso nos debates a respeito dos interesses e valores referentes às idéias e opções adotadas, por fim, pelo governo brasileiro. Para elucidar a questão, é interessante antes retomarmos o conceito de *Sistemas de Poder*, que, cunhado por Gerson Moura, tornou-se um norte para os estudos relacionados ao tema.

Entendo por *Sistemas de Poder* uma constelação de Estados, composta de um centro hegemônico (grande potência) e sua respectiva área de influência (Estados alinhados subordinados). A direção geral do Sistema é dada naturalmente pelo centro hegemônico, mas as relações que este mantém com os alinhados subordinados são muito diferenciadas. O dinamismo das relações políticas não permite pensar a unidade do sistema senão em termos de estabilidade provisória, que permite sua reprodução em meio a uma grande variedade e fluidez de situações.²

Tal premissa, pedra fundamental de diversas abordagens da política externa nesse novo momento do Governo de Getúlio Vargas, é também base para a percepção de uma *equidistância pragmática*³ adotada pela cúpula do país em relação aos centros hegemônicos que buscavam impor sua influência ao Rio de Janeiro: de um lado, os Estados Unidos da América, que percebiam cada vez mais a necessidade de romper com a idéia de isolacionismo consolidada ao longo de sua história e, de outro,

* Bacharel em História, especialista em História Militar Brasileira pela UNIRIO.

¹ O presente artigo é uma adaptação do trabalho de conclusão do curso de pós-graduação *lato sensu* em História Militar Brasileira, promovido pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro em parceria com o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, intitulado "O Posicionamento Brasileiro na Segunda Guerra Mundial na Produção Intelectual de Góis Monteiro".

² MOURA, Gerson. *Autonomia na Dependência: A Política Externa Brasileira entre 1935 e 1942*. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1980.

³ Idem. *Sucessos e Ilusões: Relações Internacionais do Brasil Durante e Após a Segunda Guerra Mundial*. Editora Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1991.

a Alemanha Nazista, que apostava em um projeto de cunho expansionista. A aproximação do Brasil a um ou outro centro hegemônico se dava de acordo com condicionantes relacionadas às vantagens materiais possíveis de serem conquistadas, por mais que, pelo menos até o ataque japonês a Pearl Harbor, em dezembro de 1941⁴, a opção tenha sido pela manutenção de uma posição de ambiguidade, lucrando assim com o fato de estar na interseção de dois centros que buscavam atraí-lo através de benefícios de toda sorte. Isso não impediu, no entanto, a formação de grupos no seio do governo com as mais diversas perspectivas a respeito das melhores opções a serem tomadas pelo Brasil no que tange a esse processo de alinhamento.

De maneira geral, e seguindo a linha traçada pela ideia da equidistância pragmática, tem-se entendido uma divisão entre duas posições. Uma primeira seria a favor de uma aproximação a Washington e teria como liderança a figura do Chanceler Oswaldo Aranha, se apropriando de ideias nascidas com o Barão do Rio Branco e vinculadas, em maior ou menor grau, com as ideias de democracia, livre comércio e união continental. Já a segunda posição buscaria uma aproximação com a Alemanha, estando essencialmente vinculada à ideia de soberania nacional, defesa territorial e coesão social, apropriando-se, entre outros casos, das ideias de Alberto Torres. Os principais líderes desse grupo seriam o General Dutra, Ministro da Guerra, e o General Góis Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército e o foco deste trabalho daqui em diante.

Com essas questões em mente, o trabalho se ocupa de pensar o posicionamento brasileiro através da produção intelectual de Góis Monteiro,

trabalhando-o como pensador e produtor da política externa brasileira, de modo a fazer uma releitura do esquema dicotômico exposto acima.

Prelúdio da Guerra

Ao assumir o comando do Estado-Maior do Exército, em janeiro de 1937, o general busca dar continuidade ao projeto varguista de reestruturação das Forças Armadas através não apenas de uma renovação material, mas também baseado em um reposicionamento ideológico. Segundo o próprio, cabia ao Exército a imposição de duas ideias que julgava impraticadas até então: “uma diretriz única e uma necessária continuidade”. Em seu extenso relatório a respeito das condições das Forças Armadas, escrito em 1938, Góis argumenta que, apesar do constante melhoramento do Exército a partir de 1934, ano da nova constituição, novos desafios emergiram diante do contexto internacional e do desenvolvimento tecnológico, de modo que se faziam necessários avanços mais largos do que os conquistados desde então. Em uma primeira análise a respeito das condições das Forças Armadas em 1938, Góis diz:

O Brasil era um país que não poderia defender-se no terreno militar, pois lhe faltavam indústria de guerra, combustível e todos os demais meios indispensáveis para sua própria defesa. Mandeí, imediatamente, um relatório ao governo, expondo essa situação alarmante. O Ministro Dutra e o Presidente da República ficaram também alarmados, apesar de o Chefe da Nação ser um tanto cético relativamente à possibilidade de poder o país ser levado à guerra... Tive de convencê-lo [sic] que uma nação como a nossa não provocava a guerra, mas, talvez por isso mesmo, fosse arrastada pelas circunstâncias, na

⁴ Após os eventos de Pearl Harbor, os Estados Unidos intensificaram seu esforço de guerra, embalados por uma forte influência popular. Washington, desse modo, aumentou a pressão sobre seus aliados para a definição de seus respectivos papéis no conflito. ALVES, Vagner Camilo. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: História de um Envolvimento Forçado*. Editora PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2002.

legítima defesa dos seus interesses, a participar de um conflito armado (...).⁵

Nesse ponto, Góis trabalhava a idéia de uma tradição pacífica, idéia que abordou com constância em sua produção intelectual, tomando a lembrança da Guerra do Paraguai como exemplo de que “a guerra sacrificará o presente com empecimento do futuro, retardando assim a evolução nacional”.⁶ Tal posição não impede, entretanto, o fato de que

sofremos (...) a reação de tendências que se erguem de vários lados, em nossos dias, agravadas por uma corrida armamentista sem precedentes e um desenfreado espírito de conquista territorial, que nada respeita e que não podemos encarar sem patriótico temor, possuindo, como possuímos, um imenso território, pouco povoado, mal defendido, em cujo seio se encontram todas as riquezas cobiçadas por nações fortes, ambiciosas de dar expansão a raças empreendedoras, que se comprimem em países já exíguos para as populações carentes de matérias-primas.⁷

Diante de uma visível instabilidade no plano internacional, Góis Monteiro entendia caber ao país uma política defensiva, adotando a neutralidade e a solução pacífica de conflitos. Tal proposta consistia na incapacidade brasileira de, no curto prazo, se aparelhar de modo a atuar no nível das demais potências estrangeiras. Mas se refere também a questões referentes à própria soberania do território brasileiro. Em sua produção intelectual, principalmente na obra *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército*, Góis constrói uma argumentação que trata do Brasil como um país incapaz de proteger suas fronteiras, que, por sinal, não podiam nem se considerar consolidadas. Nesse sentido, justifica-se a preocupação do general no que se

refere a “levar em linha de conta a potência militar das nações vizinhas e a diretriz que imprimem a sua política internacional, porquanto, preparados para enfrentar uma guerra continental, estaremos (...) em condições de defender eficazmente o território nacional, em caso de agressão provinda de outro continente”.⁸ Nesse sentido, o general colocava a compreensão das capacidades militares do país em relação às dos demais países sul-americanos, e grande parte de sua percepção da política militar brasileira se refere ao relativismo com a Argentina e o Chile, principais rivais do Brasil na busca pela hegemonia regional. Góis vai além, e chega a sugerir a possibilidade de uma aliança entre Argentina, Paraguai e Uruguai contra o Brasil.

Trata-se aqui de uma questão fundamental para o Estado-Maior do Exército pós-1937, e Góis Monteiro chega à minúcia de expor, em seu estudo, trechos completos de planos argentinos em caso de guerra com o Brasil. Busca-se, nesse sentido uma estratégia de defesa contra tal risco. De tal maneira que o planejamento defensivo, em linhas gerais, se estabeleceria dentro de dois pontos básicos:

possuir, em tempo de paz, um exército bem mais forte que o argentino e manter as tropas de cobertura com efetivos aproximados dos de guerra; ter o máximo de forças localizadas na Região Sul do país e próximo aos prováveis teatros de operações.⁹

Tais projetos, porém, esbarravam no gargalo da necessidade de reaparelhamento do exército do Brasil, problema tão grave que Góis chega a proclamar estar o país praticamente desarmado, incapaz de prover minimamente as necessidades defensivas de seu extenso território.

⁵ COUTINHO, Lourival. O General Góes Depõe. Editora Coelho Branco. Rio de Janeiro, 1955.

⁶ Arquivo Getúlio Vargas. CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, confid. 1938.02.07

⁷ Ibid.

⁸ Ibid.

⁹ Região Sul e fronteira do Mato Grosso.

A eclosão do conflito bélico europeu, em 1939, constitui um novo ponto para a análise de Góis Monteiro a respeito da conjuntura internacional. Ainda que o foco de suas análises continue a se concentrar dentro de um contexto prioritariamente latino-americano, faz-se necessário trabalhar o balanço geral, tendo em vista mais um novo complicador, pois, conforme afirma em estudo a respeito dos reflexos da guerra na região, os países continentais “estão atravessando um período de aguda efervescência política, cuja causa profunda reside na violenta transmutação que se opera no Velho Continente”¹⁰. Sentiam-se, naquele momento, os reflexos do famoso discurso de Getúlio Vargas realizado no dia 11 de junho¹¹, de modo que se vivia no Brasil uma situação de apreensão com relação à postura de seus vizinhos continentais, principalmente Uruguai, onde, segundo Góis, o Brasil estaria sendo denominado de “o país quinta coluna na América do Sul”, e Argentina, que também buscava uma renovação do aparato militar.

Guardadas as devidas proporções, os Estados Unidos também se reaparelhavam militarmente em uma velocidade que o general julgava ser impressionante. Importa a atenção dada a Góis Monteiro a respeito da manifestação de repúdio da Alemanha a respeito da posição estadunidense de que os países europeus deveriam manter uma posição de não interferência no hemisfério ocidental, manifestação essa que provocou suspeitas

não apenas ao Estado-Maior do Exército do Brasil, mas também a Washington. Sua interpretação nos parece muito coerente:

A decisão da Alemanha teve extraordinária repercussão nos círculos diplomáticos latino-americanos: é óbvio que, em caso de vitória ou predomínio do Reich, os Estados Unidos tudo têm a temer de uma guerra econômica¹² de efeito moral para os fundamentos de sua atual organização.¹³

Em tom alarmado, Góis Monteiro dá a sua compreensão geral da situação enfrentada pelo Brasil:

Esta série de informações — além de outras da mesma cadeia, já do conhecimento de V. Exa. — mostra a gravidade latente da situação na América do Sul, e que será progressiva à medida que os acontecimentos da guerra europeia repercutam no continente, não sendo impossível que, de um momento para outro, cheguem a ser críticas ou embaraçosas as relações entre os países mais importantes, pelas divergências suscitadas. Não passará de quimera alguém querer afirmar que pode se responsabilizar pela segurança nacional se o Brasil continuar no ritmo inalterável de retardamento em que se tem colocado, inadvertidamente deixando de operar transformações radicais exigidas pela evolução acelerada do século, mesmo à custa de duros sacrifícios e concretizadas nas medidas atinentes à sua preparação moral, material e espiritual, pela renovação de seus valores e quadros de organização político-social — a fim de obter o rendimento do trabalho nacional proporcional às necessidades da sua segurança, não apenas de efeito nominal ou de escasso alcance, para a resolução do problema existencial na nação.¹⁴

¹⁰ Arquivo Getúlio Vargas. CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, c 1940.07.11.

¹¹ Trata-se de um discurso realizado a bordo do encouraçado Minas Geraes, quando o presidente Getúlio Vargas faz um discurso de aparente apoio aos países fascistas, que vinham até o momento conquistando esmagadoras vitórias. MOURA, Gerson. *Autonomia na Dependência: A Política Externa Brasileira entre 1935 e 1942*. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1980.

¹² Góis Monteiro se refere, nesse ponto, à disputa comercial envolvendo Estados Unidos e Alemanha a respeito dos mercados sul-americanos, que se mostrou especialmente complexa na Argentina e no Brasil. Especificamente no caso brasileiro, foi essa situação que possibilitou a política de equidistância pragmática, conforme já abordado anteriormente. ALVES, Vagner Camilo. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: História de um Envolvimento Forçado*. Editora PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2002.

¹³ Arquivo Getúlio Vargas. CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, c 1940.07.11.

¹⁴ Arquivo Getúlio Vargas. CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, c 1940.07.27/1.

Nesse sentido, pode-se concluir que, ao menos no período inicial do Estado Novo, o foco de Góis Monteiro se concentra, não no conturbado cenário europeu, mas, no concerto sul-americano, onde os perigos pareciam se fazer mais presentes. É importante termos em conta dois fatos. Por um lado, a percepção das necessidades das Forças Armadas vem, pelo menos, desde 1930, quando se dá a revolução tenentista. Um período bem distante, assim, para que se faça qualquer previsão a respeito da eclosão de uma guerra das dimensões da vista em 1939. Por outro lado, em 1938, não havia meio de se fazer uma leitura do concerto internacional de modo a prever possibilidade de alastramento de um conflito eminentemente europeu para o continente americano, e para o Brasil em particular. Na realidade, a idéia de se construir uma defesa continental no nordeste do país contra os países do eixo é muito mais dos Estados Unidos do que do Brasil propriamente dito. Até a proposta de Washington, do estabelecimento de bases na região, a II Guerra Mundial ainda surgia como um problema distante e sem relação com as necessidades brasileiras. Tanto assim é, que as negociações e o acordo comercial estabelecido com a indústria de armamentos alemão Krupp, em 1938, se deram desvinculadas de questões ideológicas, que em breve permeariam o triângulo Alemanha-Brasil-Estados Unidos.¹⁵ É apenas a partir desse momento que Góis Monteiro começa a trabalhar no sentido de relacionar anseios regionais e mundiais como faces de uma mesma moeda, de modo a expandir as margens de possibilidades de vantagem perante Roosevelt e Marshall.

Embora a apreensão do chefe do Estado-Maior do Exército com relação à capacidade militar ar-

gentina se mostre evidente em seus escritos, Góis Monteiro adota uma postura amena em sua atuação diplomática. Conforme percebemos em seu encontro com o general argentino Abraham Quiroga, por ocasião de sua viagem ao país vizinho¹⁶ em 1938, Góis adota uma postura de acordo com o Ministério das Relações Exteriores¹⁷, abordando a integração pan-americana como foco:

Senti, perfeitamente, que os poucos pontos de desconfiança remanescentes das dúvidas seculares criadas pela inteligência obscura do Tratado de Tordesilhas, ou pela desinteligência pessoal de um ou outro de nossos homens públicos, acham-se completamente desvanecidos, e consolidado a fundo o recíproco trabalho de concórdia e cooperação das nossas últimas gerações. E, em boa hora, na mais oportuna circunstância histórica, estamos fortificando estes laços da política de boa vizinhança e de cooperação. Mais do que nunca, urge preparar a unidade continental dos espíritos e a alma da resistência para defendermos, num esforço comum, um patrimônio comum de idéias e de sentimentos, de tradições e de aspirações.¹⁸

Ao jogar todas as inseguranças e instabilidades que permeiam a instável relação bilateral Brasil-Argentina para o passado colonial, Góis reafirma a idéia de uma posição de não beligerância corrente em seus trabalhos, expandindo-a para o plano da política internacional. Trata-se também de evitar uma escalada bélica ou um posicionamento mútuo mais agressivo; motivo, aliás, em grande parte, do convite feito a Góis para que visitasse a Argentina, mesmo em meio a uma conturbada conjuntura internacional. As relações entre ambos os países vinham-se degradando desde a tentativa brasileira de renovação de sua Armada, que foi

¹⁵ Arquivo Getúlio Vargas. CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, confid 1938.03.25.

¹⁶ Na ocasião em questão, Góis Monteiro ganha o título de *Honoris Causa* do Estado-Maior Argentino, tratando-se, assim, de um discurso de agradecimento.

¹⁷ Sobre a posição do Ministério das Relações Exteriores, ver OLIVEIRA, Henrique Altemani. *Política Externa Brasileira*.

¹⁸ Fundo Góis Monteiro. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, SA 563/049-97.

agressivamente questionada por Buenos Aires até que o negócio fosse, por fim, abordado.

A Guerra e a vinculação brasileira

Apesar de Góis Monteiro já visualizar no horizonte o que viria a ser a Segunda Guerra Mundial, talvez não estivesse preparado para o avassalador avanço das tropas germânicas sobre o território europeu ao longo de 1939. A sensação de Góis de que o mundo nunca mais seria o mesmo depois daquilo fica nítida na seguinte passagem:

As surpreendentes e incomparáveis vitórias das armas germânicas a despeito da tenacidade tradicional do Império Britânico, marcam necessariamente um fim de ciclo na História dos povos. Admitindo seja a vitória final alemã, quer outra solução qualquer para o atual conflito, o mundo será reestruturado sobre novas bases político-social [sic] e econômicas com modificações profundas e reflexos imprevisíveis para a pluralidade dos povos débeis. O Brasil não se acha por forma alguma em condições de — pelo atraso do seu aparelhamento militar em terra, no ar e no mar, e por outras razões reconhecidas ou ignoradas — atender às duas hipóteses formuladas pelo Estado-Maior do Exército, simultâneas ou separadas de: 1ª Guerra no Continente; 2ª Defesa de seu extenso e tão exposto litoral.¹⁹

Diante de um problema tão complexo e da situação das Forças Armadas brasileiras, que julgava despreparadas, Góis Monteiro dedica boa parte desse primeiro período de sua gestão no Estado-Maior do Exército na análise dessas deficiências e suas possíveis soluções:

Nossas possibilidades em homens são bem expressivas, e no teatro sul-americano, sob esse ponto de vista, estamos em situação privilegiada. Essas vantagens

porém, de nada nos serviriam se não cuidássemos dos seus problemas correlatos — transportes, vias de comunicações e armamentos, material de toda espécie, mobilização industrial e agrária, instrução da tropa de reservas etc.²⁰

É com base nas necessidades militares e na incapacidade nacional de atendê-las que se dá o interesse do Estado-Maior do Exército em se relacionar com outros países, especialmente países que julgava mais avançados militarmente e, desse modo, capazes de dar soluções, através de acordos — comerciais ou não —, a esses problemas. Nesse sentido, se deram as negociações acerca dos armamentos com a Alemanha através dos marcos de compensação, que teve seguimento até que surgisse uma oportunidade mais atraente, que foi ganhando corpo através da aproximação diplomática dos Estados Unidos, já no contexto da formação de sistemas de poder antagônicos, que colidiriam na II Guerra Mundial.

Nesse ponto, cabe atentar para a indistinção ideológica de Góis Monteiro frente ao que julgava ser necessário ao Brasil e sua defesa militar. Independente da opinião pública ou pessoal a respeito dos governos fascistas ou da democracia estadunidense, cabia naquele momento uma análise imparcial e distante “dos acontecimentos terríveis que podemos prever pelas doutrinas em voga”²¹. Uma perspectiva ideologicamente distante se relacionava não apenas com o modelo de equidistância pragmática no qual se debruçou a política externa brasileira, mas também dentro do projeto de Góis para a construção da identidade nacional por intermédio das Forças Armadas segundo particularidades e necessidades que não eram totalmente encobertas por nenhum dos regimes ideológicos constantes no cenário internacional²².

¹⁹ Arquivo Getúlio Vargas. CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, c. 1940.07.27/1.

²⁰ Fundo Góis Monteiro. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, SA 569/049-97.

²¹ Ibid.

²² Ver MOURA, Gerson. *Autonomia na Dependência: A Política Externa Brasileira entre 1935 e 1942*. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1980.

A partir de 1939, os debates a respeito de uma cooperação militar ganham mais força, no contexto da formação de um projeto de ação conjunta entre os estados-maiores do Brasil e dos Estados Unidos, o que originou a visita do General Marshall ao Brasil e, em contrapartida, a de Góis Monteiro aos Estados Unidos. A chegada da comitiva do General Marshall deu início a uma série de debates de âmbito estratégico, que se aprofundava à medida que ele e pessoas de sua equipe viajavam ao redor do Brasil para conhecer sua estrutura defensiva. A complexidade das questões e a aparente incapacidade do general norte-americano em saber em que pontos e em troca do quê os Estados Unidos contribuiriam para a defesa do litoral brasileiro fizeram com que as discussões fossem progressivamente evoluindo, quando, no retorno de Marshall, acompanhou-o Góis Monteiro, a bordo do navio estadunidense *Nashville*.

Em carta enviada a Getúlio Vargas durante a viagem em questão, Góis Monteiro se mostra bastante satisfeito com a “franca demonstração de amizade e interesse pelo Brasil”. Entretanto, a despeito do clima cordial, existiam negócios a serem tratados, que levaram o general à Casa Branca para uma conversa pessoal com Roosevelt. Havia urgência, disse o presidente, em restabelecer os limites das zonas de influência dos países mais fortes, sob pena de uma situação “fatal”. Nesse sentido, a questão da geopolítica sul-americana era o grande tópico da diplomacia norte-americana, principalmente a já citada proposta de atuação estadunidense no nordeste brasileiro. Sobre o reaparelhamento das

Forças Armadas do Brasil, foi seco: “tocou na possibilidade de cooperação com o Brasil, para o qual estariam os EE.UU. prontos a facilitar a aquisição do que necessitassem as suas forças armadas, ficando porém no terreno do lirismo”.²³

Paralelamente, o general brasileiro estava ciente da necessidade de avanços no debate com o Estado-Maior dos Estados Unidos, por conta de outras questões de âmbito político e econômico que estavam invariavelmente atreladas à militar. A Missão Aranha²⁴, que estava nos Estados Unidos no mesmo período, trocava informações frequentes com Góis Monteiro, e o próprio Ministro das Relações Exteriores do Brasil insistia que os acordos econômicos que buscavam, principalmente no que se refere à dívida externa, em grande parte dependeriam dos rumos das discussões militares.²⁵

Apesar de acreditar haver certa retórica no que concerne à disposição estadunidense de rearmar o Brasil, Góis Monteiro parece não ter dúvidas a respeito de qual deveria ser a posição do Brasil:

Pelo que tenho visto e conversado, não posso esconder minha grande admiração por esse Povo e agora estou convencido que não conhecemos suficientemente os EE.UU., convindo, a meu ver, estreitar mais nossas relações comerciais e culturais com eles e, no que diz respeito particularmente ao Exército, aconselho a vinda de um adido aeronáutico e de oficiais qualificados de Estado-Maior e das Armas, principalmente de aviação e artilharia.²⁶

Nesse sentido, a posição de Góis Monteiro parece não ser a de indecisão a respeito de qual “zona de influência” aproximar-se, questão que já se

²³ Arquivo Getúlio Vargas. CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, c 1939.07.07.

²⁴ Trata-se de uma comissão enviada aos Estados Unidos e liderada pelo Ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, onde se debateram acordos econômicos dentro de um contexto de guerra. Dentro dos termos da política de boa vizinhança do governo Roosevelt e a aparente indefinição brasileira no que se refere à aproximação ao sistema de poder estadunidense, o Governo Vargas foi capaz de lograr algumas vitórias através dessa Missão. Para maiores detalhes, ver MOURA, Gerson. *Autonomia na Dependência: A Política Externa Brasileira entre 1935 e 1942*. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1980.

²⁵ Arquivo Oswaldo Aranha. CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, cp 1940.10.14.

²⁶ Arquivo Getúlio Vargas. CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, c 1939.07.07.

mostra consolidada, mas de como tirar dela os maiores benefícios possíveis ou, pelo menos, vantagens em relação ao período anterior. Se entre Roosevelt e Góis Monteiro havia uma sintonia em relação à necessidade de defesa da América do Sul diante da possibilidade de uma ofensiva inimiga, a questão principal era saber como essa defesa se daria. Mais do que opções estratégicas, é em grande parte a decisão dessa questão que definiria o sucesso ou fracasso da política externa do Brasil. Ainda mais levando em conta o equilíbrio de poder sul-americano, outro ponto de preocupação de Góis Monteiro, especificamente no que se refere à Argentina.

Na leitura de Góis a respeito do assunto em questão, os Estados Unidos instalariam um ponto de atuação na América do Sul independente da aceitação ou não do Brasil em ceder o nordeste brasileiro. A Argentina seria a segunda opção dos militares estadunidenses, a qual, segundo o general, não hesitaria em aceitar a proposta de presença de militares norte-americanos em seu território. O General Marshall, chefe do Estado-Maior do Departamento de Guerra dos Estados Unidos, havia feito uma visita recente às Forças Armadas do Brasil e encontrou-as em um estado suficientemente deplorável para que Góis considerasse com ainda mais gravidade a possibilidade de uma “mudança de rumo para a Argentina, onde já existe, aliás, uma Missão Americana de Aviação”. A problemática aqui muda de figura: não é mais o que o Brasil pode vir a ganhar com a presença estadunidense, mas do que pode vir a perder sem ela. É a questão do equilíbrio de poder regional que dita um dos pontos-chave de sua argumentação a favor dos Estados Unidos.

Como já foi visto, a contrapartida alemã para um projeto de venda de armas para o Brasil através do comércio pelos marcos de compensação

havia-se mostrado, pelo menos até 1939, muito vantajosa para o Brasil dentro, das limitações inerentes à economia nacional. Nesse sentido, além da visita de Góis Monteiro aos Estados Unidos, planejava-se outra, desta vez à Alemanha, que, segundo o próprio, consistia em “assistir às manobras do exército alemão na Silésia”²⁷. No que se refere à política externa do Brasil, tal idéia emblemizava a política de equidistância pragmática, já conhecida; no que se refere ao projeto político de Góis Monteiro, aos anseios de reaparelhamento militar como política prioritária do Estado. A eclosão da guerra aumentou os investimentos norte-americanos em prol de vínculos mais estreitos com a América do Sul e o Brasil em particular. Ao mesmo tempo, aquele país se postava de modo mais crítico diante de uma relação com os países fascistas. Para Góis Monteiro, interessava saber se os Estados Unidos seriam capazes de suprir o espaço de vendedor que era ocupado pela Alemanha nazista.

Desse modo, ao chegar ao Brasil, Góis escreve ao General Marshall, afirmando de modo explícito os interesses e as limitações que competem ao Exército Brasileiro, tratando dos principais pontos a respeito do estabelecimento da posição estadunidense no nordeste brasileiro. O general brasileiro, entretanto, argumenta no sentido de vincular a eficiência da defesa continental, tanto às necessidades materiais do Brasil quanto à manutenção do concerto sul-americano, onde o país exerce papel hegemônico em relação aos demais e, em particular, à Argentina.

O Brasil prosseguirá a organização de suas Forças Militares com a brevidade que lhe permitirem seus recursos econômicos e financeiros, introduzindo as modificações que circunstâncias futuras exigirem, inclusive as sugestões que, porventura, venham daí neste sentido, tendo em vista o interesse comum da

²⁷ COUTINHO, Lourival. *O General Góis Depõe*. Editora Coelho Branco. Rio de Janeiro, 1955.

defesa dos nossos Países, muito particularmente no que diga respeito à liberdade das comunicações marítimas e domínio aéreo no Atlântico Sul (...). Para esse fim, o Governo brasileiro necessita conhecer ao certo até que ponto e em que condições contará com o Governo dos EE. UU. para o fornecimento do material de primeira urgência indispensável (...) sendo que as particularidades de preços e pagamentos não poderão ser nunca menos vantajosas para o Brasil do que as que até agora têm sido ajustadas e propostas pela Alemanha e outras Nações. (...) De qualquer forma, se o Brasil for envolvido em conflito armado ou si apresentar-se a iminência deste conflito, a sua posição geográfica e a sua situação no concerto dos países Sul-Americanos exigem preventivamente a concentração de duas Forças principais no Setor Sul do País, à condição que fiquem garantidas as comunicações marítimas e a integridade do Nordeste, e para esse fim as Forças Aéreas e Navais dos EE. UU. poderão utilizar-se das bases construídas pelo Brasil nos pontos mais convenientes, muito particularmente em Natal e Fernando de Noronha.²⁸

Após um período de compasso lento, finalmente se dá a resolução dos Estados Unidos de se renderem aos anseios brasileiros, em 22 de fevereiro de 1940. Coincide com o esfriamento da diplomacia brasileira na Alemanha, de modo que Góis Monteiro decide por cancelar sua visita ao Estado-Maior Alemão, justificando-se através da eclosão da guerra, selando definitivamente o alinhamento brasileiro. Os Estados Unidos naturalmente não contribuiriam para o reaparelhamento do Estado Novo sem a sensação de que a aliança estava consolidada, de modo que se entende o impacto avassalador com que a imprensa americana recebeu o discurso de Getúlio Vargas a bordo do *Minas Gerais*, em 1940. Nesse ponto, entretanto, tratava-se de uma grande aposta, cujo prêmio foi outra constante nos projetos de Góis Monteiro: financiamento para a construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda.²⁹

Assim, em 1941, conforme acordo realizado no ano anterior, uma equipe militar estadunidense foi ao Brasil tendo em vista a consolidação de um planejamento defensivo conjunto no litoral no país. Tal processo esbarrava no sempre presente receio brasileiro de perda de soberania de seu território e de idéias divergentes a respeito de métodos a serem utilizados; porém, o maior impedimento se deu já no fim das discussões, com o ataque japonês a Pearl Harbor e a consequente adoção de uma postura mais agressiva por parte dos Estados Unidos, o que os levou a adotar uma nova ordem de prioridade. Porém, foi fruto dessas discussões o primeiro convênio de cooperação militar entre Brasil e Estados Unidos já realizado, e que ainda permaneceria válido ao longo dos dez próximos anos. Nas vésperas do anúncio do corte da III Conferência de Chanceleres do Rio de Janeiro, Góis envia uma curta nota em que analisa de forma crítica as consequências de uma posição ríspida por parte do Brasil:

Não tendo havido anuência do E.M.E. acerca das consequências de caráter militar que, certamente, advirão do rompimento das relações diplomáticas com os países do "Eixo", com motivo da declaração de guerra aos EE. UU. e tendo a convicção de que essa atitude do Brasil nos levará, imediata e inevitavelmente, à guerra, venho por dever de consciência, afirmar, uma vez mais, a V. Excia. não estar o país suficientemente aparelhado em suas forças armadas para assegurar a defesa do nosso território.³⁰

Daí se conclui que o reaparelhamento militar brasileiro projetado pelo Estado-Maior do Exército, apesar de se construir levando em conta a II Guerra Mundial, que viveria o seu auge no ano de 1942, não se deu levando em conta uma participação direta no mesmo. De fato, a efetiva

²⁸ Arquivo Getúlio Vargas. CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, c 1939.08.08.

²⁹ MOURA, Gerson. *Autonomia na Dependência: A Política Externa Brasileira entre 1935 e 1942*. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1980.

³⁰ Arquivo Getúlio Vargas. CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, c 1942.01.24.

participação nacional na guerra, através da Força Expedicionária Brasileira, que combateria o fascismo em território italiano, é fruto de outra dinâmica de interesses e limitações dentro da conjuntura da política internacional na qual o Brasil estava imerso. A resposta alemã se deu, de acordo com a exposição de Góis Monteiro, através do afundamento de navios mercantes brasileiros por submarinos que começavam a patrulhar o Atlântico Sul a partir do segundo semestre de 1942, dando início à série de manifestações que dariam origem à declaração de guerra brasileira ao III Reich.

Considerações finais

Como se procurou atentar neste trabalho, a perspectiva do conceito de *sistemas de poder* ganha contornos muito particulares quando se pensa uma das principais instituições atuantes no cenário político do momento — as Forças Armadas do Brasil, na figura do General Góis Monteiro — como pensadora da política externa.

Um primeiro ponto a ser destacado é a idéia de um possível germanismo por parte das Forças Armadas, uma idéia que, neste estudo, se mostrou ultrapassada diante dos avanços nos estudos acerca do Estado Novo e sua política externa. Como se vê, o leque de opções de Góis se orienta pelo pragmatismo diante de objetivos práticos a serem buscados no curto prazo. Se inicialmente Góis defende o contato com os alemães, isso se explica pelo simples fato de se tratar, naquele momento, do único país capaz de fornecer material bélico para o Brasil. Percebe-se que Góis, na verdade,

não negava a importância dos Estados Unidos como parceiro prioritário do Brasil, entendendo-o como um país que, se não era aquele capaz de trazer maiores benefícios para o Brasil, era o com maior potencial para fazê-lo. Desse modo, quando Washington finalmente se mostrou capaz de fornecer material bélico ao Brasil e as negociações em torno da Siderúrgica foram concluídas, não havia outra opção de alinhamento em pauta.

Um segundo ponto a ser atentado é que o acirramento dos conflitos e a própria guerra são entendidos por Góis Monteiro como uma situação conjuntural que se mostra em segundo plano diante da soberania regional. Desde o primeiro momento, o planejamento militar brasileiro se constituiu através de uma disposição de tropas que se concentrava no sul do Brasil, visando a um possível conflito com a Argentina, que, ao procurar manter-se distante do sistema de poder pan-americano, gerava desconfiança no Rio de Janeiro. O litoral nordestino, ao contrário, que se vinculava em maior grau com a guerra européia e a possibilidade de um possível ataque nazifascista, ficou a cargo de militares dos Estados Unidos, que lá se instalaram.

Por fim, a título de conclusão, destaque-se que as Forças Armadas constituem, junto com o comércio e a diplomacia, pontos de atuação de um país no que tange à relação com outros. Assim sendo, as questões respeitantes a idéias relacionadas ao corpo militar também se mostram cruciais para a compreensão da política externa de determinado país. Espera-se que este trabalho possa contribuir nesse sentido, ainda que modestamente. ☉

Referências

Fontes Primárias (Arquivos Pesquisados):

ARQUIVO Eurico Dutra. CPDOC/FGV, Rio de Janeiro.

ARQUIVO Oswaldo Aranha. CPDOC/FGV, Rio de Janeiro.

ARQUIVO Getúlio Vargas. CPDOC/FGV, Rio de Janeiro.

FUNDO Góes Monteiro. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

Fontes Secundárias:

ACCIOLY, Hildebrando. **Raízes ou Causas Históricas do Pan-Americanismo**. Ministério das Relações Exteriores, 1953.

ARAÚJO, Maria Celina. **O Estado Novo**. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 2000.

ALVES, Vagner Camilo. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: História de um Envolvimento Forçado**. Editora PUC. Rio De Janeiro, 2002.

BANDEIRA, Moniz. **O Estado Nacional e a Política Internacional na América Latina: o Continente nas Relações Argentina-Brasil (1930 – 1992)**. Editora São Paulo. São Paulo, 1995.

BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História: Especialidades e Abordagens**. Editora Vozes. Rio de Janeiro, 2004.

BRADBURY, Malcolm & TEMPERLEY, Howard. **Introdução aos estudos americanos**. Forense Universitária. Rio de Janeiro, s/d.

BRAZIELLAS, Maria de Lourdes Motta. **Normas para Apresentação de Trabalhos de Conclusão de Curso, Monografia, Dissertação e Tese na Universidade**. Editora Gama Filho. Rio de Janeiro, 1998.

CARDOSO, C.F.S. & VAINFAS, R. (Org.) **Domínios da história**. Campus. Rio de Janeiro, 1998.

CARVALHO, José Murilo. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 2005.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior no Brasil**. Editora Atica. São Paulo, 1992.

COELHO, Edmundo Campos. **Em Busca de Identidade: o Exército e a Política na Sociedade Brasileira**. Editora Forense Universitária. Rio de Janeiro, 2000.

COUTINHO, Lourival. **O General Góes Depõe**. Editora Coelho Branco. Rio de Janeiro, 1955.

ESTADO-MAIOR do Exército do Brasil. **História do Exército Brasileiro: Perfil Militar de um Povo**. Estado-Maior do Exército do Brasil. Brasília, 1972.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. Editora Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

FERRAZ, Francisco César. **Os Brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 2005.

FREIXINHO, Nilton. **Instituições em Crise: Dutra e Góis Monteiro: Duas Vidas Paralelas**. Editora Bibliex. Rio de Janeiro, 1997.

HILTON, Stanley. **Oswaldo Aranha: Uma Biografia**. Editora Objetiva, Rio de Janeiro. 1994.

JULLIARD, Jacques - "A política", IN LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (Org.), **História: novas abordagens**. Rio de Janeiro. Editora Francisco Alves, 1976.

MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro 1889 – 1937**. Companhia das Letras. São Paulo, 2007.

MESSARI, Nizar; NOGUEIRA, João Pontes. **Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates**. Editora Elsevier. Rio de Janeiro, 2005.

MONTEIRO, Pedro Aurélio de Góis. **A Revolução de 30 e a Finalidade Política do Exército (esboço histórico)**. Editora Anderson. Rio de Janeiro, 1934.

MOURA, Gerson. **Autonomia na Dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942**. Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1980.

_____. **Estados Unidos e América Latina: As relações políticas no século XX: Xerifes e cowboys: Um povo eleito e o continente selvagem.** Editora Contexto. Rio de Janeiro, 1991.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. **Política Externa Brasileira.** Editora Saraiva. São Paulo, 2005.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo: Ideologia e Poder.** Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 1982.

PINTO, Sérgio Murillo. A Doutrina Góis: Síntese do Pensamento Militar no Estado Novo. IN: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo.** Editora Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1999.

PENNA, Lincoln. **República Brasileira.** Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1999.

REMOND, René (Org.). **Por Uma História Política.** Editora Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1996.

SILVA, Hélio. **O Ciclo de Vargas IX: Todos os Golpes se Parecem.** Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1974.

_____. **O Ciclo de Vargas X: Terrorismo em Campo Verde.** Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1974.

_____. **O Ciclo de Vargas XI: Véspera de Guerra.** Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. 1974.

_____. **O Ciclo de Vargas XII: Guerra no Continente.** Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. 1974.

SMITH, Peter Seaborn. **Goes Monteiro and the role of the army in Brazil.** Institute of American Latin Studies. Bundoora, 1979.

SODRÉ, Nerson Werneck. **História Militar do Brasil.** Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1965.

SUANO, José Ferrez. **Para Inserir o Brasil no Reino da História: O pensamento político e militar do general Góis Monteiro.** Editora Universidade do Amazonas. Manaus, 1999.



Editorial 2011

Coleção General Benício

DA CASA DO TREM À AMAN

Fragmentos da história da AMAN na visão de um cadete fundador
Gustavo Lisboa Braga

Obra que, nas palavras do autor, “visa à preservação da história da Escola Militar, tanto do passado — Casa do Trem, Largo de São Francisco, Praia Vermelha e Realengo —, quanto da atualidade — Academia Militar das Agulhas Negras”. Aqueles que um dia foram cadetes passarão pelas páginas desse trabalho, colocando as suas próprias lembranças sobre a narrativa do autor.

Edição comemorativa do bicentenário de criação da Academia Militar das Agulhas Negras.

Faces da estratégia da dissuasão

Reinaldo Nonato de Oliveira Lima ()*

RESUMO

O propósito do presente artigo é evidenciar os principais aspectos que conformam a Estratégia da Dissuasão.

PALAVRAS-CHAVE: Estratégia. Dissuasão.

ABSTRACT

The aim of this paper is to realize the main aspects which define the Deterrence Strategy.

KEYWORDS: Strategy. Deterrence.

Uma consideração teórica

Sempre que se aborda o tema Estratégia, é conveniente se proceder a uma recordação de seu conceito clássico, de modo a facilitar a compreensão dos aspectos — por sinal, bastante variados — que conformam sua concepção.

Segundo uma abordagem simplista, a estratégia se faz necessária para superar óbices que se antepõem ou que se possam antepor à conquista de um objetivo. Porém, ela não é apenas isso...

A estratégia é, na essência, uma formulação calcada em ações concretas, para superar ou contornar obstáculos de qualquer natureza, mas, também, para orientar a aplicação mais apropriada dos meios disponíveis para a consecução do propósito em pauta, qual seja, o objetivo.

Normalmente, a estratégia decorre de uma proposição política, de um objetivo estabelecido

ou de diretrizes emanadas de um nível decisório superior. Isso significa que a Estratégia é instrumento da Política, seja esta de Estado, seja de uma organização ou empresa.

Dentre vários, há três aspectos que devem ser ressaltados na formulação e na implementação de uma estratégia:

- 1ª) Qualquer estratégia deve ser dotada de flexibilidade. A estratégia não pode ser uma trilha, ou um trilho. Ela tem que ser uma formulação que admita adendos, variáveis. Segundo o Prof. Thomas Owen — do Colégio de Guerra Naval dos EUA —, “ter uma estratégia inflexível pode ser pior do que não ter nenhuma estratégia”, pois, no segundo caso, ainda persiste a possibilidade de se flexibilizarem as ações.
- 2ª) Não se concebe uma estratégia que não seja passível de se implementar mediante

(*) O autor é coronel da arma de Artilharia da reserva do Exército Brasileiro.

ações concretas, ou seja, que produzam resultados e que se ajustem aos meios disponíveis. Implícita neste aspecto, encontra-se a ideia de que a estratégia é indissociável de recursos (meios) que facultem sua implementação. Não há como conceber estratégias sem lhes atribuir os recursos necessários à sua concretização. Qualquer coisa diferente disso não é estratégia; talvez seja mera intenção.

- 3ª) A finalidade específica com que se formula uma estratégia irá, via de regra, definir sua “adjetivação”, como, por exemplo, estratégia da dissuasão, estratégia da aliança, estratégia da resistência etc.

Em síntese, pode-se afirmar que a Estratégia compete vislumbrar óbices, definir caminhos e aplicar meios em prol da consecução de objetivos. Ou, em outros termos, que a ela cabe inter-relacionar fins (objetivos), caminhos (ações) e meios, o que, diga-se de passagem, constitui tarefa bastante complexa, particularmente quando se desenvolve em níveis decisórios mais elevados.

A estratégia da dissuasão

Conforme se pode inferir de sua denominação, a estratégia da dissuasão tem por finalidade primordial induzir à desistência, persuadir a não se concretizar uma agressão (óbice), embora a persuasão tenha mais uma conotação de convencimento, enquanto que a dissuasão encerra a ideia de retaliação. Em outras palavras, pretende-se com essa estratégia evitar que o Estado seja alvo da concretização de uma ameaça, visível ou potencial, caracterizando-se, assim, a melhor forma de defesa de que um país pode dispor, que é estar resguardado de agressões em decorrência de uma contundente capacidade de reação.

A estratégia da dissuasão busca apresentar ao possível agressor a inutilidade de ele efetivar a

agressão, seja por lhe deixar evidente que não irá conseguir atingir seu intento, seja por lhe assinalar que terá que pagar um preço muito elevado para consegui-lo. Nesta segunda acepção, insere-se a denominada “estratégia da resistência”, que tem por foco imprimir sérios danos a um agressor dotado de poder muito superior ao do agredido, com nítido destaque para ações não convencionais de natureza militar.

A estratégia da dissuasão é eminentemente uma estratégia de segurança nacional, isto é, uma estratégia que visa a contribuir para que a nação se sinta resguardada de agressões, seja ao seu patrimônio seja aos seus interesses maiores, que se traduzem, embora sob variados matizes, por tudo aquilo que a sociedade mais anseia para o país.

Trata-se de uma estratégia que se assenta na credibilidade, tanto pela existência de um eficaz aparato bélico quanto pela percepção de que é real a vontade política de aplicá-lo em caso de necessidade.

Estratégia complexa que é, ela precisa ser entendida, para sua formulação, em toda a sua profundidade, como resultante de ações em todas as esferas do poder nacional e não apenas do emprego do aparato militar. Isso equivale a dizer que os meios de toda ordem, constitutivos do poder nacional, devem integrar a capacidade dissuasória do Estado, ressaltando-se, entretanto, que o fator mais contundente e explícito da estratégia da dissuasão é, sem dúvida, o poderio militar da nação. Sem ele, definitivamente não haverá dissuasão, por mais expressivos que sejam outros fatores, como os que serão abordados a seguir.

Na sequência das considerações até aqui abordadas, fica nítido que a estratégia da dissuasão não pode ser um engodo, uma aparência, uma simulação. Jamais! Não se deve apor à frente da casa a placa “Cuidado! Cão bravo”, quando não se dispõe do referido cão. Ou ela é consistente, real,

evidente, ou não existirá como tal e, consequentemente, não cumprirá seu papel primordial de dissuadir agressores.

Muitos são os aspectos que conformam a estratégia da dissuasão. O principal deles, conforme já ressaltado, é o poderio militar da nação, aqui entendido, basicamente, como as forças armadas e a base industrial de defesa, que proporciona consistência e efetividade ao aparato bélico. Forças armadas dependentes de material e implementos fornecidos por terceiros poderão não se sustentar em operações de guerra, diante da possibilidade de perder repentinamente sua capacidade operacional em decorrência do cerceamento de fornecimento de material bélico, pois, assim, se esvai a capacidade dissuasória do país. Sob esse enfoque, é conveniente lembrar-se de que o aliado de hoje pode vir a ser o adversário de amanhã. Portanto, um dos sustentáculos da estratégia da dissuasão é a existência de forças armadas bem equipadas e adestradas, à altura da magnitude do que devem, por injunção constitucional, defender, respaldadas naturalmente por uma infraestrutura logística que lhes assegure sustentação. Ora, quanto maior o valor do patrimônio a resguardar, quanto mais caros os interesses a defender, quanto maior protagonismo desempenhar no contexto internacional, tanto maior a necessidade do país de dispor de forças armadas compatíveis, o que não se obtém da noite para o dia. Há que se iniciar com muitos anos de antecedência para se conseguir um aparato defensivo como o que demanda, por exemplo, o Brasil.

Verifica-se no mundo um *lobby* muito forte para a produção de armamento militar, bem como um oligopólio restrito a poucos conglomerados de empresas produtoras, que dominam o mercado internacional de material de emprego militar. Este constitui um aspecto muito complexo para o nosso País e necessita um acirrado estudo por parte do governo e de empresários no sentido de

se implementar a base industrial de defesa. Não se pode perder de vista que um parque industrial desenvolvido e o domínio de tecnologias para alimentar os sofisticados sistemas de armas são aspectos fundamentais para proporcionar maior consistência à estratégia da dissuasão. Sem a fiança do Estado, muitas das empresas que se dedicarem a essa empreitada não terão condições de sobreviver e, assim, de assegurar a continuidade de produção e manutenção. Infere-se, portanto, que esta pode ser uma vulnerabilidade que afeta sensivelmente a estratégia da dissuasão.

Sob o enfoque político, a estabilidade institucional e a atuação harmônica dos Poderes do Estado, que geram confiabilidade nacional e internacional, também são fatores que contribuem para consolidar a capacidade dissuasória do país, pois reforçam o poder nacional e induzem terceiros ao respeito pela nação.

A extensão da influência exercida pelo país no concerto das nações é outro aspecto que se reflete no efeito dissuasório pretendido. E aí, cresce de importância a “arte estratégica” de acatar valores tomados como primordiais pela Humanidade e de conciliá-los com os interesses nacionais sempre que se verificarem pontos conflitantes entre eles. Não é produtor que, sob o “pretexto” da dissuasão, um país adote medidas que provoquem reações internacionais, a não ser que tais medidas sejam realmente imprescindíveis para se resguardarem a soberania ou os interesses vitais da nação.

Em termos sociais, a identidade cultural, ressaltadas as nuances regionais, e a coesão social são aspectos que facilitam a conformação da estratégia da dissuasão, pois facultam consensos ao se tratar de aspirações e interesses nacionais. Também no âmbito social, um amplo contingente populacional e um adequado sistema educacional contribuem para reforçar o poder da nação, com reflexos, ainda que indiretos, na capacidade de dissuasão.

Por outro lado, dissensões internas, movimentos separatistas, privilégios de minorias, leniência das autoridades com o descumprimento das leis e outras fraturas sociais comprometem a solidez do poder nacional e, como tal, a capacidade dissuasória do país.

Na área científico-tecnológica, o grau de desenvolvimento em que se encontra o país tem nítida influência no seu poder de dissuasão. O país que detém conhecimento de ponta, que investe suficientemente em pesquisa e desenvolvimento, que dispõe de *know-how* tecnológico certamente desfruta um considerável diferencial em termos de dissuasão.

A propósito, quando se aborda a temática de negociação entre países com transferência de tecnologia, particularmente na sensível área de material militar, há que se tomarem em consideração dois aspectos básicos:

- 1ª) o país receptor tem de ter condições técnicas e profissionais de assimilar a transferência;
- 2ª) após recebê-la, terá que prosseguir com pesquisas e desenvolvimento para aprimorar a tecnologia absorvida, sob pena de atingir, no futuro, novo patamar de obsolescência, tal o ritmo evolutivo das conquistas tecnológicas na atualidade.

Para sintetizar, o autor se reporta aqui a trecho de sua própria palavra, publicado no PADECEME do 3º quadrimestre de 2007:

A capacidade dissuasória advém de uma série abrangente de fatores, integrados, presentes em todas as expressões do poder nacional. Dentre eles, podem-se citar estabilidade política, solidez da economia, grande base territorial, infraestrutura viária e energética, coesão social diante dos valores e interesses nacionais, parque industrial expressivo, domínio de tecnologias de ponta, sistema educacional de qualidade, respeitabilidade internacional, alianças sólidas e tantos outros, mas, principalmente, poderio militar. Neste último, reside o cerne da dissuasão.

Uma vertente da estratégia da dissuasão que não pode deixar de ser considerada é a denominada “dissuasão indireta”, aqui elucidada mediante dois exemplos genéricos:

- Um país obtém dissuasão de agressões em decorrência de sólidas alianças com potências que lhe servem de “escudo protetor”. Este aspecto ressalta o inter-relacionamento das estratégias da aliança e da dissuasão. Porém, há que se considerar que a “solidez” da aliança poderá ser apenas conjuntural e, nesse caso, encerra vulnerabilidade para a dissuasão.
- Dois países com histórico de litígios ou em vias de entrar em conflito armado entre si realizam, cada um, uma análise estratégica sobre a possível interferência de uma potência regional, a favor de um, de outro ou de nenhum deles, com o sentido de dissuadir o conflito. No caso de se concluir que essa interferência se poderá concretizar e, em decorrência, o embate não se consumir, verifica-se um caso de dissuasão por via indireta.

Ainda sob esse enfoque de dissuasão indireta, deve-se considerar que o consenso de um conglomerado de nações poderosas com o propósito de concitar outros países mais fracos a aderir a determinada “bandeira” — como, por exemplo, “interesse vital da humanidade” — adquire conotação dissuasória caso haja resistências, em face da possibilidade da imposição de severas sanções ou de isolamento daqueles que não aderirem à causa em pauta. Essa hipótese, plausível de ser caracterizada como ameaça potencial, poderá significar renúncia a interesses vitais por parte dos mais fracos, dos não preparados para defender seus direitos soberanos, por aqueles desprovidos de poder dissuasório.

Quanto à dissuasão nuclear, os posicionamentos sobre sua validade mostram-se conflitantes,

particularmente diante do impasse de que se reveste o emprego de artefatos nucleares, capazes de provocar uma hecatombe. É o dilema: renúncia às pretensões ou assunção de riscos inaceitáveis...

Segundo o reconhecido estrategista André Beaufre:

A dissuasão nuclear visa a paralisar o conflito bélico pela imposição ao agressor da ameaça de uma represália que não lhe permita sobreviver à agressão.

O Prof. Paulo Roberto de Almeida (Uni-CEUB), em palestra realizada quando da IV Conferência de Segurança Internacional do Forte de Copacabana (2007), afirmou:

De fato, parece difícil reverter a situação ao *status quo ante*: uma vez que o “gênio” nuclear saiu da sua lâmpada militar, é praticamente impossível fazê-lo retornar à sua “inexistência” anterior.

Não resta dúvida de que dominar o ciclo de processamento do urânio recai na área científico-tecnológica como conhecimento fundamental de caráter dissuasório. A realidade é que, no mundo atual, este domínio — entendido não só pela vertente cognitiva, mas também pelas condições de produzir artefatos nucleares e de possuir os respectivos meios de lançamento — tem-se constituído em diferencial de poder.¹

Conflitando com essa realidade, destaca-se o fato de serem os países mais bem armados nuclearmente os principais arautos da não proliferação, mediante ferrenha campanha, até ameaças, contra aqueles que pretendem se igualar a eles. Atitude evidentemente paradoxal e não convincente.

Por outro lado, há que se considerar que a ampliação gradativa do consenso internacional

por um mundo desnuclearizado pode gerar uma forte onda de proscrição dos artefatos nucleares a ponto de induzir os atuais detentores a desativar seus arsenais. Ora, a concretização dessa postura de repúdio por parte da maioria das nações permite vislumbrar que, em futuro ainda que indefinido, a dissuasão convencional adquira caráter de relevo, em detrimento da nuclear, o que indica que aquela não deve ser relegada ao ostracismo.

Por que possuir capacidade dissuasória

O mundo em que vivemos tem apresentado, em termos de sobrevivência, alguns indícios nada promissores. Assim, por exemplo, verificam-se considerável aumento do contingente populacional, desertificação de áreas antes propícias à agropecuária, secagem de mananciais de água doce, submersão de áreas territoriais em decorrência da elevação do nível marítimo, escassez de elementos essenciais à vida, áreas populacionalmente saturadas, entre outros, todos permitindo inferir que a sobrevivência na face da Terra tende a ficar cada vez mais complicada.

Ora, países imunes a essas condições adversas, como o Brasil — já denominado “celeiro do mundo”, ou seja, detentor de um rico patrimônio natural —, não podem descurar de suas plenas condições de defesa, sob pena de terem de se sujeitar às mais nefastas intenções de expropriação. Ainda que ameaças a esse patrimônio não se mostrem concretas no presente, podem ser visualizadas como passíveis de aflorar no futuro. E as condições plenas de defesa aqui aludidas não se adquirem na iminência da ameaça, porque são muito abrangentes e demandam anos de preparo, além de considerável montante de recursos financeiros, o que

¹ Não é propósito deste artigo discutir o mérito de se possuir ou não arsenal nuclear, até porque, no caso brasileiro, existe o impedimento estabelecido na Constituição Federal, além da assinatura de tratado de não proliferação.

só se pode implementar paulatinamente. Aí reside a premência de se aprestar o aparato dissuasório do país desde já, não se admitindo mais a ideia do “quanto antes, melhor”.

Para encerrar

Em conclusão às considerações aqui alinhavadas, pode-se entender a estratégia da dissuasão como uma postura de Estado no sentido de evitar agressões ao seu patrimônio ou a seus interesses vitais.

Esta opção, conforme abordado, estrutura-se com base em fatores das mais diversas naturezas, relacionados a todas as expressões do poder nacional, mas primordialmente ao aparato militar de defesa.

Como estratégia — para superar óbices, selecionar meios, definir trajetórias e facultar a conquista ou a manutenção de objetivos nacionais —, deve ser implementada mediante a adoção de ações estratégicas concretas, sob pena de ficar estagnada no limbo das intenções.

Diante da imaginável magnitude e da incerteza das ameaças passíveis de se tornar realidade em um futuro ainda que imprevisível, o bom senso e a lucidez, imprescindíveis aos governantes, recomendam que essas ações sejam efetivadas desde já.

Falar em estratégias, particularmente da dissuasão, sem lhes associar a alocação dos recursos necessários à sua implementação é o mesmo que contar aquelas histórias que sempre terminam com final feliz — confortam, mas, na realidade, são fantasias. ☉



Editorial 2011

Coleção General Benício

PAZ E GUERRA NO ORIENTE MÉDIO

A queda do Império Otomano e a criação do Oriente Médio moderno

David Fromkin

Obra que preenche uma importante lacuna da historiografia contemporânea relativa à construção da ordem internacional após a Primeira Guerra Mundial e seus reflexos no ordenamento do Oriente Médio depois da queda do Império Turco Otomano, imprescindível para a compreensão dos atuais conflitos naquela área.

O autor é graduado pela Universidade de Chicago, professor universitário de História, Relações Internacionais e Direito na Universidade de Boston, na qual também dirige o Centro de Estudos Frederick S. Pardee. Exerce o cargo de redator do jornal *Middle East Quarterly*, uma publicação dos especialistas do Fórum do Oriente Médio, e trabalha no Conselho de Relações Exteriores.

A Lei de Inovação Tecnológica

E sua importância para a recuperação da indústria nacional de defesa e para a manutenção da soberania nacional

Reis Friede e
André Carlos da Silva***

RESUMO

Este trabalho analisa a importância da edição da Lei de Inovação Tecnológica — Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 — para a recuperação da indústria nacional de defesa e, por via de consequência, para a manutenção da soberania nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Ciência. Tecnologia. Inovação. Defesa. Soberania.

ABSTRACT

This article analyzes the importance regarding the creation of the Technological Innovation Law — Law No. 10,973, from December 2nd, 2004 — for the recovering of the National Defense Industry, and, in consequence, for the maintenance of the National Sovereignty.

KEYWORDS: Science. Technology. Innovation. Defense. Sovereignty.

A Constituição Federal preceitua, logo no artigo 1º, inciso I, que a *soberania* é um dos fundamentos sobre os quais repousa a República Federativa do Brasil. Não obstante a importância dedicada pelo Texto Constitucional ao tema em foco, tal elemento constitutivo da idéia de

Estado¹ vem sendo rotineiramente ameaçado, seja através das tradicionais ações militares expressas e declaradas, seja por meio da mais implícita, velada e sutil das estratégias estatais.

Com efeito, acerca dessas ameaças que rondam os interesses nacionais, a publicação

* Desembargador federal, professor de Hermenêutica Jurídica do Centro Universitário Augusto Motta e doutor em Direito Público).

** Delegado de Polícia Civil, professor de Direito Penal do Centro Universitário Augusto Motta e mestrando em Desenvolvimento Local).

¹ Convém registrar, desde logo, que o Estado constitui-se através da soma de três elementos básicos, ou seja, povo (elemento humano), território fixo (elemento físico ou geográfico) e soberania (elemento abstrato), sendo certo que, de forma simples, o Estado representa a Nação dotada de uma Constituição, ou seja, de uma organização político-jurídica fundamental, em que é estabelecido o direito interno em sua dimensão ampla.

*Concepção Estratégica, Ciência, Tecnologia e Inovação de Interesse Nacional*², página 8, obra editada no ano de 2003 pelos Ministérios da Defesa e da Ciência e Tecnologia, traça o seguinte panorama:

O mundo, que passa por um amplo e acelerado processo da globalização, tem assistido resignadamente à *deterioração do conceito de soberania nacional em algumas regiões do planeta*, em face de ousadas estocadas promovidas pelo implacável terrorismo internacional, pelo tráfico de armas e de drogas e, também, pela ampliação do poder político, econômico e militar de nações hegemônicas e globalizantes.

Cada vez mais, verifica-se a *crescente descaracterização dos contornos nacionais*, que vão perdendo a sua função de demarcar a linha da atuação suprema e independente dos Estados, expressa nos campos do *poder*: fisiográfico, psicossocial, político, econômico, militar e científico-tecnológico.

Fatos acontecidos recentemente têm mudado rapidamente este cenário: redes internacionais de terrorismo e crime organizado exigem uma melhor coordenação dos diferentes setores envolvidos no combate e repressão dessas atividades, fazendo com que esferas de responsabilidades que antes pareciam afastadas tornem-se mais próximas; ações políticas, econômicas e militares de alguns países sobre outros, menos preparados para defender a sua soberania. Mesmo em nome da defesa da paz mundial, atos de guerra têm sido perpetrados sem o necessário respaldo legal do direito e do apoio internacionais. Faz-se mister, então, que os países que valorizam a democracia, a liberdade e o respeito mútuo entre os povos, *se mantenham devidamente preparados para sustentar a sua própria autodeterminação e*, também, a das demais nações livres e democráticas do planeta.

Na área de *Ciência e Tecnologia*, o Brasil, país que tem buscado com persistência o seu completo crescimento, tem enfrentado, como acontece também com os demais países emergentes, ventos desfavoráveis soprados por nações do primeiro mundo que, por meio de barreiras técnicas ou comerciais, procuram dificultar o voo brasileiro em direção ao grande desenvolvimento científico-tecnológico, a fim de evitar quaisquer progressos que venham permitir a aproximação de eventuais países concorrentes. (grifo nosso)

Em reforço ao que está dito no preocupante quadro retratado, a experiência internacional revela que, historicamente, diversas maneiras foram empregadas por estados para atentar contra a soberania de outro país. Argumentos jurídicos, econômicos, políticos, geográficos, dentre tantos, foram utilizados para eliminar esse precioso bem jurídico e, em última análise, a própria noção de Estado.

No nosso caso em particular, entre muitos antagonismos³ com os quais convivemos, para sobre a rica nação brasileira uma indiscutível *ameaça* à soberania nacional, forte em sua essência e, ao mesmo tempo, dramática em suas possíveis consequências.

Trata-se da denominada *dependência tecnológica*, autêntico *desafio* que, por força de seus variados matizes, haverá de ser superado, de modo a evitar os terríveis riscos decorrentes do atraso brasileiro nos campos da ciência, tecnologia e inovação (C, T&I), adversidade que, por via direta, atinge também a expressão militar do poder

² A íntegra do texto pode ser obtida em www.defesa.gov.br, acessado em 25/09/09, às 11h10.

³ Logo na parte introdutória da Política de Defesa Nacional (PDN), o Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005, estabelece que: "Após um longo período sem que o Brasil participe de conflitos que afetem diretamente o território nacional, a percepção das ameaças está desvanecida para muitos brasileiros. Porém, é imprudente imaginar que um país com o potencial do Brasil não tenha disputas ou antagonismos ao buscar alcançar seus legítimos interesses. Um dos propósitos da Política de Defesa Nacional é conscientizar todos os segmentos da sociedade brasileira de que a defesa da Nação é um dever de todos os brasileiros". O texto completo encontra-se disponível em www.planalto.gov.br, acessado em 25/09/09, às 13h50.

nacional⁴, de fundamental importância para a *Defesa Nacional*⁵, assunto que, nos últimos anos, por fatores diversos, mas, sobretudo por autêntico preconceito, experimentou um longo processo de verdadeira marginalização.

A história recente revela que, com o fim do regime militar, assuntos com tal tonalidade eram ostensivamente evitados pela agenda política que se instalou no país no pós-regime, o que muito contribuiu para o desaparecimento das nossas Forças Armadas e para a consequente diminuição do poder militar estatal.⁶

Como a soberania também se constitui, em última análise, em uma *abstração*, o direito estatal que dela deriva, para realmente valer, de maneira genérica e obrigatória, necessita de algum tipo de *elemento concreto*, que tenha a capacidade de viabilizar, sob o ponto de vista efetivo, a indispensável concretização do chamado *poder de império* (poder sobre todas as coisas no território estatal) e do denominado *poder de dominação* (poder sobre todas as pessoas no território estatal), ambos inerentes ao poder político derivado da soberania.

Este elemento de efetivação traduz-se pela existência de uma *força coerciva de natureza múltipla* (política, econômica, militar e/ou psicossocial), mas que, de modo derradeiro, perfaz-se por meio

da existência de uma real *capacidade militar* no sentido amplo da expressão.

Nesse sentido, correta, portanto, a previsão contida na Política de Defesa Nacional (PDN), aprovada pelo Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005, ao enfatizar que “a expressão militar do país fundamenta-se na capacidade das Forças Armadas e no potencial dos recursos nacionais mobilizáveis”.

Ora, se a expressão militar do país, como restou afirmado no Decreto nº 5.484/05, fundamenta-se também na capacidade das Forças Armadas, cumpre criar, implantar e manter estratégias que assegurem tal capacidade, de modo que as Instituições Militares possam cumprir fielmente a missão⁷ que lhes foi constitucionalmente conferida. Isso inclui, certamente, incentivos ao desenvolvimento da C, T & I.

Assim, os correlatos temas *soberania, defesa e C,T&I* devem pautar a agenda brasileira no seu aspecto mais amplo⁸, independentemente da concepção político-partidária reinante, de forma que o Estado e a sociedade possam estar devidamente preparados para responder a qualquer ambição externa (por que não dizer, autêntica e genuína cobiça?) por parte dos mais variados protagonistas internacionais, que, sob argumentos de toda a sorte, tencionem atentar contra a integridade e/ou legítimos interesses nacionais.

⁴ Prevê o Decreto nº 5.484/05 que as políticas e ações definidas pelos diversos setores do Estado brasileiro deverão contribuir para a consecução dos objetivos da Defesa Nacional, sendo que uma das diretrizes estratégicas para alcançá-los é estimular a pesquisa científica, o desenvolvimento tecnológico e a capacidade de produção de materiais e serviços de interesse para a defesa.

⁵ Nos termos do Decreto nº 5.484/05, “Defesa Nacional é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas”.

⁶ O poderio bélico representa uma especial variável do poder perceptível (em sentido mais genérico) ou da força efetiva (em um sentido mais específico) de um Estado, permitindo não só a garantia do reconhecimento de sua soberania, mas, acima de tudo, garantindo a sua própria inserção na comunidade internacional.

⁷ De acordo com o artigo 142, caput, da Carta da República, “As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”.

⁸ Em relação a tal amplitude, e a fim de sintonizar as diversas políticas envolvidas com a temática, não por acaso o artigo 2º do Decreto nº 5.484/05 determina que “Os órgãos e entidades da administração pública federal deverão considerar, em seus planejamentos, ações que concorram para fortalecer a Defesa Nacional”.

Diante desse preocupante cenário, parece-nos que o Poder Público definitivamente atentou para a dimensão do problema e de suas consequências para a Defesa Nacional, assunto que tem provocado inquietações nos diversos atores nacionais envolvidos, o que, com certo conforto, demonstra a atual importância dedicada aos temas (soberania, defesa e C, T&I).

Analizando o arcabouço jurídico pátrio, detectamos evidências de que o Estado brasileiro realmente atingiu tal percepção, passando, então, a concentrar esforços no sentido de criar condições favoráveis ao desenvolvimento da C,T&I de um modo geral, o que, obviamente, envolve a chamada C, T&I de interesse da Defesa Nacional⁹.

É certo, porém, que, por conta da extensão do hiato, muitas eram, e ainda são, as ações a serem concretizadas. A magnitude do problema demanda uma atuação ampla e conjunta, envolvendo, na esfera executiva, diversas pastas ministeriais. Os ministérios da Defesa e da Ciência e Tecnologia, por exemplo, devem caminhar de braços dados, porque o progresso na área de C, T&I é imprescindível para o campo da defesa.

Malgrado esse inegável diagnóstico, qual seja, de que o desenvolvimento da C,T&I é absolutamente importante para o futuro do país e, por via direta, para a manutenção da soberania nacional, carecia o Brasil de uma política pública claramente definida e endereçada à construção desse ambiente integrado.

Havia a necessidade de se implantar no Brasil, urgentemente, um marco jurídico que concebesse uma verdadeira política de incentivo

à inovação, conectando-a a outras políticas não menos importantes, tais como a de C&T, a industrial e a de defesa.

A propósito, essa imprescindível interação política fez com que o Ministério da Defesa consolidasse as denominadas tecnologias de interesse da Defesa Nacional a partir de três eixos, a saber:

Eixo da defesa - contempla as especificações e os requisitos militares da Defesa Nacional a serem satisfeitos por Sistemas de Armas. Relaciona-se primordialmente às Expressões Política e Militar do Poder Nacional.

Eixo da ciência e tecnologia - contempla as Áreas Tecnológicas Estratégicas necessárias para atender às especificações e aos requisitos definidos para os Sistemas da Defesa Nacional. Relaciona-se primordialmente à Expressão Científica e Tecnológica do Poder Nacional.

Eixo da indústria - contempla as capacidades inovadoras e características industriais próprias para satisfação das especificações e dos requisitos estabelecidos para os Sistemas da Defesa Nacional. Relaciona-se primordialmente às Expressões Econômica e Psicossocial do Poder Nacional.¹⁰

No cenário internacional, a implantação de políticas assim entrelaçadas é, inclusive, destacada e recomendada pela Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE) através do denominado Manual de Oslo, Proposta de Diretrizes para Coleta e Interpretação de Dados sobre Inovação Tecnológica¹¹, 2ª edição, página 17:

Apenas recentemente surgiram *políticas de inovação* como um amálgama de políticas de ciência e tecnologia e política industrial. Seu surgimento sinaliza um

⁹ De acordo com o Ministério da Defesa, são exemplos de tecnologia de interesse da defesa nacional: reatores nucleares, sistemas espaciais, microeletrônica, sistemas de informação, radares de alta sensibilidade, ambiente de sistemas de armas, materiais de alta densidade energética, hipervelocidade, navegação automática de precisão, inteligência de máquinas e robótica, materiais e processos em biotecnologia, defesa química, biológica e nuclear (QBN), fontes renováveis de energia. Para uma consulta mais aprofundada, ver site www.defesa.gov.br, acessado em 16/10/09, às 15h20.

¹⁰ Fonte: Ministério da Defesa. Ver site www.defesa.gov.br, acessado em 16/10/09, às 15h20.

¹¹ O Manual de Oslo é a principal fonte internacional de diretrizes para coleta e uso de dados sobre atividades inovadoras da indústria e se encontra disponível no site www.mct.gov.br, acessado em 13/10/09, às 20h.

crescente reconhecimento de que o conhecimento, em todas as suas formas, desempenha um papel crucial no progresso econômico, que a inovação está no âmago dessa “economia baseada no conhecimento”, que a inovação é um fenômeno muito mais complexo e sistêmico do que se imaginava anteriormente. (grifo nosso)

No plano doméstico, essa articulação entre políticas correlatas também encontra previsão nas *Diretrizes da Política Industrial Tecnológica e de Comércio Exterior* (PITCE), segundo a qual, a “nova dinâmica realça a importância da inovação como um elemento-chave para o crescimento da competitividade industrial”¹².

Portanto, a implementação de um sistema legal com o objetivo de criar condições necessárias para que o espírito científico/inovador pudesse florescer no setor produtivo nacional era, por assim dizer, uma verdadeira tarefa estatal, conforme previsto nos artigos 218 e 219 da Carta Constitucional¹³.

Diante desse panorama prioritário, era mesmo inconcebível que o país não tivesse, até os idos de 2004, um arcabouço legal verdadeiramente voltado para promover esse ambiente articulado.

Nesse contexto, de acordo com a Exposição de Motivos Interministerial¹⁴ nº 28, de 2004, um “passo relevante para a consecução das metas na área de ciência e tecnologia é a formulação de sistema legal, cujo conteúdo possa dinamizar a relação entre universidades, institutos de pesquisa e o setor produtivo nacional”.

A perspectiva de se formular um sistema legal que dinamizasse os setores envolvidos com a C, T&I era realmente pertinente, uma vez que a importância do conhecimento como viés de promoção do desenvolvimento passou a ostentar contornos até então inimagináveis.

Em virtude das transformações operadas ao longo das últimas décadas, o conhecimento passou a assumir posição central no processo de produção, sendo certo afirmar que “a ciência e a tecnologia estão no coração do processo produtivo de fronteira no mundo”, conforme registrou Luís Manuel Fernandes, então secretário-executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia, quando de sua explanação acerca do PL nº 3.476/04, o qual redundou na Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 - Lei de Inovação Tecnológica.

¹² Diretrizes de PITCE, 2003, página 4, disponível em http://www.camara-e.net/_upload/20031126Diretrizes.pdf, acessado em 21/09/09, às 22h.

¹³ Art. 218. O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas.

§ 1º - A pesquisa científica básica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso das ciências.

§ 2º - A pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.

§ 3º - O Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia, e concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho.

§ 4º - A lei apoiará e estimulará as empresas que invistam em pesquisa, criação de tecnologia adequada ao País, formação e aperfeiçoamento de seus recursos humanos e que pratiquem sistemas de remuneração que assegurem ao empregado, desvinculada do salário, participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade de seu trabalho.

§ 5º - É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.

Art. 219. O mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e socioeconômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do País, nos termos de lei federal.

¹⁴ O referido documento, que acompanhou a Mensagem Presidencial enviada ao Parlamento acerca do Projeto de Lei de Inovação Tecnológica (PL nº 3.476/04), foi elaborado pelos Ministros da Ciência e Tecnologia, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Fazenda e Chefe da Casa Civil.

A crise no Oriente Médio e a Estratégia Nacional de Defesa

Heitor Freire de Abreu*

Introdução

O conflito entre Israel e o Hamas¹ na Faixa de Gaza, iniciado em 27 de dezembro de 2008, ocupou o noticiário mundial. Tanto Israel quanto o Hamas encontraram dificuldades para chegar a um acordo que cessasse os ataques, apesar do esforço de países como França e Egito nesse sentido. Atualmente, terminadas as ações bélicas, as negociações e as repercussões daqueles dias de conflito ainda continuam, com os avanços e retrocessos que caracterizam a relação entre as partes envolvidas.

À época, Israel, como tem sido recorrente em sua política externa, rejeitou a resolução da ONU que determinou o cessar-fogo. O Hamas adotou a mesma posição. Como pano de fundo, existiam fatores políticos, como as eleições de fevereiro de 2009 em Israel e a luta pelo poder na Palestina entre Hamas e Al-Fatah². Os países vizinhos adotaram posições diferentes, o que tornou o tabuleiro ainda mais complexo: o Irã, que segundo estimativas

atuais, pode ter sua bomba nuclear em dois ou três anos³, apoia o Hamas por meio de armas, treinamento e dinheiro; a Síria está formalmente em guerra contra Israel; o Egito⁴ reconhece a existência do Estado judeu, assim como a Arábia Saudita⁵ e a Jordânia. O Líbano, cuja política é dominada pelo Hezbollah, não reconhece a existência de Israel. Por fim, vivem, extremamente próximas, religiões diferentes, como cristãos, drusos e judeus.

A despeito das poucas informações acerca do conflito, foi possível colher as primeiras lições do campo militar úteis às Forças Armadas brasileiras no momento em que o a Estratégia Nacional de Defesa (END)⁶ se torna uma realidade.

Este artigo tem como objetivo expor aspectos militares sobre o conflito ocorrido no Oriente Médio — denominado por Israel como Operação Chumbo Fundido — úteis como reflexão para vencer os novos desafios que a implementação da END certamente trará para as instituições militares nacionais nos próximos anos.

* O autor é tenente-coronel de Cavalaria do Exército Brasileiro, doutor em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Possui o MBA de Logística Empresarial da Fundação Getúlio Vargas (FGV), foi observador militar da ONU na Costa do Marfim e atualmente é oficial de Estado-Maior do QG da MINUSTAH (Haiti).

¹ Grupo palestino, fundamentalista islâmico, que não reconhece Israel nem o Al-Fatah como líder da Autoridade Nacional Palestina. Foi criado em 1987. É o partido sunita do Movimento de Resistência Islâmica. Aliou-se aos radicais xiitas do Hezbollah (baseados no Líbano) para aprender técnicas terroristas, incluindo atentados suicidas.

² Grupo fundado por Yasser Arafat, que renunciou à luta armada e reconheceu a existência de Israel. Sua base, a Cisjordânia, ao contrário da Faixa de Gaza, é próspera e mantém relações comerciais com a Jordânia e com Israel.

³ KLINTOWITZ, Jaime. Sob o ódio dos vizinhos. *Revista VEJA*, São Paulo, ed. 2095, ano 42, n. 2, jan. 2009, p. 53.

⁴ O Egito é contrário ao Hamas porque o grupo mantém ligações com a Irmandade Muçulmana, que é oposição naquele país.

⁵ Apoia Israel porque tais ações diminuem a influência dos xiitas iranianos no Oriente Médio.

⁶ Para maiores informações sobre a END, consultar o site www.defesa.gov.br.

*O foco deste estudo foram as ações das IDF (Israel Defense Forces)*⁷, já que possuem a organização e o preparo que as caracterizam como uma força militar regular. Além disso, naquele conflito, realizaram operações militares similares às previstas na doutrina militar brasileira.

Entendendo o conflito

O conflito na Faixa de Gaza tem suas raízes no século III d. C., quando os judeus foram expulsos de Jerusalém pelos romanos. No século VII d. C., muçulmanos tomaram Jerusalém do Império Bizantino e permitiram, inclusive, o retorno de alguns judeus à cidade. Em 1897, após o congresso sionista, os judeus resolveram retornar para a Terra Santa. Assim, o povo israelense iniciou a ocupação da Palestina, novo nome da região. Todavia, essa área geográfica já estava habitada por meio milhão de árabes, gerando as primeiras discordâncias entre os dois povos.

Embora com um fluxo pequeno de judeus para a região no início do século XX, o número chegou a 600.000 em 1947. Hoje se estima que sejam cinco milhões de judeus e 4,5 milhões de árabes. Naquela oportunidade, viu-se a primeira proposta para solucionar o problema entre árabes e israelenses, quando a ONU sugeriu que a região fosse dividida em dois Estados e Jerusalém se tornasse um “enclave internacional”.

Os árabes não aceitaram a proposta e, em 14 de maio de 1948, Israel proclamou sua independência, sendo atacado pelo Egito, Jordânia,

Síria e Líbano, que foram derrotados. Em 1956, seria travada uma guerra no Canal de Suez, vencida por Israel. Outra guerra, conhecida como Guerra dos Seis Dias (1967), seria conduzida contra Israel. Mais uma vez, os judeus venceriam e conquistariam a Cisjordânia, as colinas de Golã e parte de Jerusalém. Com os árabes insatisfeitos com o resultado da guerra anterior, mais um conflito, denominado Yom Kippur (1973), ocorreria com a derrota do Egito e da Síria, finalizando uma fase de grandes embates bélicos.

Em 1987, surgiu a primeira Intifada, que na língua árabe significa “levante”. Seu objetivo foi demonstrar a revolta do povo palestino da região ocupada pelos judeus, já que a ONU havia considerado ilegal⁸ a presença de tropas israelenses na área. O resultado foi a morte de palestinos e de judeus em confrontos cuja marca foi o uso de pedras contra tropas israelenses. Em 2000, Ariel Sharon, à época primeiro-ministro de Israel, desencadeou a segunda Intifada ao visitar locais sagrados para os muçulmanos e os judeus. Seu ato foi considerado uma provocação.

Atualmente, Israel ocupa territórios conquistados na Guerra dos Seis Dias, contrariando a Resolução 242. De um lado, existem radicais palestinos que se recusam a reconhecer a existência de Israel, como o Hamas e o Hezbollah. De outro, grupos israelenses, também radicais, que se recusam a devolver as terras conquistadas. Esse cenário, sem dúvida alguma, dificulta qualquer tratado consistente e duradouro. Nesse ponto, entra a Faixa de Gaza, com toda a sua complexidade.

⁷ Forças de Defesa de Israel. Compreende, sob um único comando, forças do mar, de terra e do ar. A IDF é diferente da maioria das forças armadas do mundo por sua organização, em que marinha, exército e força aérea possuem um relacionamento extremamente sinérgico, inclusive no campo da ciência e tecnologia, desenvolvendo, dentre outros, o Merkava 4 (carro de combate principal), metralhadoras e rifles de assalto (Uzi, Galil e Tavor). Concomitantemente, desenvolve outros meios de defesa em conjunto com os EUA, como o caça F15I, o sistema de defesa THEL (Tactical High-Energy Laser) e mísseis como o Arrow.

⁸ Resolução 242, de 22 de novembro de 1967, da ONU.

A crise no Oriente Médio e a Estratégia Nacional de Defesa

*Heitor Freire de Abreu**

Introdução

O conflito entre Israel e o Hamas¹ na Faixa de Gaza, iniciado em 27 de dezembro de 2008, ocupou o noticiário mundial. Tanto Israel quanto o Hamas encontraram dificuldades para chegar a um acordo que cessasse os ataques, apesar do esforço de países como França e Egito nesse sentido. Atualmente, terminadas as ações bélicas, as negociações e as repercussões daqueles dias de conflito ainda continuam, com os avanços e retrocessos que caracterizam a relação entre as partes envolvidas.

À época, Israel, como tem sido recorrente em sua política externa, rejeitou a resolução da ONU que determinou o cessar-fogo. O Hamas adotou a mesma posição. Como pano de fundo, existiam fatores políticos, como as eleições de fevereiro de 2009 em Israel e a luta pelo poder na Palestina entre Hamas e Al-Fatah². Os países vizinhos adotaram posições diferentes, o que tornou o tabuleiro ainda mais complexo: o Irã, que segundo estimativas

atuais, pode ter sua bomba nuclear em dois ou três anos³, apoia o Hamas por meio de armas, treinamento e dinheiro; a Síria está formalmente em guerra contra Israel; o Egito⁴ reconhece a existência do Estado judeu, assim como a Arábia Saudita⁵ e a Jordânia. O Líbano, cuja política é dominada pelo Hezbollah, não reconhece a existência de Israel. Por fim, vivem, extremamente próximas, religiões diferentes, como cristãos, drusos e judeus.

A despeito das poucas informações acerca do conflito, foi possível colher as primeiras lições do campo militar úteis às Forças Armadas brasileiras no momento em que o a Estratégia Nacional de Defesa (END)⁶ se torna uma realidade.

Este artigo tem como objetivo expor aspectos militares sobre o conflito ocorrido no Oriente Médio — denominado por Israel como Operação Chumbo Fundido — úteis como reflexão para vencer os novos desafios que a implementação da END certamente trará para as instituições militares nacionais nos próximos anos.

* O autor é tenente-coronel de Cavalaria do Exército Brasileiro, doutor em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Possui o MBA de Logística Empresarial da Fundação Getúlio Vargas (FGV), foi observador militar da ONU na Costa do Marfim e atualmente é oficial de Estado-Maior do QG da MINUSTAH (Haiti).

¹ Grupo palestino, fundamentalista islâmico, que não reconhece Israel nem o Al-Fatah como líder da Autoridade Nacional Palestina. Foi criado em 1987. É o partido sunita do Movimento de Resistência Islâmica. Aliou-se aos radicais xiitas do Hezbollah (baseados no Líbano) para aprender técnicas terroristas, incluindo atentados suicidas.

² Grupo fundado por Yasser Arafat, que renunciou à luta armada e reconheceu a existência de Israel. Sua base, a Cisjordânia, ao contrário da Faixa de Gaza, é próspera e mantém relações comerciais com a Jordânia e com Israel.

³ KLINTOWITZ, Jaime. Sob o ódio dos vizinhos. Revista VEJA, São Paulo, ed. 2095, ano 42, n. 2, jan. 2009. p. 53.

⁴ O Egito é contrário ao Hamas porque o grupo mantém ligações com a Irmandade Muçulmana, que é oposição naquele país.

⁵ Apoia Israel porque tais ações diminuem a influência dos xiitas iranianos no Oriente Médio.

⁶ Para maiores informações sobre a END, consultar o site www.defesa.gov.br.

O foco deste estudo foram as ações das IDF (*Israel Defense Forces*)⁷, já que possuem a organização e o preparo que as caracterizam como uma força militar regular. Além disso, naquele conflito, realizaram operações militares similares às previstas na doutrina militar brasileira.

Entendendo o conflito

O conflito na Faixa de Gaza tem suas raízes no século III d. C., quando os judeus foram expulsos de Jerusalém pelos romanos. No século VII d. C., muçulmanos tomaram Jerusalém do Império Bizantino e permitiram, inclusive, o retorno de alguns judeus à cidade. Em 1897, após o congresso sionista, os judeus resolveram retornar para a Terra Santa. Assim, o povo israelense iniciou a ocupação da Palestina, novo nome da região. Todavia, essa área geográfica já estava habitada por meio milhão de árabes, gerando as primeiras discordâncias entre os dois povos.

Embora com um fluxo pequeno de judeus para a região no início do século XX, o número chegou a 600.000 em 1947. Hoje se estima que sejam cinco milhões de judeus e 4,5 milhões de árabes. Naquela oportunidade, viu-se a primeira proposta para solucionar o problema entre árabes e israelenses, quando a ONU sugeriu que a região fosse dividida em dois Estados e Jerusalém se tornasse um “enclave internacional”.

Os árabes não aceitaram a proposta e, em 14 de maio de 1948, Israel proclamou sua independência, sendo atacado pelo Egito, Jordânia,

Síria e Líbano, que foram derrotados. Em 1956, seria travada uma guerra no Canal de Suez, vencida por Israel. Outra guerra, conhecida como Guerra dos Seis Dias (1967), seria conduzida contra Israel. Mais uma vez, os judeus venceriam e conquistariam a Cisjordânia, as colinas de Golã e parte de Jerusalém. Com os árabes insatisfeitos com o resultado da guerra anterior, mais um conflito, denominado Yom Kippur (1973), ocorreria com a derrota do Egito e da Síria, finalizando uma fase de grandes embates bélicos.

Em 1987, surgiu a primeira Intifada, que na língua árabe significa “levantar”. Seu objetivo foi demonstrar a revolta do povo palestino da região ocupada pelos judeus, já que a ONU havia considerado ilegal⁸ a presença de tropas israelenses na área. O resultado foi a morte de palestinos e de judeus em confrontos cuja marca foi o uso de pedras contra tropas israelenses. Em 2000, Ariel Sharon, à época primeiro-ministro de Israel, desencadeou a segunda Intifada ao visitar locais sagrados para os muçulmanos e os judeus. Seu ato foi considerado uma provocação.

Atualmente, Israel ocupa territórios conquistados na Guerra dos Seis Dias, contrariando a Resolução 242. De um lado, existem radicais palestinos que se recusam a reconhecer a existência de Israel, como o Hamas e o Hezbollah. De outro, grupos israelenses, também radicais, que se recusam a devolver as terras conquistadas. Esse cenário, sem dúvida alguma, dificulta qualquer tratado consistente e duradouro. Nesse ponto, entra a Faixa de Gaza, com toda a sua complexidade.

⁷ Forças de Defesa de Israel. Compreende, sob um único comando, forças do mar, de terra e do ar. A IDF é diferente da maioria das forças armadas do mundo por sua organização, em que marinha, exército e força aérea possuem um relacionamento extremamente sinérgico, inclusive no campo da ciência e tecnologia, desenvolvendo, dentre outros, o Merkava 4 (carro de combate principal), metralhadoras e rifles de assalto (Uzi, Galil e Tavor). Concomitantemente, desenvolve outros meios de defesa em conjunto com os EUA, como o caça F15I, o sistema de defesa THEL (Tactical High-Energy Laser) e mísseis como o Arrow.

⁸ Resolução 242, de 22 de novembro de 1967, da ONU.

A Faixa de Gaza

A região conhecida como Faixa de Gaza está localizada no Oriente médio e se resume a uma figura geométrica de 40 quilômetros de comprimento por 12 de largura na sua parte mais larga e 5,7km na sua parte mais estreita, perfazendo uma área de 362km². Faz fronteira com Israel e Egito e é banhada pelo Mar Mediterrâneo.

A população é de cerca de 1,5 milhão de pessoas, com 99,3% professando a religião muçulmana sunita. É um grande adensamento populacional (4.100 habitantes por km²) extremamente pobre, com alta taxa de natalidade (5,6 filhos por mulher), com 80% dos habitantes considerados pobres e 67% da sua mão de obra desempregados, possui ingredientes que facilitam grupos radicais como o Hamas obter apoio de parte expressiva da população, insatisfeita com as difíceis condições de vida na região.

Hamas em Gaza

Em janeiro de 2006, quando houve as eleições para a presidência da Autoridade Nacional Palestina (ANP), o Hamas venceu. Participaram todos os palestinos residentes na Faixa de Gaza, na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental. Ismail Haniya, líder do Hamas, assumiu como premiê.

Os EUA, Israel e outros países ocidentais iniciaram pressões sobre o novo governo com o objetivo de que o Hamas reconhecesse o Estado de Israel e que cessassem os atos de violência contra os judeus na área, além de acatar os acordos para a divisão de poder com o Al-Fatah. O Hamas não aceitou nenhuma das imposições.

O Al-Fatah e o Hamas iniciaram uma guerra civil pelo poder na região. Em 14 de junho de 2007, o Hamas derrotou o Al-Fatah na Faixa de

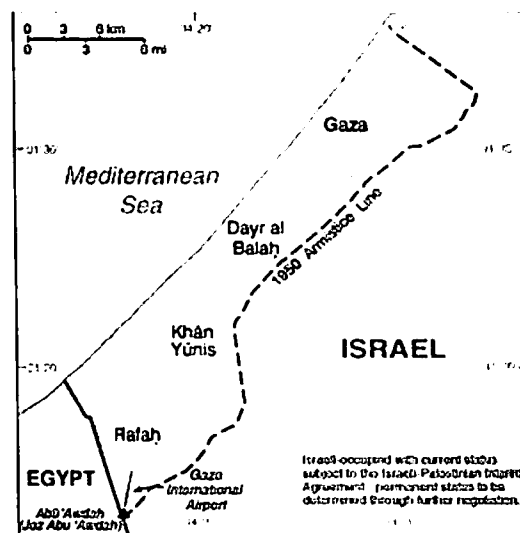


Figura 1 – Mapa da Faixa de Gaza

Fonte: <http://www.defesabr.com/EB/eb_mbt_israel.htm>. Acesso em: 7 jan. 2009

Gaza e estabeleceu um governo paralelo ao do Al-Fatah na Cisjordânia. Mahmoud Abbas (atualmente reconhecido pela comunidade internacional como presidente da ANP), líder do Al-Fatah, declarou o governo de Haniya ilegal e indicou Salam Fayyad como novo premiê da ANP, o que o Hamas simplesmente ignorou e mantém, nos dias de hoje, a Faixa de Gaza sob o seu domínio, chamando-a de Hamastão.

Em junho de 2008, o Hamas aceitou uma trégua, mas em dezembro do mesmo ano rompeu o acordo e voltou a atacar Israel por meio de foguetes lançados da Faixa de Gaza. O número de foguetes disparados contra Israel foi de 4 em 2001, 281 em 2004, 946 em 2006 e 1386 em 2008⁹.

Aspectos militares

Israel

Sem dúvida alguma, o poderio militar israelense é expressivamente maior do que o do Hamas,

⁹ GRZYNSKI, Vilma. A guerra dos quatro dias. Revista VEJA, São Paulo, ed. 2094, ano 42, n. 1, jan. 2009. p. 55.

o que caracterizou os combates como um conflito assimétrico¹⁰. As principais características do poder israelense são a alta tecnologia dos armamentos e outros meios militares, um serviço de inteligência eficaz, um preparo contínuo e voltado para capacidades e não para um inimigo específico, moral alto e uso intensivo de operações psicológicas antes e durante o conflito, em todos os níveis do combate.

Em termos de meios de defesa, Israel utiliza aviões F-16, mísseis Popeye 4¹¹, o satélite Ofek 7¹², helicópteros Cobra e Apache e carros de combate Merkava Mark 4, entre outros.

Hamas

Como todo grupo pequeno e dotado de pouca tecnologia, o Hamas tem como principal eixo da sua estrutura militar a crença e a fé na causa por parte de seus militantes. Utiliza como meio de defesa o fuzil AK-47, os foguetes Qassam¹³ e Katyusha¹⁴, além de homens e mulheres-bomba. Tem ao seu favor o fato de conhecer a área de combate, ter simpatizantes entre a população e utilizar a mídia para aumentar o seu poder relativo de combate ao mostrar civis, notadamente crianças, mortos e feridos em função de ataques dos judeus.

Outro aspecto que merece ser destacado é o fato de que a maioria das bases do Hamas estavam localizadas em grandes adensamentos civis, muitas vezes tendo famílias palestinas morando no mesmo prédio onde treinavam ou preparavam ataques. Dessa forma, tais famílias eram verdadeiros escudos humanos, dificultando a atuação judia.

O armamento, principalmente os foguetes Katyusha, entravam na Faixa de Gaza por meio de contrabando realizado do Egito, através de túneis que ligam as duas regiões.

Condução da guerra nos diversos níveis

A condução da guerra, segundo a doutrina militar brasileira, é dividida em 4 níveis: político, estratégico, operacional e tático. Abaixo, estão destacados aspectos relacionados aos três últimos.

Nível estratégico

Após a decisão política de invadir a Faixa de Gaza, medidas estratégicas foram elaboradas. Israel adotou uma posição firme. Seu objetivo de guerra, pelo menos aquele difundido pelas autoridades, foi a mudança do *status quo*, eliminando a ameaça de atuação do Hamas sobre territórios judeus. Dele, se pode concluir que o objetivo militar foi a neutralização das forças do Hamas e dos seus meios de sustentação.

Como se tratava de uma guerra assimétrica, em que o inimigo não se constituía em uma nação, a escolha do centro de gravidade pode ser descrita como eliminar os principais líderes do Hamas, bem como o seu braço armado. Isso foi atingido, parcialmente, com a morte do clérigo muçulmano Nizar Rayyan nos primeiros dias, dentre outros.

Outro aspecto que vale ser destacado diz respeito à liberdade de ação de Israel. Sabendo que ela seria limitada em função da opinião pública

¹⁰ Conceito surgido em 1955 na publicação norte-americana Joint Warfare of the Armed Forces. Atualmente, significa um conflito bélico entre forças com substancial diferença no poderio bélico e que podem, muitas das vezes, adotar formas de combate diferentes.

¹¹ Lançado por avião e com alcance de cerca de 78km.

¹² Fica em uma órbita de 600km e fotografa a região (Irã, Iraque, Síria e territórios palestinos) a cada 90 minutos.

¹³ Alcance de 12km, pouca precisão. Fabricados na Faixa de Gaza.

¹⁴ Alcance de 40km, de fabricação russa.

internacional, a Operação Chumbo Fundido se caracterizou pela rapidez no ritmo das operações, pela grande violência nas ações, emprego de força aérea e estabelecimento de alvos que facilitassem a rápida obtenção dos objetivos de guerra.

Destaca-se, ainda, que o uso das operações psicológicas se fez sentir nesse nível, na medida em que se travou na mídia uma intensa campanha, de ambas as partes, no sentido de obter o apoio internacional. A CNN, Fox News, Al-Jazeera e BBC passaram boa parte do tempo estimulando debates entre autoridades e estudiosos de campos diferentes (palestinos e judeus) a fim de convencer a opinião pública sobre seus pontos de vista. As operações psicológicas, dessa forma, apoiaram Israel na consecução de seus objetivos políticos e militares e favoreceram a cooptação de opiniões neutras em seu favor.

Por fim, verificou-se o emprego do sistema de inteligência de forma ampla. A coleta de informes por meios diversos (humanos e tecnológicos) antes do conflito foi fundamental para a seleção dos alvos nas fases aeroestratégica e terrestre. O acompanhamento por parte da eficiente inteligência de Israel, mostrou-se uma poderosa arma no sentido de direcionar ataques e poupar vidas entre os soldados israelenses¹⁵.

Nível operacional

Inicialmente, é fundamental ressaltar que, fruto de sua organização, as IDF têm sua atuação conjunta facilitada. Ou seja, operar de forma conjunta, ao contrário de muitas forças armadas, é regra, não exceção, sendo assim desde os tempos de paz. Sem dúvida, isso facilitou a formulação dos planos de campanha para a Operação Chumbo Derretido. Possivelmente, não houve a necessidade sequer da ativação de comandos combinados, haja

vista já existirem em tempos de paz. Isso é natural em função da característica dos conflitos em que Israel se envolveu ao longo da História: necessidade de pronta resposta.

No que tange aos princípios de guerra eleitos por Israel, destaca-se que os mais importantes nesse conflito foram objetivo, ofensiva, massa e manobra.

Em uma primeira análise, pode-se inferir que a manobra operacional foi dividida em quatro fases: campanha aeroestratégica, ataque terrestre, investimento nos principais centros urbanos e estabelecimento de um cessar-fogo.

Primeira fase

Em 27 de dezembro de 2008, Israel adotou o que indicou ser a primeira fase de suas operações combinadas para a Faixa de Gaza, por meio de uma campanha aeroestratégica, atacando com aviões e helicópteros 50 alvos no interior da Faixa de Gaza, resultando na morte de cerca de 200 palestinos no primeiro dia de ataques aéreos. Os alvos selecionados foram os túneis entre Egito e a Faixa de Gaza, universidades que abrigavam elementos do Hamas, centros de treinamento e de depósito de material bélico (previamente levantados pela inteligência) e outros de valor estratégico, como o Ministério do Interior e residências de líderes do Hamas. Essa primeira fase durou até 2 de janeiro de 2009 (sete dias).

Segunda fase

No dia 3 de janeiro de 2009, Israel iniciou a segunda fase de suas operações com o emprego de forças terrestres e navais. Aparentemente, Israel optou por utilizar três direções táticas de atuação (DTA): uma de Norte para o Sul, saindo de Erez na direção da cidade de Gaza (maior núcleo populacional na Faixa de Gaza), uma de Leste para

¹⁵ Até o dia 10 de janeiro de 2009, 11 soldados de Israel foram mortos (3 por fratricídio) e 3 civis.

Oeste, saindo de Nahal Oz e Kami na direção do mar Mediterrâneo (dividir o território da Faixa de Gaza) e uma da fronteira sul para o Oeste, tendo como objetivo a cidade de Rafah (destruir túneis e impedir envio de armas vindas do Egito), dentro da Faixa de Gaza. Tanto na primeira como na segunda fase, houve relatos¹⁶ de bombardeios navais vindos do Mar Mediterrâneo contra a cidade de Gaza. O objetivo dessa fase seria o isolamento dessa cidade e de outras julgadas importantes, evitando a vinda de reforços do Sul, e o controle da principal rodovia que liga o norte da Faixa de Gaza ao sul, na fronteira com o Egito.

Terceira fase

Houve a previsão de uma terceira fase¹⁷, cujo objetivo seria o investimento nos principais centros urbanos¹⁸, como a cidade de Gaza, Deir El-Bala, Rafah e Jabaliya, com o intuito de eliminar combatentes do Hamas e destruir arsenais, notadamente os de foguetes. Ao que tudo indica, essa fase teve início na noite de nove para dez de janeiro de 2009, quando forças terrestres israelenses intensificaram os bombardeios, investiram sobre as cidades mais importantes¹⁹ e divulgaram a seguinte nota (G1MUNDO, 2009): “Moradores da Faixa de Gaza: em breve, o exército de Israel atacará com maior intensidade os túneis, os arsenais e as atividades terroristas. Para sua segurança e a de suas famílias, afastem-se dos elementos terroristas”. Ehud Olmert, ativou a chamada “Ordem 8”, que

convocava reservistas para situação de emergência nacional, demonstrando a convicção de Israel em levar a terceira fase até o final. Além disso, o governo judeu adiou conversações de paz; ao que parece, visando concluir a terceira fase antes de negociar e passar para a quarta fase.

Quarta fase

O que pode ser denominado como quarta fase, provavelmente, foi acertado pelos canais diplomáticos no sentido de se realizar um cessar-fogo e as condições de retorno de Israel às linhas de fronteira anteriores²⁰. O fato é que o Egito e a França conseguiram inicialmente um compromisso por parte de Israel no sentido de permitir, à época, por três horas diárias (entre 11 e 14h GMT), que agências internacionais humanitárias levassem auxílio aos palestinos. Fora dessa “janela de tempo”, os bombardeios continuariam. Posteriormente, essa situação se tornou ainda mais flexível.

Nível tático

No campo tático, viu-se o emprego de brigadas com o amplo uso de carros de combate e fuzileiros, apoiados por artilharia autopropulsada e engenharia de combate. O apoio de helicópteros mostrou-se fundamental, principalmente pelo fato de a Faixa de Gaza ser extremamente habitada, com a consequente existência de edificações. Os helicópteros serviram, portanto, como plataformas

¹⁶ FOLHA ON LINE. Israel interromperá ataques por três horas diárias para entrada de ajuda humanitária. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u487080.shtml>> Acesso em: 8 jan. 2009.

¹⁷ FOLHA ON LINE. Governo de Israel decide manter ataques, mas adia “terceira fase” da operação. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u487299.shtml>> Acesso em: 7 jan. 2009.

¹⁸ MSN NOTÍCIAS. Líderes israelenses discutirão “investida final” em Gaza. Disponível em: <http://noticias.br.msn.com/especial/conflito-em-gaza.aspx?cp-documentid=16617372>. Acesso em: 7 jan. 2009.

¹⁹ G1MUNDO. Israel inicia terceira etapa da ofensiva em Gaza e intensifica ataques. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL950885-5602,00 ISRAEL +INICIA+TERCEIRA+ ETAPA+DA+ OFENSIVA + EM+GAZA +E+INTENSIFICA+ATAQUES.html>> Acesso em: 12 jan. 2009.

²⁰ Israel fez, entre outras exigências, duas que considerou fundamentais: a interrupção imediata do lançamento de foguetes contra territórios israelenses e um embargo de armas para a Faixa de Gaza no sentido de impedir o Hamas de se rearmar e iniciar novos ataques em um curto espaço de tempo.

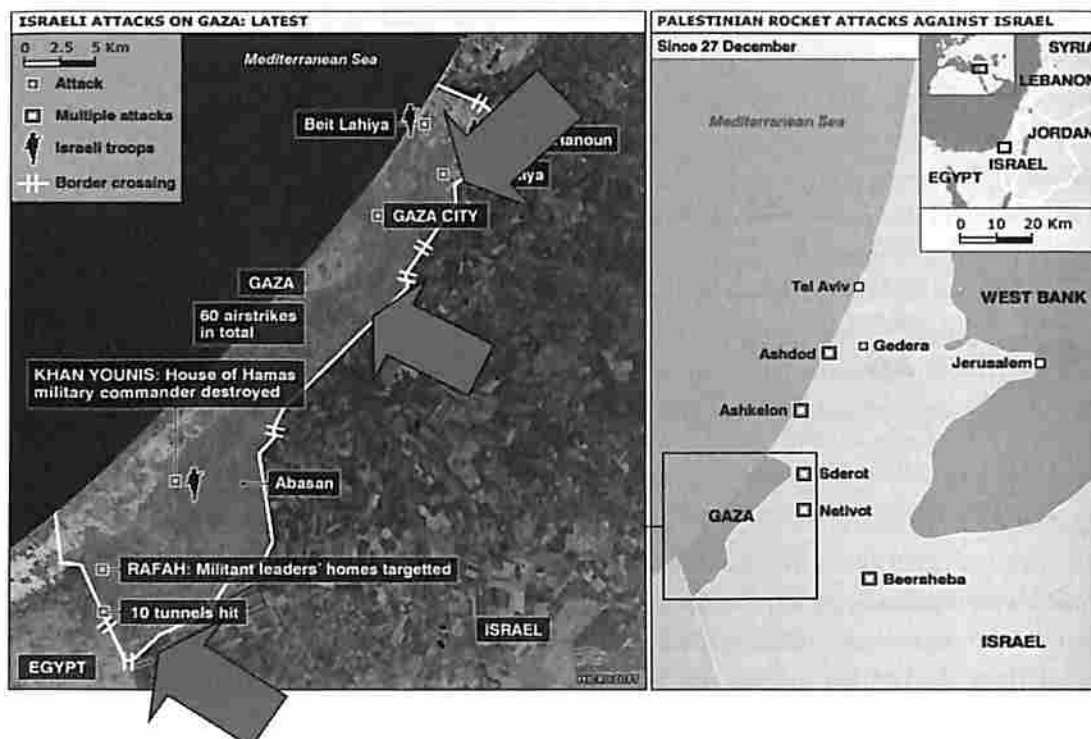


Figura 2 – DTA israelense

Fonte: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle_east/7812136.stm> Acesso em: 8 jan. 2009

Adaptação do autor

de comando e controle e para neutralizar alvos que os carros de combate não conseguiam.

As operações noturnas também foram utilizadas. Aparentemente, aumentaram o poder relativo de combate (PRC) dos judeus, já que o Hamas não possuía equipamento de visão noturna (EVN).

O fratricídio ocorreu durante a segunda fase, quando tropas terrestres foram atacadas por fogo amigo em Gaza, resultando na morte de três soldados e 24 feridos. Foram atingidos por tiros de carros de combate israelenses contra o prédio em que se encontravam os militares.

Reflexões úteis para implantação da END

A seguir, foram listados os principais tópicos, sob a ótica do autor, advindos desses dias iniciais

do conflito e julgados úteis para reflexão no momento em que se implanta a END.

Uso de doutrina convencional

Apesar de algumas opiniões de que os combates convencionais, com uso de carros de combate e de infantaria, apoiados por engenharia e artilharia, estariam com os dias contados em favor de tropas especiais e mais leves, não foi isso que se viu nesse conflito. A segunda fase operacional, caracterizada pela invasão terrestre, demonstrou que ainda é importante que escolas do nível da ECEME continuem ensinando os fundamentos doutrinários desse tipo de combate, cujos pontos centrais são as brigadas (no nível tático) e as operações combinadas (no nível operacional).

Um estudo profundo se torna necessário e urgente, a fim de atualizar a doutrina de emprego do exército de campanha, da divisão de exército, da brigada, do apoio logístico necessário para permitir que a doutrina seja aplicada no terreno e dos dados médios de planejamento (DAMEPLAN). Ou ainda se acredita ser possível penetrar com tropas terrestres blindadas ou mecanizadas 67 ou 60km em território inimigo a cada 24 horas²¹, para realizar junção com tropas paraquedistas ou aeromóveis em 72 ou 48 horas, com todas as deficiências que as Forças Armadas brasileiras têm, aliadas à precariedade (estado e quantidade) das vias rodoviárias que apoiassem tal operação no subcontinente sul-americano?²²

É fundamental que, ao se implantar a END, não se caia na armadilha de acreditar que a tecnologia será capaz de resolver os problemas e as inabilidades existentes nas Forças Armadas brasileiras. A tecnologia, em sinergia com uma doutrina bem elaborada e testada, e um preparo voltado para capacidades são a chave para o sucesso nas operações militares. É sempre importante destacar: as guerras convencionais que o Brasil poderá enfrentar serão mais similares àquelas travadas nas décadas de 60 e 70 do que as que vemos atualmente em andamento no Iraque e no Afeganistão. Isso se deve a diversos fatores, como falta de meios modernos em condições de combater²³, falta de apoio e de estrutura logística militar adequada²⁴, falta de prontidão dos equipamentos e dos suprimentos²⁵ e equilíbrio de forças no ambiente operacional continental (AOC).

Importância do uso da tecnologia

A END prevê o fortalecimento de três setores estratégicos: o espacial, o cibernético e o nuclear²⁶. O conflito analisado neste artigo demonstrou que o espacial e o cibernético foram utilizados ostensivamente e com êxito. O satélite Ofek 7 forneceu, desde os tempos de paz, informações úteis antes e durante o desencadear das operações. A atuação das IDF em uma rede única de comando e controle, em função de um aparato cibernético moderno, conferiu a eficiência do seu plano de campanha.

Operações psicológicas

Em todos os níveis da condução da guerra, as operações psicológicas foram fundamentais para aumentar o PRC das tropas judias. Destaca-se o uso da mídia no campo estratégico e operacional, seja veiculando na imprensa informações que sustentem suas posições, seja lançando folhetos incitando a população palestina contrária ao Hamas a fornecer informações sobre terroristas e dizendo que o fim do conflito está nas mãos dos palestinos²⁷. Merece atenção o fato de que comunicação social tem trabalhado de maneira estreita com operações psicológicas.

Papel da mídia

No campo da imprensa, travou-se uma guerra em busca da opinião pública favorável a um ou outro lado. Nesse aspecto, Israel sofreu expressiva perda. As imagens de mulheres e crianças

²¹ Segundo Dupuy, p. 151, a média histórica desse tipo de ação é de 27km a cada 24 horas.

²² A doutrina vigente no Exército Brasileiro prevê operações utilizando esses dados.

²³ Mais de 60% dos blindados brasileiros encontram-se indisponíveis para uma missão de combate de longa duração.

²⁴ Inviabiliza operações de grande amplitude e penetração, bem como de longa duração.

²⁵ O Brasil não fabrica munições importantes, como as 105 mm destinadas ao M 60 A3 TTS e Leopard 1A1 e 1A5, dificultando combates de grande duração.

²⁶ BRASIL. Ministério da Defesa. Estratégia Nacional de Defesa. Brasília, DF, 2008, p. 5.

²⁷ PSYWAR. Israel looks for Gazan spys; drops thousands of leaflets over Gaza. Disponível em: <http://www.psywar.org/forum/index.php/topic,378.msg789.html>. Acesso em 6 jan. 2009.

palestinas mortas, feridas e ensanguentadas, de forte apelo psicológico, inundaram os jornais e as televisões, fazendo com que até mesmo judeus se sentissem incomodados com o desenrolar da atuação israelense na Faixa de Gaza.

A macabra contabilidade dos mortos girou em torno de 800 palestinos contra 14 judeus, o que contribuiu para a imprensa apresentar uma tendência em colocar-se a favor dos palestinos.

No entanto, não se pode acreditar que tenha sido uma cobertura isenta para ambos os lados. Quando se retorna a um curto período de tempo, no ano de 2006, quando o Hamas e o Al-Fatah lutaram entre si na Faixa de Gaza, o número de mortos chegou a 760 palestinos²⁸. A repercussão na mídia foi sensivelmente menor. Existiram dois fatos que contribuíram para que Israel perdesse a batalha na mídia: com tecnologia fácil e barata, o Hamas pôde divulgar imagens e comunicados que interessavam à sua causa pela Internet, impactando um universo enorme de pessoas a seu favor; o outro fato diz respeito ao grande desconhecimento dos ocidentais sobre a complexidade do xadrez chamado Oriente Médio, onde um observador atento entende que não é possível tratar o assunto de forma maniqueísta. Diante desse cenário, Israel se colocou em desvantagem, agravando-a ainda mais ao proibir a imprensa de realizar com liberdade o seu trabalho.

A reflexão que se deve fazer é sobre o papel da mídia nos conflitos modernos. Algumas lições podem ser aprendidas desse conflito: evitar cercar o trabalho dos jornalistas, preparar os militares porta-vozes para fornecer informações detalhadas

e que esclareçam os fatos, explicar à imprensa, via de regra pouco conhecedora dos assuntos militares, aspectos técnicos das operações militares e seus riscos e esclarecer, inclusive com destaque para fatos anteriores, as causas do conflito.

Temas ligados ao Direito Internacional e Conflito Armado (DICA)

Houve — e ainda há — uma grande discussão sobre a legalidade do conflito. Israel se amparou, entre outros, nos artigos 2º e 51 da Carta da ONU, que permite ações militares para resguardar a legítima defesa. O Hamas tentou convencer que o que estava acontecendo era um genocídio²⁹ e que Israel não cumprira a resolução 242. Ambos os lados utilizaram as leis existentes do DICA de forma a favorecer seu posicionamento diante da comunidade internacional. A alta comissária da ONU para os Direitos Humanos, Navi Pillay³⁰, declarou à época que políticos e militares israelenses poderiam ser investigados por crimes de guerra, já que alvejaram uma instalação da ONU (uma escola, matando 30 civis) e comboios de ajuda humanitária (com duas mortes).

É fato que é preciso conhecer bem as leis internacionais acerca de conflitos para embasar as ações bélicas e utilizá-las de forma a convencer a opinião pública da legalidade das ações, além de elas propiciarem conhecimentos aos comandantes — em todos os níveis — para que não cometam crimes de guerra que poderão, encerrado o embate, ser julgados por um Tribunal Penal Internacional. A END, alinhada com essa característica dos conflitos modernos, faz menção

²⁸ KLINTOWITZ, Jaime. Sob o ódio dos vizinhos. Revista VEJA, São Paulo, ed. 2095, ano 42, n. 2, jan. 2009. p. 56.

²⁹ De acordo com a Convenção sobre Prevenção e a Punição do Crime de Genocídio e com alguns especialistas, no seu artigo 2º, o que ocorreu na Faixa de Gaza não pode ser considerado genocídio, já que não houve a intenção de se eliminar, total ou parcialmente, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, mas integrantes do braço armado do Hamas. No entanto, há outras interpretações que dizem o contrário. Trata-se de mais uma discussão sobre hermenêutica jurídica sem fim.

³⁰ Além do atual posto que ocupa na ONU, foi juíza do Tribunal Internacional que julgou envolvidos no genocídio de Ruanda.

ao assunto, determinando que os currículos das escolas militares ampliem o assunto³¹.

Preparo voltado para capacidades

Devido à gama de inimigos possíveis que Israel enfrenta e enfrentará, torna-se pouco factível o preparo e o adestramento visando a um inimigo específico, já que ele pode variar entre ataques isolados de homens-bomba até incursões por tropas convencionais em território judeu. Preparar-se focando em capacidades foi a solução encontrada pelas IDF. Elas têm capacidade de lutar em terrenos desérticos, em áreas urbanizadas, à noite e de dia e contra inimigos convencionais ou não, entre outras. A END, por razões diferentes, pois o Brasil não possui inimigos declarados, também faz menção ao treinamento por capacidades³² como um novo parâmetro na preparação dos recursos humanos das Forças Armadas.

Indústria nacional de defesa

Israel comprovou o óbvio: possuir indústria de defesa própria confere liberdade de ação nos conflitos em que a opinião pública está dividida e a possibilidade de embargo é expressiva. Ao desenvolver meios de defesa como o Merkava 4 e mísseis inteligentes próprios, o país não sofreu limitação quanto ao uso, manutenção e fabricação deles. A END prioriza o desenvolvimento de capacidade industrial no campo de defesa³³ a fim de propiciar ao Brasil liberdade nessa área, evitando-se, inclusive, a dependência de um único país. A linha adotada por Israel parece ser interessante no sentido de se estudar como ela foi implementada ao longo do tempo. Basta ressaltar que nos dias de hoje a

indústria de defesa de Israel é considerada “estado da arte” em campos como guerra eletrônica, meios de visão noturna, vigilância e monitoramento em combate, aviônicos e blindagem, entre outros.

Estado-Maior Conjunto

A adoção de um Estado-Maior Conjunto, envolvendo as forças singulares, desde o tempo de paz, confere a Israel rara efetividade nas suas ações bélicas. As adaptações do tempo de paz para o de guerra são mínimas e favorecem os resultados em todos os níveis. Esse modelo, embora não seja adaptável completamente para o Brasil, merece ser estudado, e colhidos os ensinamentos que podem ter uso no país desde já. A END destaca que “unificar as operações das três forças, muito além dos limites impostos pelos protocolos de exercícios conjuntos”³⁴ é um objetivo a ser perseguido.

Negação do uso do mar

O uso da Marinha de Israel no Mar Mediterrâneo com a finalidade de bombardear a cidade de Gaza e de negar o uso do mar aos membros do Hamas — nesse caso, para receber armamento por meio de pequenas embarcações — demonstrou o quanto essa tarefa é fundamental quando se tem um litoral envolvido no teatro de operações. No caso brasileiro, haja vista a enorme faixa litorânea, isso se torna uma preocupação vital. O projeto do submarino nuclear destacado na END³⁵ e a determinação de que “a prioridade é assegurar os meios para negar o uso do mar a qualquer concentração de forças inimigas que se aproxime do Brasil por via marítima”³⁶ vai ao encontro desse ensinamento.

³¹ BRASIL, Op. cit., p. 51.

³² Ibidem, p. 8.

³³ Ibidem, p. 26.

³⁴ Ibidem, p. 5.

³⁵ Ibidem, p. 5.

³⁶ Ibidem, p. 12.

Conclusão

Este artigo procurou, em um primeiro momento, analisar os principais aspectos militares advindos da crise entre Israel e o Hamas. Certamente, é um risco tirar conclusões de um conflito tão recente. No entanto, com a velocidade dos acontecimentos nos tempos em que vivemos, esse risco é mais do que aceitável: é necessário. Não se pode esperar que os conflitos acabem definitivamente para que se filtrem ensinamentos e, somente após isso, se coloquem em prática aqueles julgados pertinentes a um exército. Esse tempo já passou.

Em um segundo momento, buscou-se associar a crise no Oriente Médio com a END. Com o lançamento desse importante documento, há necessidade de que os conhecimentos advindos, mesmo de forma parcial, sejam utilizados o quanto antes. Isso tem uma razão: na END existe um cronograma nas suas disposições finais que estabelece uma série de tarefas a serem concluídas. Em síntese: a oportunidade é excelente para a reflexão.

Por outro lado, não se devem limitar as lições existentes e as que ainda serão divulgadas, somente à END. O estudo deve prosseguir continuamente em todos os níveis da condução da guerra, servindo para confirmar ou modificar procedimentos táticos e operacionais, DAMEPLAN, emprego de carros de combate, helicópteros, aviões, navios, logística, mídia, comunicação social e outras áreas do interesse militar.

Deve-se, ainda, destacar que a adoção da nova END é um marco histórico em nossas Forças Armadas, pois atende a uma demanda recorrente,

não só dos militares, mas de toda a Nação: organizar seus recursos destinados à defesa da Pátria de forma sistemática, efetiva, transparente e perfeitamente alinhada com os objetivos de desenvolvimento do Brasil. A END é histórica porquanto trata de assuntos que necessitavam de posições claras do Estado para que suas Forças Armadas tivessem condições de realizar seus planejamentos focados em objetivos estratégicos claros, que, certamente, repercutirão nos níveis operacionais e táticos. É histórica porque marca, definitivamente, a liderança do Ministério da Defesa como importante elo na estrutura militar do País, como principal agente na elaboração de uma doutrina estratégica e operacional única e que proporcione a necessária sinergia das ações táticas da Marinha, do Exército e da Força Aérea, como se vê nas IDF, por exemplo. É histórica na medida em que reuniu, de maneira democrática e republicana, expressiva quantidade de representantes civis e militares na sua confecção, procurando, por meio da dialética e do contraditório, as melhores soluções na área da defesa para o Brasil, tendo como pilares as possibilidades econômicas brasileiras e o seu lugar no cenário mundial, cada vez mais de destaque.

Resta conhecê-la detalhadamente e ter em mente que qualquer modificação, planejamento, assessoramento ou projeto — em qualquer nível de decisão — que envolva as Forças Armadas deve estar alinhado com esse documento. Nesse sentido, todos os militares devem ter pleno conhecimento da END. Para os oficiais possuidores dos cursos de altos estudos militares, assessores por essência, conhecer, discutir e cumprir a END não é uma opção, mas um compromisso profissional e ético. ○

Referências

BARTOLOMÉ, Mariano César. As guerras assimétricas e de quarta geração segundo o pensamento venezuelano em assuntos de segurança e defesa. *Military Review*. Jan-fev 2008. Disponível em <<http://www.coter.eb.mil.br/noticias/noticias2008/imagens/not080220-02.pdf>> Acesso em: 8 jan. 2008.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. C 124-1: **estratégia**. 3.ed. Brasília, DF, 2001.

FOLHA ON LINE. **Israel interromperá ataques por três horas diárias para entrada de ajuda humanitária**. Disponível em : <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u487080.shtml>> Acesso em: 8 jan. 2009.

DUPUY, T.N. *Understanding war. History and theory of combat*. London: Leo Cooper, 1987. 292p.

FOLHA ON LINE. **Governo de Israel decide manter ataques, mas adia “terceira fase” da operação**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u487299.shtml>> Acesso em 7 jan. 2009.

GRYZINSKI, Vilma. **A guerra dos quatro dias**. Revista VEJA, São Paulo, ed. 2094, ano 42, n. 1, jan. 2009.

MSN NOTÍCIAS. **Líderes israelenses discutirão “investida final” em Gaza**. Disponível em:<<http://noticias.br.msn.com/especial/conflito-em-gaza.aspx?cp-documentid=16617372>> Acesso em 7 jan. 2009.

PSYWAR. *Israel looks for Gazan spys; drops thousands of leaflets over Gaza*. Disponível em:<<http://www.psywar.org/forum/index.php/topic,378.msg789.html>> Acesso em 6 jan. 2009.

KLINTOWITZ, Jaime. **Sob o ódio dos vizinhos**. Revista VEJA, São Paulo, ed. 2095, ano 42, n. 2, jan. 2009



Editorial 2011

Coleção General Benício

O ÚNICO SOBREVIVENTE

Marcus Lutvell com Patrick Robinson

É obra de suspense, de leitura agradável e capaz de prender o leitor ao enredo. Em determinadas partes, é o desabafo de um combatente de escol, arriscando-se em terra estranha, sem o apoio da opinião pública de seu próprio país. É o testemunho emocionante de um militar de elite da Marinha dos Estados Unidos, que enfrentou terroristas nas montanhas do Afeganistão e perdeu todos os companheiros de sua equipe. O livro contém exemplos de virtudes próprias de um soldado: coragem, camaradagem, lealdade, patriotismo, persistência e dedicação. O tema da obra é especialmente voltado para público jovem, de militares dos primeiros postos e graduados de carreira, com enfoque específico para os integrantes das brigadas de paraquedistas e de operações especiais, além dos alunos das escolas de formação de oficiais e sargentos.

O autor é um combatente especial (SEAL) da Marinha dos Estados Unidos. Serviu em Bagdá e no Afeganistão e foi condecorado pelo Presidente George Bush com a Medalha da Cruz Naval Americana.

As reformas pombalinas e a conquista do estado português

Política ocorrida durante o reinado de D. José I, visando ao fortalecimento do estado bragantino/1750-1777

*Ney Paes Loureiro Malvasio**

RESUMO

O artigo tem como principal enfoque a conquista política e econômica do Estado português, durante o Reinado de D. José I. Essa conquista do Estado mostra-se desde pequenas ações, como repressão de uma revolta mal iniciada, até a passagem para as mãos do Estado de grande número de bens e meios de atuação de corporações e ordens religiosas. Ao lado dessa política, destinada ao maior controle exercido pelo Estado português, encontramos um grande número de reformas. As reformas pombalinas, como são denominadas, vieram a lume para, de um lado, obter-se o sustentáculo da economia e, por outro, a garantia da soberania do Império Marítimo português por seus próprios meios.

PALAVRAS-CHAVE: Reformas pombalinas. Reinado de D. José I. Império Marítimo português/Século XVIII.

ABSTRACT

This work mainly focuses the political and economical conquest of the Portuguese state, under D. Jose I. This effort was showed either by minor actions, like the repression of a revolt, or the acquisition of great amount of economical structure from religious corporations.

At the same time, this kind of political basis, destined to enlarge the power of the Portuguese state, was accompanied by a lot of reforms. The Pombal's reforms, as we know in the historical studies, were created to obtain the economical basis alongside the sovereignty of the Portuguese Seaborne Empire.

KEYWORDS: Pombal's reforms. D. Jose I. Portuguese Seaborne Empire/18th Century.

Durante o reinado de D. José I (1750/1777), verificou-se no governo português uma completa reforma do sistema econômico e administrativo,

que o diferenciava, de várias formas, do reinado precedente, de D. João V. Essas reformas, que, de início, foram mais tímidas e de menor alcance,

* Professor/Doutor em História Social pela UFRJ.

passaram, ao longo dos anos, a tomar forma mais extensa e ampla, se procuramos fazer uma leitura gradativa a respeito do avanço das enormes modificações efetuadas no governo de D. José I.

Entretanto, esse conjunto de amplas reformas efetuadas no Estado português e em seus Domínios Ultramarinos, no campo da História, ganhou o nome de reformas pombalinas. Isso, devido ao fato verificado junto ao grande poder político alcançado pelo ministro Sebastião José de Carvalho e Melo. Esse ministro realmente tinha pouca projeção inicialmente e não grande destaque em sua vida pregressa. O pouco destaque, pode-se adiantar, era relacionado a não ter origem nobre e ser de fidalguia decaída, devido à reprovável atuação de seu pai no tempo de D. João V, quando procurou apresentar progenitores falsos¹. Compreendemos aqui, por essa passagem de seu pai para a desgraça, como somente um exemplo ilustrativo em razão de problemas ligados à fidalguia, a importância que esse assunto terá no Reinado de D. José e em seu círculo de reais conselheiros. Desnecessário colocar que o futuro marquês de Pombal era o mais importante entre eles.

Mas, certamente, essa reestruturação era uma marca exemplar vivida pelo reino lusitano

na segunda metade do século XVIII. Não era fruto e trabalho de apenas um homem e sim de um grande número de nobres e fidalgos, além do rei certamente, que visavam, entre outros objetivos, à garantia do herdeiro dos Bragança como único e incontestável ocupante do trono português — uma visão política que se mostrou válida e viável durante o Reinado de D. José I. Essa estratégia, visando sobretudo à conquista do Estado, frente a quaisquer outros integrantes do elemento social do mundo lusitano — inclusos aqui, a nobreza e o clero —, mostrou sua prática através de diversos meios de atuação política para atingir seus objetivos.

Entretanto, é sobretudo necessário, antes de passarmos à questão das reformas pombalinas, antepor alguns comentários relativos ao quadro econômico do Império, já que, a cada situação imposta ou mesmo criada pelo novo governo, havia a preocupação sempre presente em angariar fundos para o Erário Régio, que se encontrava em lamentável situação e, ao mesmo tempo, com uma enorme dívida, que foi deixada pelo reinado de D. João V.

Mesmo quando afluía o metal precioso do Brasil (entre o começo do século e cerca de 1760), a dívida externa portuguesa ascendia a um montante enorme:

¹ Sebastião José de Carvalho e Melo, inicialmente, ocupava o cargo de Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Gente de Guerra de 1750 a 1756. Como se compreende, principalmente após sua atuação em relação ao terremoto de Lisboa, foi adquirindo cada vez mais poder, sendo promovido ao cargo de Secretário de Estado dos Negócios do Reino. É perceptível que sua ascensão continuou em escala crescente até o fim do reinado de D. José I, sendo cognominado de primeiro-ministro. O ministro cuja vida política junto ao reinado de D. José é descrita, Sebastião José de Carvalho e Melo, depois conde de Oeiras e finalmente, marquês de Pombal, é um caso bastante invulgar na história do Império português, pois, durante seu exercício na Corte, o governo português iniciou um período abrangente de reformas. Após certos acontecimentos sucessivos ocorridos no Reino, sendo o principal deles o terremoto de Lisboa, em novembro de 1755, Sebastião José de Carvalho e Melo destacou-se em meio aos conselheiros de D. José I, devido à sua rápida e franca atuação numa hora de calamidade totalmente inesperada. De maneira gradual, Carvalho e Melo passou a aumentar sua ascendência e responsabilidade perante o Rei, sendo que essa ascendência verificou-se, não só no fatídico terremoto de Lisboa, mas em outros eventos em que o ministro de D. José I mostrou-se novamente de rápida atuação e, ao mesmo tempo, de olhos voltados para a sobrevivência das idéias políticas bragantinas desde a reconquista do trono face aos espanhóis. João Lúcio de Azevedo. *O Marquês de Pombal e a sua época*; Kenneth Maxwell. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*; Teixeira Soares. *O Marquês de Pombal; Visconde de Carnaxide. O Brasil na administração pombalina*; Decreto de 02 de agosto de 1750; Decreto de 05 de maio de 1756. Coleção Pombalina.

por volta de 1755 subia a 1,9 milhões de libras, cifra duas vezes superior à das receitas do Estado...²

O quadro econômico do Império português a partir de 1750, primeiro ano do reinado de D. José I, mostrou características bastante interessantes quando detidamente analisadas e que eram, de toda forma, inéditas nos fastos portugueses. Além da Fazenda Real em péssima situação, como se mostra aqui, e sua total incapacidade de saldar a dívida com a Inglaterra, a busca por diversas fontes de renda no período pombalino destinava-se a sustentar, não só a integridade do Poder Real português, mas também o amplo programa de reformas destinadas a livrar o gigantesco, mas pobre Império luso, das garras do leão do Império britânico — cada ano, por sua vez, mais rico. Ao lado das “fábricas” e companhias de comércio e agricultura criadas a partir da segunda metade do século XVIII, é necessário entender, *pari passu*, que, paralelamente ao programa de reformas, encontrava-se outra forma de prover o enriquecimento do Império. Essa outra forma de enriquecimento do Império Marítimo residia na conquista absoluta do Estado português por parte do trono.

Fica claro que, através da hábil política pombalina, buscava-se juntar uma enorme soma de dinheiro com o intuito de materializar as pretendidas reformas necessárias ao fortalecimento do Estado controlado pelo Rei D. José I.

Entretanto, não se pode deixar de enumerar os principais acontecimentos ocorridos no Reino de D. José, em que as medidas postas em prática por seu principal ministro garantiram a inviolabilidade do Poder Real e a segurança de sua continuidade dinástica — mas também, como já

exposto no parágrafo anterior, contribuíram para o fortalecimento do Erário Régio. Após o terremoto de Lisboa, outro episódio mostrou a maneira de debelar crises, por meio da qual o reinado de D. José iria demonstrar o quanto o ideário político em relação ao poder Real era inquebrantável. Esse episódio foi a rebelião (ou tumulto) verificada na cidade do Porto, em 23 de fevereiro de 1757³. Na Carta Régia de 10 de abril, nota-se o alcance dessas medidas, modificando os laços do Rei com o Reino, um contraponto à antiga maneira de se reinar em Portugal: “Determina ao Juiz, Vereadores e Procurador da Câmara do Porto a extinção dos ‘vinte e quatro dos mesteres (sic) da cidade’...”⁴

Após o atentado ao Rei, acontecido pouco depois, em setembro de 1758, ficou claro o afastamento decisivo de quaisquer eventuais contendores do trono ou de qualquer política desfavorável às medidas realizadas pelo ministério capitaneado por Pombal. Mesmo porque havia ainda a sutil ameaça pairando sobre a Dinastia de Bragança, algo que se podia colher em meio a bravatas e fanfarronices dos principais nobres. O poder unitário e absoluto, representado pela figura do Rei, portanto, foi confirmado de forma exemplar; não havia mais espaço, por um bom tempo, para nobres palradores e cobiçosos de uma oportunidade para lançar-se ao trono tão dificilmente conquistado pelos Bragança na Guerra de Restauração contra a Espanha.

Na política pombalina, verifica-se junto às fontes, a substituição desses principais nobres, buscando uma renovação de grande tamanho dos integrantes da administração do Império marítimo português. Era, como se pode denotar, uma mudança dos integrantes da Corte, de modo a colocar em

² Armando Castro. Doutrinas econômicas em Portugal (Séc. XVI a XVIII), p. 87.

³ Carta Régia de 28 de fevereiro de 1757; Carta Régia de 03 de março de 1757; Carta Régia de 10 de abril de 1757; Sentença de 12 de outubro de 1757; Carta Régia de 21 de outubro de 1757. Coleção Pombalina.

⁴ Carta Régia de 10 de abril de 1757. Coleção Pombalina.

franco andamento as reformas que se destinavam a alavancar o Reino português política e economicamente. Essa mudança dos nobres lusos, destaque-se mais uma vez, era uma tentativa da política portuguesa de retirar Portugal da situação de reino de segunda categoria, em relação aos reinos europeus tidos como potências, visivelmente mais poderosos no século XVIII; um cenário bem diferente da outrora Lusitânia, cantada por Camões.

O reinado de D. João V havia testemunhado o começo de uma reafirmação do Estado e, por isso mesmo, do poder burocrático à custa da antiga nobreza. Esse processo de mudança em favor da nova nobreza foi grandemente acelerado por Pombal, e a renovação da aristocracia durante o seu período de preeminência foi muito extensa. Durante os 27 anos de governo de Pombal, 23 novos títulos foram concedidos e 23 foram extintos. Desse modo, cerca de um terço da nobreza se compunha de sangue novo por volta de 1777.⁵

Contudo, essa ação direcionada ao conjunto da alta nobreza não foi algo isolado, pois fez um preâmbulo para o início das grandes reformas operadas pelo reinado de D. José I. A política que foi descrita tornou-se um patamar para as reformas amplas porque, no mesmo período, o governo pombalino empreendeu uma operação de grandes proporções. Essa operação de grande vulto era destinada a, num primeiro momento, aprisionar — e manter fora do contato com o povo e seus estudantes — os religiosos da Ordem da Companhia de Jesus. Interessante observar a data exata, na nota a seguir, que traz as medidas administrativas colocadas em ação por D. José I.⁶ Em um trecho de seu livro sobre o Império Marítimo português, Charles Boxer procura fazer a ligação entre a perseguição

aos jesuítas e o atentado de 3 de setembro de 1758, tal como já se notou anteriormente.

Seu sucesso inicial deveu-se em grande parte ao fato de Pombal ter conseguido convencer dom José de que os jesuítas estavam profundamente implicados numa conspiração destinada a assassiná-lo, malograda em setembro de 1758.⁷

Foi apenas o início. A partir daí, o reino português recorreu a diversas medidas que terminaram com a expulsão dos jesuítas de Portugal e de todos os seus Domínios, ou seja, de seu grande Império Marítimo. Sem sombra de dúvida, a Ordem da Companhia de Jesus acumulava em Portugal e nos seus Domínios, um incrível poder, que ia desde o domínio da educação portuguesa até um grande número de propriedades e atividades de exploração econômica exclusivistas, como fazendas e companhias de comércio, que proporcionavam grandes rendas aos jesuítas.

Aparentemente, não havia nenhum outro país onde os jesuítas estivessem mais firmemente instalados ou tivessem mais poder e influência do que em Portugal e em suas possessões ultramarinas por ocasião do terremoto de Lisboa.⁸

A tomada das propriedades dos jesuítas foi outro episódio de grande açambarcamento de bens por parte do governo português, para uso direto do Ministério da Coroa bragantina⁹. Em apenas um ato administrativo, Portugal recebeu um grande número de imóveis utilizados por esses religiosos e que acabaram por mostrar-se muito úteis, principalmente, nos Domínios Ultramarinos, onde esses imóveis passaram a ser utilizados pelos governadores de

⁵ Kenneth Maxwell. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*, p. 79; Oliveira Marques. *História de Portugal*. v. II.

⁶ Carta Régia de 19 de janeiro de 1759. Coleção Pombalina.

⁷ Charles Boxer. *O império marítimo português – 1415/1825*, p. 200.

⁸ *Ibid.*, p. 200.

⁹ Carta Régia de 19 de janeiro de 1759. Coleção Pombalina.

Capitania, ouvidores e juizes, bem como serviram como quartéis para a tropa, para acomodar alfândegas, armazéns e mais um sem-número de utilizações por parte da Coroa¹⁰. Nota-se que a utilização de qualquer imóvel por indivíduos da hierarquia dos governadores/capitães-generais indica a importância para a administração portuguesa no seu controle das possessões longínquas de ultramar.

Entretanto, há um papel considerável na perseguição aos jesuítas, que se pode ler nas cartas do Governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do ministro Sebastião José de Carvalho. O Governador foi enviado para assumir uma posição de grande importância na América portuguesa, o governo do Estado do Grão-Pará e Maranhão.

A partir daí, Mendonça Furtado investigou a forma como as riquezas da Amazônia eram exploradas e percebeu que grande parte das empresas econômicas localizadas ao norte da América portuguesa era regida, exclusivamente, pelos jesuítas.

Em suas instruções de 1751, Mendonça Furtado ordenou que se investigasse "com muito cuidado, circunspeção e prudência" a suposta riqueza e o capital dos jesuítas. Depois de sua chegada à América, as relações entre o irmão de Pombal e as batinas pretas deterioraram-se de modo firme e regular.¹¹

O governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado propôs, através de sua correspondência

enviada diretamente ao irmão¹², a criação de uma companhia com exclusividade econômica para auxiliar as atividades comerciais dos súditos portugueses instalados na região, que se sentiam extremamente prejudicados pelo controle jesuítico da economia do Grão-Pará e Maranhão. A medida foi bem recebida em Portugal, que criou uma companhia econômica exclusivista para o norte da América portuguesa, a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão em junho de 1755¹³, destinada a reverter os lucros da região para mãos lusitanas e não os deixar somente aos jesuítas.

Ao lado da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, viu-se que foi criada a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, poucos anos depois. Era baseada na experiência

tida no Estado do Grão-Pará e Maranhão, para que os mesmos frutos fossem colhidos no Estado do Brasil¹⁴. Era destinada aos mesmos fins, conforme se lê nas citações de Charles Boxer, permeando este estudo: incentivar um aumento expressivo da produção de diversos itens disponíveis na América portuguesa e mais que necessários à sobrevivência econômica do Reino, ao lado de uma frota mercante constituída por navios lusitanos, fabricados no Reino ou no Brasil.

Outro aspecto importante era deixar essa produção de forma exclusiva nas mãos de súditos do Rei e não de estrangeiros, sobretudo comerciantes ingleses agindo em larga extensão no

Mendonça Furtado investigou a forma como as riquezas da Amazônia eram exploradas e percebeu que grande parte das empresas econômicas localizadas ao norte da América portuguesa era regida, exclusivamente, pelos jesuítas

¹⁰ Alvará integrando os bens, confiscados da Companhia de Jesus, nos da Coroa, de 25 de fevereiro de 1761. Coleção Pombalina.

¹¹ Kenneth Maxwell. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*, p. 58.

¹² Marcos Carneiro de Mendonça. *A Amazônia na Era pombalina*.

¹³ Alvará de 07 de junho de 1755 – *Confirma os estatutos da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Coleção Pombalina.

¹⁴ Alvará de 13 de agosto de 1759; o documento traz, anexos, os Estatutos da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba. Coleção Pombalina.

Reino ou ordens religiosas instaladas em muitos países, além do Reino lusitano e que tinham o monopólio do comércio em territórios da América portuguesa, como faziam os jesuítas. O objetivo era diminuir a dependência econômica da Inglaterra ou de qualquer outro elemento externo, estratégia empregada em larga escala na política do período pombalino.

A validade das frotas das companhias de comércio, criadas nas reformas pombalinas, mostrou-se de forma evidente na própria manutenção do exército mobilizado durante a Guerra Peninsular entre Portugal e Espanha, em 1762, o que mostrava que, no período enfocado, buscou-se a sobrevivência através da Casa Real e não mais de nobres, ávidos por tenças e mercês após cada ação:

Nesse ano, navios da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba transportaram para Portugal 12 mil arrobas de carne seca, destinada às tropas portuguesas. O suprimento de carne em Portugal, na época, provindo da Espanha, tinha sido suspenso devido à guerra. No ano seguinte, o rei de Portugal isentava de direitos todo tipo de carne transportada de Pernambuco para Lisboa, por navios da referida companhia, que partiam, também, carregados com açúcar, pau-brasil e algodão.¹⁵

Junto à criação das companhias gerais de comércio exclusivo, o Reino lusitano deu luz a uma legislação destinada a conceder liberdade aos índios: para os do Grão-Pará e Maranhão, inicialmente em 1755, para os indígenas do Estado do Brasil, em 1758.¹⁶

Essas medidas conjugadas são muito importantes, pois eram fruto do estudo resultante, principalmente do irmão do marquês de Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, durante

sua administração como Governador do Grão-Pará e Maranhão, quando havia notado, em todos os empreendimentos econômicos jesuítas, a utilização da mão de obra indígena. Esse método era padronizado, desde as Missões no sul do Estado do Brasil, até as fazendas de gado na Ilha de Marajó e na extração dos produtos da floresta, as ricas e cobiçadas “drogas do sertão” no Estado do Grão-Pará.

Por extensão, alguns anos depois da medida relativa aos indígenas da América portuguesa¹⁷, estendeu-se a igualdade de direitos aos indivíduos naturais da Ásia portuguesa. Logicamente, essa jurisdição de cunho modernizador em vários aspectos, na verdade, reforçava o controle absoluto sobre todos os meios econômicos do Império lusitano, no caso da expulsão dos jesuítas e na criação das Companhias Gerais, criadas no Reino e no Ultramar, que gozavam de privilégios exclusivos.

Em relação aos indígenas dos Domínios de Leste e Oeste de Portugal, procurava-se o necessário aumento de súditos presentes em cada possessão Ultramarina, algo extremamente valioso, em caso de guerra, para a Lusitânia, às voltas com a permanente “falta de braços”. Nota-se que era uma política combinada para livrar-se da situação de “pequeno aliado”, atado inexoravelmente a qualquer decisão da Corte inglesa. Uma busca incessante do novo regime português, através das reformas e da política levada a efeito no Reinado de D. José I.

Pombal partia da verificação desses dois aspectos: o enorme atraso do país e a subordinação à Grã-Bretanha. Contudo, não considerava unicamente os aspectos econômicos, como a sua própria prática política iria confirmar ao reformar a Universidade, ao retirar aos

¹⁵ Lucy Maffei Hutter. *Navegação nos Séculos XVII e XVIII. Rumo: Brasil*, p. 367-68.

¹⁶ Lei de 06 de junho de 1755 – *Restitui aos índios do Grão-Pará e Maranhão a liberdade “das suas pessoas, bens e comércio”*; Alvará de 07 de junho de 1755; Alvará com força de Lei, de 08 de maio de 1758 – *Torna extensiva a todo o Estado do Brasil a liberdade concedida aos índios do Grão-Pará e Maranhão*. Coleção Pombalina.

¹⁷ Alvará com força de Lei, de 02 de abril de 1761. Coleção Pombalina.

Jesuítas o monopólio do ensino e ao acabar com a ação do Santo Ofício.¹⁸

As medidas tomadas em relação ao clero não se mantiveram isoladas na completa perseguição aos jesuítas, há pouco descrita, mas evidenciou-se em outras ações. Era notória em Portugal a presença da Inquisição; portanto, a importância desse tribunal eclesiástico não passou despercebida aos olhos do governo pombalino. Depois de ter sido bem-sucedido na eliminação da Companhia de Jesus, o Reino buscou apoderar-se das instituições eclesiásticas presentes em Portugal. No que concerne à Inquisição, transformou-a num tribunal dependente do Estado e não ligado diretamente à Santa Sé.

Outra decisão de grande impacto, destinada a passar para as mãos do Estado mais um organismo de controle, foi a criação da Real Mesa Censória¹⁹, que retirava das mãos de enviados do Vaticano a censura de livros em Portugal. As reformas pombalinas, desse modo, engendraram medidas modernizadoras dentro do sistema do antigo regime lusitano, removendo-o do estado de lenta e pronunciada decadência econômica.

... toda uma época decisiva na história lusa, pois em diversos sentidos se trata de um período que foi uma espécie de divisor de águas entre duas épocas da história portuguesa.²⁰

O incentivo a manufaturas e empreitadas comerciais garantia mais autonomia para Portugal, na época, dependente da Inglaterra em vários

sentidos; as companhias gerais de comércio, com rendas exclusivas, foram uma forma de livrar-se dessa dependência.

O lado mais importante dessa questão, sobretudo diplomática, entre os dois reinos é que, o Ministro de maior envergadura no Reinado de D. José I era o mais ardoroso divulgador dessa possível ameaça junto à Corte de Lisboa. Para ele, essa dependência era um ponto de total enfraquecimento do Portugal do século XVIII e da política de controle e fortalecimento do Estado absoluto. Essa situação envolvendo o futuro marquês de Pombal ocorreu desde os tempos de estada em Londres, de onde o futuro marquês enviou diversos textos²¹ e cartas²², alertando para um possível ataque inglês, caso Portugal estivesse cada vez mais fraco militarmente e surgisse a oportunidade ideal para qualquer tentativa britânica de posse ou ataque, envolvendo os Domínios Ultramarinos.

O reconhecimento pela Grã-Bretanha do possível impacto das medidas econômicas do governo de Portugal, aliado à clara demonstração da dependência dos portugueses com relação aos britânicos, entretanto, serviu para reacender com renovada virulência os receios que vinte anos antes levaram Pombal a empreender uma investigação minuciosa e abrangente das causas da superioridade comercial britânica. As consequências da Guerra dos Sete Anos, por esse motivo, foram paradoxais. Portugal havia sido defendido, mas as intenções britânicas eram mais suspeitas que nunca...²³

Certamente, toda a situação militar envolvendo boa parte das fronteiras entre as possessões lusita-

¹⁸ Armando Castro. *Doutrinas econômicas em Portugal* (séc. XVI a XVIII), p. 110.

¹⁹ Lei de 5 de abril de 1768. Coleção Pombalina.

²⁰ Francisco J. Calazans Falcon. In: João Lúcio de Azevedo. *O Marquês de Pombal e a sua época*.

²¹ Sebastião José de Carvalho e Melo. *Exposição dos fundamentos porque El Rei... se acha hoje desobrigado da observância dos artigos... que permitem os navios e mercadores ingleses nos portos do Brasil; Discurso Anglo-Lusitano sobre as queixas dos Comissários Britânicos domiciliados no Reino de Portugal; Discurso, para se imprimir no periódico "London Chronicon" contra as calúnias, surgidas na opinião pública, visando dissolver a aliança de Portugal com a Inglaterra.*

²² Sebastião José de Carvalho e Melo. *Carta para... mandando proceder contra os navios ingleses, que, disfarçados sob a bandeira portuguesa, apresavam outros barcos ingleses.*

²³ Kenneth Maxwell. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo.*

nas e os domínios castelhanos e as ameaças, tornadas reais ou não, de França e Inglaterra — muito mais perigosas caso fossem levadas a cabo — renderam grande parte dos investimentos da Corte de Lisboa, capitaneada por Pombal, para uma reforma militar extensa. Atentando-se para a parte naval, que já mostrava uma reforma de grandes proporções antes das hostilidades da Guerra dos Sete Anos, viu-se um maior incremento das medidas tomadas, criando mais arsenais de marinha (estaleiros oficiais) no Estado do Brasil, visando à defesa efetiva do Império Ultramarino. A Corte deixava também o Domínio da América portuguesa mais capaz de garantir a posse da parte sul do Estado do Brasil de qualquer invasão esboçada pelas potências marítimas do século XVIII — posse esta, de um território de inestimável importância econômica para o Reino.

É importante propor maior discussão a respeito das razões econômicas presentes ao tempo do reinado de D. José I, levando a mais uma razão efetiva da

criação de uma reforma dos meios navais, diante de inúmeras outras empresas de vulto. Para se entender a situação que se fez presente a partir de 1750, basta uma comparação com a política existente no reinado anterior, de D. João V, quando o ouro e os diamantes extraídos das minas do Brasil atingiram seu auge, mas não serviram para o salto modernizador do Império marítimo português.

O que pôde muito bem foi sustentar a construção de conventos, fortalezas espalhadas pelo Im-

pério, aquedutos, mecenato de eventos intelectuais e embaixadas nunca vistas antes, principalmente aquela enviada ao Vaticano, da qual se pode ainda observar nos dias de hoje, parte dos presentes oferecidos ao Papa no Museu do Vaticano. Como se depreende, é uma enormidade de gastos, situação que gerou críticas de historiadores de diversas épocas em relação ao objetivo real desses empreendimentos, procurando investigar o que acabou sendo utilizado racionalmente em Portugal e o que se tornou mero desperdício.²⁴

Mas, numa situação completamente oposta ao que foi descrito acima, logo no primeiro ano do reinado de D. José I, em 1750, o ouro brasileiro passou a indicar uma grave baixa no montante de extração, lembrando ainda a situação da dívida contraída com os ingleses — um futuro que já havia sido previsto, ainda no reinado anterior — pelo santista Alexandre de Gusmão, Ministro particular do rei D. João V.

Para se entender a situação que se fez presente a partir de 1750, basta uma comparação com a política existente no reinado anterior, de D. João V, quando o ouro e os diamantes extraídos das minas do Brasil atingiram seu auge, mas não serviram para o salto modernizador do Império marítimo português

... corra-se atrás das Minas de ouro, que na verdade nos têm empobrecido e arruinado... Isto é indubitavelmente certo, e tão claro como a luz do dia, porque, se a perda do dinheiro que se extrai monta cada ano a quatro milhões da soma que recebe para o mencionado e suposto fundo dos cem milhões: ninguém pode negar a diminuição do mesmo fundo, e também é certo que podem calcular em 500 mil cruzados cada ano a perda que sentimos no abatimento do valor dos nossos gêneros, de que vem a chegar a perda a 4 milhões e a mais...²⁵

²⁴ João Ameal. *História de Portugal*; Jorge Borges de Macedo. *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*; Oliveira Marques. *História de Portugal*, v. II; Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil et alli*.

²⁵ Alexandre de Gusmão. *Apontamentos Discursivos sobre o dever-se impedir a extração da nossa Moeda para fora, e Reinos Estrangeiros, por causa da ruína que daí se segue: a cujo papel vulgarmente chamam o Cálculo de Gusmão. Exposto ao Fidelíssimo Rei o Senhor D. João V, pelo dito autor Alexandre de Gusmão*.

Em vista desse quadro, que se tornou muito mais dramático no reinado de D. José I, o ministério pombalino teve que, cada vez mais, procurar cortar o que era supérfluo e concentrar-se apenas no que poderia trazer lucros para Portugal e manter esses lucros dentro do Reino, o que era mais difícil ainda. A partir daí, traçou-se uma nova política econômica.²⁶

Todavia, a par desse redimensionamento da política lusitana, constata-se que obras que se mostravam de fato necessárias à sobrevivência do Império continuaram a ser incentivadas, projetadas, ou seja, a economia voltava seus fogos para as áreas tidas como de suma importância para Portugal. Portanto, as construções e modernizações de fortes e fortalezas espalhados pelo Império mantiveram-se como uma tônica da política de cunho imperial.²⁷ Ao lado disto, podemos alinhar as reformas militares e as mais bem conhecidas, no âmbito da História, novas formas de angariar rendas, que eram destinadas ao engrandecimento econômico do Império e ao aumento do Erário Régio, que se mostrava, ano a ano, menos potente devido ao imenso declínio da produção aurífera brasileira durante o período do Reino de D. José.

Basta lembrar que, no último ano do reinado de D. José I, o ouro brasileiro atingiu seu mais baixo índice de produtividade, aliando-se a isso o posterior declínio da maioria das reformas

econômicas empreendidas. Assim, apesar dos diversos empreendimentos encetados no período das reformas pombalinas, essas mesmas fontes de renda do Império contribuíram para sua derrota e, por fim, para a desgraça de Pombal, que tinha consciência clara de que devia valer-se de todos os meios econômicos possíveis e não procurar sobreviver apenas por meio dos metais preciosos extraídos das Minas do Estado do Brasil.

As Minas de Ouro. Vede aqui qual é, há sessenta anos, a única fonte das riquezas de Portugal. Não é necessário ser político, basta valer-se da Aritmética, para mostrar que um Estado que inclina toda a sua Administração para as Minas deve perecer necessariamente. O Ouro e a Prata são uma riqueza de ficção.²⁸

No último ano do reinado de D. José I, o ouro brasileiro atingiu seu mais baixo índice de produtividade, aliando-se a isso o posterior declínio da maioria das reformas econômicas empreendidas

As verdadeiras palavras de Pombal escritas em seu discurso mostram que a política empreendida durante o Reinado de D. José I, mais uma vez, não estava somente lastreada na

produção de ouro e diamantes. O trabalho de Antônio J. da Silva Moreira²⁹ nos traz uma afirmação incisiva a respeito dessa situação econômica e das reformas que se seguem:

Não nos parece aceitável que os surtos manufatureiros do Conde de Ericeira e do Marquês de Pombal possam ser atribuíveis a quedas de preços e a crises comerciais, como o fez V. Magalhães Godinho, ou

²⁶ Armando Castro. *Doutrinas econômicas em Portugal* (séc. XVI a XVIII); Maria Helena dos Santos (Coord.). *Pombal Revisitado*, v. I et II.

²⁷ *História do Exército Brasileiro*, v.II; Aníbal Barreto. *Fortificações do Brasil*; J. Muniz Jr. *Fortes e Fortificações do litoral santista*; Ricardo Fontana. *As obras dos engenheiros militares Galluzzi e Sambuceti e do arquiteto Landi no Brasil colonial do séc. XVIII*; Vitor Hugo Mori; Carlos Lemos e Adler Castro. *Arquitetura Militar*.

²⁸ Sebastião José de Carvalho e Melo. *Discurso sobre as vantagens que o Reino de Portugal pode tirar da sua Desgraça por ocasião do Terremoto no primeiro de novembro de 1755*. v. IV, p.103.

²⁹ Maria Helena dos Santos (coord.). *Pombal Revisitado*. v. I, p. 17.

estivesse dependente do aprovisionamento de ouro, como afirma J. Borges de Macedo.

Mas, voltando às medidas criadas para o fortalecimento do Estado absoluto, durante a estada de Pombal no Ministério, podemos citar mais exemplos, com a criação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro³⁰, em 1756, incluindo uma redefinição do território destinado ao cultivo de uvas e produção de vinhos para tentar impedir o prejuízo português, algo que já se delineava nos Tratados entabulados com a Inglaterra.

...competição, cada vez maior, veio a criar grandes dificuldades aos donos das vinhas do Douro, que acabaram por pedir auxílio ao Governo Central de Lisboa, nesta altura dirigido por Sebastião de Carvalho e Melo... Pombal respondeu ao pedido com a criação, em 10 de setembro de 1756, da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. Esta Companhia estabeleceu um nom d'appellation — quase um século antes de os franceses o terem feito, para a área em que deviam nascer as vinhas produtoras do vinho do Porto...³¹

Essa medida, pode-se colocar, era uma forma de tentar reverter a má situação na qual Portugal se colocara desde o final do reinado de D. João IV, durante a elaboração de tratados que traziam vantagens econômicas para a Inglaterra, mormente o Tratado entabulado durante o governo de Cromwell em 1654. Essa situação tornou-se mais evidente com a assinatura do Tratado de Methuen em 1703. Pode-se perceber uma tentativa pombalina de ganhar novamente a posição de vantagem que existia antes da assinatura dos tratados e assim, mais uma vez, tentar colocar-se fora do círculo de outras grandes potências.

Sem dúvida, a tentativa pombalina de reposicionar a produção total de exportações do Reino, tanto procurando incentivar produtos manufaturados, como produtos agrários, visava sobremaneira derrubar a situação de inferioridade vivida por Portugal à época.

Portanto, sem um Tesouro Real com capacidade substancial e com os prejuízos simplesmente aumentando por diferentes causas — extração de ouro, dívida externa, gastos com o terremoto, com a nobreza e prejuízos originados por integrantes do clero —, a saída imaginada foi conseguir esses meios econômicos adequados, principalmente através de reformas condizentes destinadas a refazer a opulência do Tesouro Real existente no Reinado anterior. Mas, de forma ainda mais racional, eis os principais motivos: a queda drástica na produção aurífera, praticamente quando o desafortunado D. José I ascendeu ao trono, a completa destruição da capital do Império marítimo português em 1755 — incluindo-se aí tanto a casa do morador mais pobre ao palácio real à beira-mar, que tiveram de ser reconstruídos — e os gastos assombrosos com a Guerra dos Sete Anos, que tiveram continuidade nos conflitos da América portuguesa, mesmo anos após o Tratado de Paris.

Todo esse quadro mostrou um caminho duro, mas que foi seguido fielmente durante o período pombalino. A política levada a cabo pressupunha o total fortalecimento do Estado, mesmo que fosse necessário se livrar da influência dos nobres mais poderosos. Ao mesmo tempo, a busca pela não dependência do Império Britânico e o total rompimento de relações com o Vaticano mostraram um Portugal completamente diferente de tudo o que já se vira até então. As reformas pombalinas foram o meio imaginado para se conseguir uma soberania

³⁰ Alvará de 10 de setembro de 1756. Coleção Pombalina; Susan Schneider. *O Marquês de Pombal e o Vinho do Porto*.

³¹ Susan Schneider. *O Marquês de Pombal e o Vinho do Porto*, p. 43.

de fato, durante o Reinado de D. José I, mesmo que não tivessem germinado os frutos esperados, em muitos dos casos estudados.

Contudo, a política se fez, e o Estado português, simbolizado pelo trono dos Bragança, rumou

para a política absoluta de total controle do Estado por meio do Rei e seu Ministério, capitaneado por Sebastião José de Carvalho e Melo, terminando apenas em 1777, com a morte de D. José I e a ascensão da "Viradeira". ☺

Referências

ALEXANDRE, Valentim. Os Sentidos do Império. Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português. Lisboa: Afrontamento, 1993.

ARQUIVO NACIONAL. Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

AZEVEDO, J. Lucio de. O Marquês de Pombal e a sua Época. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

BICALHO, Maria Fernanda. A Cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BOXER, Charles R. O Império marítimo português (1415-1825). Lisboa: Edições 70, 1992.

_____. A idade de ouro do Brasil (dores de crescimento de uma sociedade colonial). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.

CARNAXIDE, Antônio de Sousa Pedroso Carnaxide, Visconde de. O Brasil na Administração Pombalina. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

CAVALCANTI, Nireu. O Rio de Janeiro Setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. São Paulo: AESP. 91 v.

EDMUNDO, Luiz. O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-Reis. Rio de Janeiro: Conquista, 1956.

FALCON, Francisco C. A Época Pombalina: política econômica e monarquia Ilustrada. São Paulo: Ática, 1982.

FISHER, H. E. S. De Methuen a Pombal: o comércio anglo-português de 1700 a 1770. Lisboa: Gradiva, 1984.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria F. & GOUVÊA, Maria de F (Orgs.). O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João. "À espera das frotas: hierarquia social e formas de acumulação no Rio de Janeiro, século XVII." in: Cadernos do LIPHS, no. 1. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995, pp. 53-62.

FRAGOSO, João. "As frotas do açúcar e as frotas do ouro, 1670-1770". in: Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar, séculos XIII-XVIII. Lisboa: DIFEL, 1990, pp. 477-496.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1986.

GODINHO, Vitorino Magalhães. Ensaios II. Lisboa: Livraria Sá de Costa Editora, 1978.

_____. "Os portugueses e a 'carreira da Índia', 1497-1818". in: Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar, séculos XIII-XVIII. Lisboa: DIFEL, 1990, p. 333-374.

HESPANHA, Antônio Manuel (coord.). História de Portugal. Antigo Regime. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. v. IV.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a Carreira da Índia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

LOBO, Eulália M. L. "O comércio atlântico e a comunidade de mercadores no Rio de Janeiro e em Charleston no século XVIII." In: *Revista de história*, no. 101. São Paulo: USP, 1975, p. 49-106.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1986.

OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. *Quadro Histórico da Província de São Paulo*. 2. ed. São Paulo: Typographia Brasil de Carlos Gerke & Cia, 1897.

PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. *Estrutura industrial e Mercado Colonial: Portugal e Brasil (1780-1830)*. Lisboa: DIFEL, 1994.

PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1953, v. I.

SANTOS, Corcino Medeiros dos. *Relações comerciais do Rio de Janeiro com Lisboa (1763-1808)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.

SILVA, Maria B. N. da. (org.). *O Império Luso-Brasileiro (1750-1822)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986.



Editorial 2011

Coleção General Benício

AS OBSESSÕES PATRIÓTICAS

Origens e projetos de duas escolas de pensamento político do Exército Brasileiro

Leonardo N. Trevisan

A obra é um profundo e lúcido estudo da evolução do ensino militar no Brasil, das suas origens coloniais até a Revolução de 1930, por meio do qual vão surgindo os cenários e os acontecimentos mais importantes da nossa história. Tem indiscutível valor como trabalho acadêmico sobre um tema já abordado por muitos autores nacionais e estrangeiros.

O autor é graduado em História pela Universidade de São Paulo, além de mestre e doutor em História Econômica e Ciências Políticas. No vasto repertório de publicações, constam duas sobre assuntos referentes às nossas Forças Armadas: *Instituição Militar e o Estado Brasileiro* e *O Pensamento Militar Brasileiro*, ambos pela Editora Global.

Os corpos de ordenanças e auxiliares nos domínios ultramarinos*

As relações militares e políticas na América portuguesa

*Cristiane Figueiredo Pagano de Mello***

RESUMO

O artigo tem por objeto de estudo as organizações militares encarregadas da prestação de serviços gratuitos e a que eram obrigatoriamente engajados todos os súditos em condições de tomar armas: os corpos de ordenanças e de auxiliares. O objetivo é demonstrar que a importância de tais organizações militares na segunda metade do século XVIII no Brasil dava-se, não somente em função de sua defesa e manutenção da posse territorial, mas, também, devido ao papel e à relevância que assumiam em sua potencialidade simbólica de expressar e representar uma ordem social que se queria construir.

PALAVRAS-CHAVE: Corpos militares. Ordem social. Recrutamento. Deserção. Brasil colônia.

Introdução

O objetivo do artigo é analisar as estratégias utilizadas pelo poder central metropolitano português e seus representantes no Brasil a fim de tornar possível a governança. Mais especificamente, interessa a perspectiva militar dessas estratégias, isto é, analisar as políticas de utilização das forças militares na manutenção da boa ordem política.

Por um lado, tem-se a integração dos grupos considerados de risco — forros e homens brancos livres e pobres —, estratégia essa que abrangia o conjunto de medidas a propósito dos recrutamentos militares; ou ainda, a repressão pura e simples de

todo e qualquer evento que, então, se configurava como desordem: o ataque a quilombos, a captura de presos foragidos e de soldados desertores, a prisão de criminosos, as providências contra as invasões de engenhos pelos gentios etc. Por outro, tem-se o reconhecimento da necessária colaboração entre os vice-reis e as elites locais, cujo lugar político, por ser hierarquicamente superior aos outros segmentos da sociedade colonial, implicava maior abrangência e eficácia na manutenção da boa ordem.

Nesse sentido, por meio da análise do *Alvará de 1764*, que vem detalhar toda a matéria concernente ao recrutamento militar, será buscada a

* Transcrito de História: Questões & Debates, Curitiba, n. 45, p. 29-56, 2006. Editora UFPR. O presente artigo faz parte da tese de doutorado intitulada Os Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do século XVIII — As Capitâneas do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e a manutenção do Império Português no centro-sul da América.

** A autora é doutora pela Universidade Federal de Ouro Preto — UFOP.

análise dos privilégios, das imunidades e isenções ao serviço militar como tentativas do poder central e seus agentes na Colônia de ganhar a indispensável colaboração dos notáveis locais no que se refere à árdua tarefa de “fazer soldados”. Em outros termos, a formação da força militar não deveria colidir frontalmente nem com os respectivos interesses das elites locais e nem, tampouco, com os daqueles que desenvolviam atividades econômicas consideradas úteis ao Estado, como os artífices, os lavradores e os comerciantes. Entretanto, é possível afirmar que a extensa rede de interesses, clientelas e parentesco existentes na Colônia ampliou e muito os limites de privilégio determinados pelo governo central no *Alvará de 1764*, significando dessa forma que, na prática, uma parcela importante da população masculina em idade marcial e não inserida, a princípio, na esfera dos privilegiados, encontrava-se fora do alcance da administração régia.

Apresentação das forças militares

Os corpos de ordenanças se organizaram a partir d'O *Regimento das Ordenanças e dos Capitães-Mores*, de 10 de dezembro de 1570, que foi a disposição legislativa tomada por D. Sebastião a fim de regular com maior precisão a vida militar em Portugal e em seus domínios ultramarinos, mantendo, assim, todos os súditos em condições de tomar armas sempre exercitados e aptos a servir na defesa da terra em caso de necessidade.

Toda a população adulta masculina, entre os 18 e os 60 anos e capaz de combater, deveria estar organizada, não podendo, a partir de então, eximir-se do serviço militar não remunerado. O alistamento daqueles homens obrigados ao serviço militar gratuito

estendia-se por todos os lugares e aldeias das cidades e das vilas; eram, então, agrupados em companhias de homens armados, sob o comando superior de um capitão-mor. Vale lembrar, entretanto, que a hierarquia de comando das ordenanças não era extensiva a toda a população, pois só poderia ser exercida pelas pessoas que reunissem para os tais postos as necessárias qualidades, encontradas apenas nos chamados “principais das terras” e os da “melhor nobreza e christandade”¹.

De acordo com Nuno Gonçalo Monteiro:

Supunha-se que os membros das famílias localmente mais prestigiadas e antigas dispunham de uma autoridade natural, ou seja, sedimentada pelo tempo, que mais facilmente seria acatada pelos de baixo. Pensava-se também que os mais nobres e ricos seriam igualmente os que davam maiores garantias de isenção (“desinteresse”) e independência no desempenho dos seus ofícios, no sentido de poderem viver para eles sem deles viverem.²

Outra organização militar de grande importância na sociedade colonial, e também encarregada da prestação de serviços gratuitos nas várias Capitanias do Estado do Brasil, são as tropas de auxiliares. Surgiram em Portugal durante a Restauração, quando D. João IV, a fim de incorporar as inovações por que passavam os exércitos europeus durante a primeira metade do século XVII, reorganizou as forças militares do Reino. As ordenanças, entretanto, segundo Latino Coelho, teriam conservado intacta a organização que lhes imprimira D. Sebastião.

Das listas de ordenanças, onde estavam registrados os nomes de todos os homens incumbidos da obrigação militar, retiravam-se os soldados pagos ou os que deveriam constituir a tropa de linha entre

¹ “Provisão das Ordenanças de 30 de abril de 1758”, in *Systema ou Collecção dos Regimentos Reais*, compilados por José Roberto de Campos Coelho e Sousa, tomo V, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1789, itens de nos 2 e 67.

² MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Poderes Municipais e Elites Sociais Locais” (séculos XVII- XIX): Estado de Uma Questão”, in *O Município Português*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1998, p. 325.

os filhos segundos das famílias; jamais os filhos únicos de viúvas e de lavradores. Isentando-se a estes do serviço da primeira linha, bem como os casados em idade militar, constituíam-se as tropas de auxiliares ou milícias, organizadas em terços, cada terço comandado por um mestre de campo e instruídos os homens por oficiais hábeis e experimentados, vindos do exército de linha³. Todos os restantes homens válidos eram inscritos nas companhias de ordenanças.

As tropas regulares ou pagas constituíam o exército de campanha, e era com ele que se empreendiam as operações da grande guerra. Os auxiliares tinham por dever acudir as fronteiras para as quais estavam designados e, enquanto nelas persistiam mobilizados, receberiam como os soldados pagos. As ordenanças não somente serviriam na pequena guerra, local e circunscrita, senão também, quando fosse grande a necessidade, deveriam guarnecer as praças que lhes ficavam mais vizinhas.⁴

Aos oficiais dos terços de auxiliares atribuía a lei, entre outros benefícios, o privilégio de “gozarem de todas as honras e preeminências de Capitães pagos”⁵, sendo, ainda, isentos de todo e qualquer encargo ou contribuição municipal. Seriam esses oficiais, de preferência, escolhidos dentre as pessoas mais “nobres e honradas” e, portanto, as mais capazes de exercer o comando, “assim porque delles se deve esperar que, por serem de qualidade, e afazendados, acudam com maior vontade à defesa da sua Patria, e meu serviço, e a quem melhor

caberia receber as régias mercês”⁶. Importante é ressaltar o papel de destaque que tais organizações militares desempenharam na administração colonial, e a dimensão dessa importância bem pode ser expressa nas palavras de Caio Prado Junior, quando este afirma: “estenderam-se com elas, sobre todo aquele território imenso, de população dispersa, as malhas da administração cujos elos teria sido incapaz de atar, por si, o parco oficialismo oficial (...)”⁷. Podemos, ainda, concluir com Raymundo Faoro, acerca da relevância das ordenanças e dos auxiliares na sociedade colonial, que estas constituíram “a espinha dorsal da colônia, elemento de ordem e disciplina (...)”⁸.

A pedagogia militar

Deve-se considerar que, durante a segunda metade do século XVIII, a existência dos corpos de auxiliares e de ordenanças revestia-se de suma importância, não somente em função da imprescindível manutenção e defesa da posse territorial, que os definiam como uma força fundamental, mas também devido ao papel e à relevância que assumiam em sua potencialidade simbólica de expressar e representar uma ordem social que se objetivava construir.

Nesse sentido, faz-se interessante recorrer, primeiramente, a Ribeiro Sanches, um dos inspiradores da administração pombalina, mais especificamente em seu livro *Cartas sobre a educação da mocidade*⁹. Das propostas que ali elabora para a ordenação

³ ALMEIDA, Fortunato de. *História de Portuga*, tomo V. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1927, p. 279.

⁴ COELHO, José Maria Latino. *História militar e política de Portugal – Desde os fins do XVIII século até 1814*, tomo III. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891, p.18.

⁵ “Carta Régia sobre a Criação de Soldados Auxiliares, Lisboa, 7/1/1645”, in *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa*, compilada por José Justino de Andrade e Silva, v. de 1640 a 1647, p. 271-272.

⁶ “Carta Régia sobre a Criação de Soldados Auxiliares, Lisboa, 7/1/1645”, op. cit., p. 272.

⁷ PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1977, p. 324.

⁸ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder. Formação do Patronato Político Brasileiro*, v. I. Porto Alegre: Globo, 1984, p. 196.

⁹ SANCHES, António Nunes Ribeiro. *Cartas sobre a Educação da Mocidade* [1759]. Prefácio e notas de Joaquim Ferreira. Porto: Editorial Domingos Barreira, [17-?].

social de Portugal, o que mormente interessa destacar é sua ampla concepção do papel das organizações militares, propondo-as como paradigma de ordem que permeasse o âmbito do civil. Pela análise que se fará em seguida, do *Relatório* elaborado pelo Marquês do Lavradio destinado ao seu sucessor no Vice-Reino do Estado do Brasil, poder-se-á definitivamente verificar a utilização de tal concepção durante sua administração (1769-1779).

Durante a segunda metade do século XVIII, a busca, por parte do governo português, de uma maior centralização político-administrativa desdobra-se em mudanças nas instituições políticas e militares outrora dotadas de certa autonomia. Tal política régia se estenderá pelos domínios ultramarinos portugueses e, no que concerne ao Estado do Brasil, será implementada pelos representantes régios, respectivamente o vice-rei, os capitães-generais e os governadores das capitanias, em obediência às determinações e instruções que recebiam da Metrópole.

Como consequência da nova organização político-social do poder absoluto, a exigência de subordinação e obediência por parte de todos os súditos perante a autoridade da Coroa torna-se uma questão primordial para o seu estabelecimento e consolidação. Pretendia-se que tal subordinação e obediência — numa palavra, disciplina — atuassem como forças centrípetas e integrativas.

Sabe-se que, na sociedade tradicional, a Igreja representara relevante papel para discipliná-la e ordená-la, não só no domínio da religião, mas também nos da educação e da política, orientando todos os seus membros no sentido da univocidade, pastoreando o bom funcionamento de cada uma das partes, com vistas à integração do todo, o então corpo místico do Estado. Nada mais

emblemático daquela atuação do que os padres da Cia. de Jesus, com sua imperiosa disciplina e a mais irrestrita obediência a seu superior religioso: espalhados por todos os recantos da sociedade, constituíam-se, indubitavelmente, nos mais fiéis soldados de Cristo. Aquela disciplina social, outrora dirigida pelos padres, só encontraria viabilidade na sociedade tradicional, em que o Estado “não é jamais objeto autônomo de política, mas objeto de teologia política”¹⁰.

A “desteologização” da política exigia uma nova mecânica de instauração da disciplina social, uma vez que, entre as autoridades seculares, já não mais estava em voga confiar à Igreja tamanha ingerência na sociedade civil. Dessa forma, Ribeiro Sanches, em seu livro *Cartas sobre a educação da mocidade*, ao fazer uma criteriosa análise da situação de Portugal, localizando as mazelas decorrentes da anterior estrutura social, aponta suas saídas ao ocupar-se, especialmente, dos métodos nos quais se deveria alicerçar a disciplina da nova ordem política. Propõe, para tanto, que a instrução da mocidade fosse consumada no que chamou de “Escola Militar ou dos Nobres”.

Vale destacar, a princípio, que a proposta de uma “escola militar governada pela disciplina militar”¹¹ está intimamente ligada ao processo de deslocamento da disciplina social do domínio religioso, fazendo-se necessário, portanto, outorgá-la a uma outra instituição que, por laica, fosse colocada a serviço da nova ordem política do Estado absolutista. Dessa forma, que outra instituição senão a militar, lugar onde a realização da ordem se efetiva necessariamente por meio do comando e da total obediência, traduziria melhor a disciplina a ser imposta?

Ribeiro Sanches, propondo ao Marquês de Pombal a criação da “Escola Militar ou dos

¹⁰ PÉCORA, Alcir. *Teatro do Sacramento*. São Paulo: Edusp, 1994, p. 131.

¹¹ SANCHES, António Nunes Ribeiro, op. cit., p. 208

Nobres”, afirma entusiasmado: “Que me concedam que os generais, os almirantes, os magistrados e todos os cargos sejam administrados por homens educados em uma escola [neste molde] estou certo que será um reino bem governado”¹².

Interessante notar que a utilização da pedagogia militar proposta por Ribeiro Sanches se constrói a partir de uma concepção mais abrangente e alargada, da própria instituição militar, onde esta não estaria apenas identificada com suas — não menos importantes — atividades da guerra ou do combate, mas vincular-se-ia, também, a um processo intrínseco de educação no sentido da disciplina e da ordem acordes com a nova fundamentação teórica do poder do Estado. Assim sendo, segundo o autor, “as leis teriam vigor, porque os súditos as executariam; e estando autorizados, as observariam, conhecendo interiormente terem superior e que são nascidos súditos”¹³.

Não deixam de merecer, entretanto, grande atenção por parte do autor as questões mais especificamente ligadas às suas latentes funções de guerra e combate. Operando com a contraposição entre a antiga ordem, por ele denominada “Monarquia Gótica”, e a nova, enunciada “Monarquia civil ou política”, adverte das necessárias mudanças a serem realizadas na organização militar em prol do estabelecimento da segunda em detrimento da primeira.

Segundo Ribeiro Sanches, a força, o ânimo ousado e a valentia “já não são bastantes para vencer, como quando fazíamos a guerra expulsando os mouros da pátria”. A arte da guerra, hoje, é ciência fundada em “princípios que se aprendem e devem aprender antes que se veja o inimigo, necessita de estudo, de aplicação, de atenção e reflexão”¹⁴.

Referindo-se à Monarquia Gótica, Ribeiro Sanches constata e critica os objetivos limitados e, portanto, efêmeros da antiga administração militar para, imediatamente, afirmar da necessidade de uma perspectiva mais ampla:

A constituição da nossa monarquia, sendo só para guerrear e conquistar, era força que acabasse logo que uma paz durasse por oitenta ou cem anos; porque nenhuma lei nem educação da mocidade havia para se empregar neste tempo do descanso. Esta foi a causa por que chegaram os vícios ao cume de toda a perversidade.¹⁵

Portanto, a segunda metade do século XVIII assiste a um alargamento da concepção da disciplina militar, não mais se reduzindo à esfera militar propriamente dita, mas atuando como paradigma que penetrava o âmbito do civil; ampliam-se, também, as concepções da guerra e do soldado, não mais se reduzindo aquela à conquista, mas sim estendendo-se à conservação dos territórios já conquistados, nem tampouco este ao exercício da força e da violência, mas sim abrangendo o do aprendizado da ciência em que se convertera a guerra.

Sabe-se, no entanto, que a “Escola Militar ou dos Nobres” foi criada¹⁶ “para se educarem os moços nobres destinados a servir nos exércitos e nos cargos civis”¹⁷. O precípua interesse é destacar que, embora tivesse Ribeiro Sanches para sua escola um público idealmente determinado, o paradigma militar rompeu os muros da “Escola dos Nobres” para ser, inclusivamente, manipulado como um método para educar a população em geral. Pode-se constatar, segundo Lei de 1765, esta concepção mais abrangente, expandida, em

¹² SANCHES, António Nunes Ribeiro, op. cit., p. 65.

¹³ Ibid., p. 209.

¹⁴ Ibid., p. 174.

¹⁵ Ibid., p. 122.

¹⁶ Pela carta de lei do dia 7/7/1761, promulgada por Pombal, foi fundada em Portugal a Escola Militar ou dos Nobres.

¹⁷ Ibid. p.162.

que todos os indivíduos se reunissem todos os domingos nos movimentos e evoluções militares, e sendo preciso para este importante fim dar certa ordem à numerosa população desta cidade, a qual sirva, ao mesmo tempo, para que, sem confusão, possam acudir em Corpos aos diferentes pontos¹⁸.

De idêntica forma, virá a Coroa portuguesa a se utilizar desta pedagogia militar, que podemos encontrar mais explicitamente desenvolvida na administração do Vice-Rei do Estado do Brasil, Marquês do Lavradio, para impor uma nova disciplina aos habitantes de suas colônias no Ultramar.

O Relatório do Marquês do Lavradio e a disciplina na Colônia

O sistema utilizado pelo Marquês do Lavradio durante seu governo no Brasil (1769-1779) — e descrito em seu *Relatório*¹⁹ ao Vice-Rei que o viria substituir — opera com precisas regras hierárquicas e hierarquizadoras, cuja intervenção visava “submeter” a pluralidade dos membros a um único fim, qual seja a “felicidade” do bem comum, postulada como a única força capaz de reunir, ou “reduzir”, todos os indivíduos a um só corpo. Constituíam-se, portanto, na única maneira possível de assegurar a unidade política da República²⁰ e do Império.

Tal “sistema” portava consigo uma concepção de ordem social que almejava integrar “os povos”, quais sejam: “negros, mulatos, cabras, mestiços e outras gentes semelhantes”²¹,

compreendidas entre índios, forros, homens brancos livres e pobres, ao corpo político do Estado, tornando-os a todos igualmente súditos, isto é, sabedores de que “são depositários das leis e ordem do Soberano”. A meta máxima era conseguir-se que toda esta população se apropriasse de tal concepção, interiorizando-a e a ela adaptando seu padrão de conduta, pois “fica sendo impossível o governar sem sossego e sujeição a uns povos semelhantes”²².

O sistema das “milícias” — auxiliares e ordenanças — parecia ao Marquês do Lavradio ser o veículo mais eficiente de incorporação *des-tes povos* ao corpo do Estado, pois, através dele, “estes gradualmente se vão pondo no costume da subordinação, até chegarem a conhecê-la todos na pessoa que S.M. tem determinado para os governar”²³. Reiterando a ordem hierárquica e a consequente subordinação aos superiores, a organização militar, capaz de englobar amplas camadas da população, definia para todos e cada um seu lugar apropriado na hierarquia do corpo militar e, por conseguinte, seu lugar na República, subordinando, enfim, a todos à univocidade da vontade do soberano.

A assimetria estabelecida pelo Marquês do Lavradio entre a exuberante riqueza do país e a situação geral da população que o compõe é flagrante e indicativa, pelo contraste, de como este povo é representado: “estes povos em um país tão dilatado, tão abundante, tão rico; compondo-se a maior parte dos mesmos povos de gentes da pior educação,

¹⁸ “Collecção Sistemática das Leis Militares, que, desde o reinado do Senhor Rey D.José o I, se tem promulgado até ao presente ano de 1794”, p. 38, Citado por Silviano da Cruz Curado, “O Recrutamento Militar no Brasil Pombalino, in VII Colóquio *O Recrutamento Militar em Portugal*. Lisboa: Comissão Potuguesa de História Militar, 1996, p. 257.

¹⁹ “Relatório do Marquês do Lavradio” in ARMITAGE, João. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1943.

²⁰ O termo República é, aqui, utilizado enquanto designação de sociedade civil, lugar onde se faz presente o esforço da unificação dos interesses e das vontades individuais, com vistas a assegurar o bem coletivo e a garantir o equilíbrio social interno, não designando, portanto, um regime político.

²¹ *Ibid.*, p. 424

²² *Id.*

²³ *Id.*

de caráter libertino, como são os negros, mulatos, cabras, mestiços, e outras gentes semelhantes”²⁴.

Pela falta de juízo e prudência que pressupõem, bem como pela caracterização pejorativa de *libertino*, referindo-se a quem quer que viva fora de qualquer controle e livre de toda ordenação, “povos criados em toda a liberdade, sem estarem acostumados a sujeição nenhuma”²⁵, tais assertivas “da pior educação e de caráter libertino” completamente desqualificam o povo, responsabilizando seus constituintes pela desagregação da ordem social. Podem ser configurados, portanto, como partes imunes à Lei, cujos braços não os alcançam, inatos corruptores da unidade do bem comum. São os “negros, mulatos, cabras, mestiços, e outras gentes semelhantes, cujos delitos”²⁶ se tornam uns perigos políticos por perturbarem a engrenagem da máquina do governo.

Conforme entendimento do Marquês, o sistema das “milícias” — auxiliares e ordenanças —, enquanto princípio ordenador, visava a uma adesão gradual destas partes, consideradas baixas, do corpo da República, à sua cabeça. Seguindo *pari passu* a hierarquia do comando, observa a primeira instância de sujeição aos capitães, seguida pela dos comandantes das respectivas tropas, depois a do vice-rei e capitão-general, e só então, finalmente, a do rei, a capital hierárquica, a cabeça de todo o corpo constituído pelo Estado. Duas eram as estratégias de incorporação/intervenção desse sistema: por um lado, a integração destes indivíduos aos corpos militares, estratégia que abrangia o conjunto de medidas a propósito dos recrutamentos; por outro, a repressão pura e simples de todo e qualquer evento que, então, se considerava como

desordem — o ataque a quilombos, a captura de presos foragidos e de soldados desertores, a prisão de criminosos, as providências contra as invasões de engenhos pelos gentios etc. Em outros termos, o *sistema* manteria o controle sobre a população nas armas e pelas armas.

No *sistema* utilizado pelo Marquês do Lavradio, à unidade de todos no bem comum corresponderia o “sossego e sujeição” opostos à sua ausência, às “desordens e inquietações”²⁷, que se dão, segundo seu *Relatório*, como comportamentos, atos e gestos desfiguradores da máquina política e caracterizadores de seu mau funcionamento:

os ajuntamentos e desordens que naqueles dias costumam fazer os pretos e os mulatos, sendo raro o dia em que não houvesse algumas mortes (...) e roubos, que faziam pelas estradas, assassinios e outras desordens²⁸.

Constantes objetos de crítica do Marquês do Lavradio eram também as resistências e protestos da população em servir nos terços de auxiliares aos domingos, dias santos, bem como às horas noturnas, ao que ele, peremptoriamente, contrapunha:

É certo que, com isso, os reduzia à maior sujeição; muitos se queixavam; porém, quando examinadas as queixas, se conhecia serem estas sem outro fundamento mais que os caprichos (...), que nunca estas devem merecer atenção, principalmente quando do que se pratica o Estado recebe utilidade.²⁹

O ideal de unidade de todos ao bem comum reaparece, neste trecho, com conotações diversas, ao evidenciar dois importantes elementos, quais sejam, as “queixas” e os “caprichos”, segundo ele, desconsideráveis, enquanto apetites e as paixões individuais “que não devem merecer atenção”,

²⁴ “Relatório do Marquês do Lavradio” in ARMITAGE, João. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1943, p.424.

²⁵ *Ibid.*, p. 241

²⁶ *Ibid.*, p. 424

²⁷ *Id.*

²⁸ *Ibid.*, p. 330.

²⁹ *Ibid.*, p. 325

uma vez que desfiavam e rompem a unidade maior, asseguradora da harmonia e da ordem, devendo ser, por isso, para o bem e “utilidade” de todo o Estado³⁰, controladas, reduzidas e, finalmente, totalmente anuladas. Pois é exatamente a falta de unidade, de subordinação de todos os membros a uma mesma vontade capital, soberana, que desagrega e despedaça a ordem e, fatalmente, divide a cidade, a República e o Império.

O Vice-Rei e as elites locais

Ainda com relação à administração do Vice-Rei do Estado do Brasil, Marquês do Lavradio, a leitura dos documentos agrupados sob a classificação de *Correspondências dos Vice-Reis com diversas autoridades* tem confirmado sua enorme potencialidade no que tange ao fornecimento de informações preciosas quanto à dinâmica das relações que se estabeleciam entre as elites locais — representadas pelos ocupantes dos postos de comando dos corpos de ordenanças e auxiliares — e os poderes centrais, na Metrópole ou através de seus representantes na Colônia: os capitães-generais e o vice-rei.

O primeiro ponto a ser ressaltado é a imensa quantidade de cartas do vice-rei dirigidas às autoridades militares, mais especificamente aos mestres de campo — posto de comando das Tropas Auxiliares —, inclusive superando, em número, as enviadas a qualquer autoridade civil. Outro ponto digno de destaque diz respeito à quantidade e diversidade dos requerimentos enviados ao vice-rei, solicitando resoluções das mais variadas competências, desde problemas específicos, e mesmo

familiares, entre os membros das comunidades locais, até aqueles mais amplos, em que o interesse público estava em questão. Conforme prática da época, o procedimento se dava da seguinte maneira: tais requerimentos, recebidos e lidos pelo marquês, eram por este enviados a determinadas autoridades, a fim de que se certificassem da veracidade dos seus conteúdos. Só então, devidamente informado sobre o assunto, tomava ele sua decisão final, fundamentada, portanto, nas interpretações que tais autoridades davam ao acontecido.

Das inúmeras cartas que foram lidas, o que se pode constatar é que, dentre as autoridades mais solicitadas pelo marquês para tais averiguações, destacavam-se, em sua maioria, os mestres de campo³¹.

As investigações a eles atribuídas pelo vice-rei não se limitavam a assuntos ou pessoas ligadas à esfera militar, mas também àqueles que envolviam a alçada civil. Assim, o primeiro e importante aspecto a destacar refere-se ao reconhecimento da necessária colaboração entre o vice-rei e as elites locais, cujo lugar político, por ser hierarquicamente superior aos outros segmentos da sociedade colonial, implicava, em maior abrangência e eficácia, a manutenção da boa ordem política. Deve-se considerar, ainda, que o conhecimento que tais elites, no caso os mestres de campo, tinham da realidade que os cercava fazia delas, também por isso, figuras primordiais na dinâmica do funcionamento do poder político. Em decorrência disso, portanto, segundo o marquês, o posto de comando dos auxiliares deveria ser exercido por “hum oficial prudente, e com conhecimento do gênio dos povos dessa Capitania”³².

³⁰ “Relatório do Marquês do Lavradio” in ARMITAGE, João. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1943, p. 345.

³¹ Dauril Alden, em seu livro *Royal Government in Colonial Brasil*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1968, p. 445, se refere aos Mestres de Campo como sendo *the eyes and ears of the viceroy in the countryside* e acrescenta: *the mestre de campo played a vital role in the administration of the Brazilian countryside*.

³² “Carta do Marquês do Lavradio para Martim Lopes Lobo de Saldanha, 7/8/1776”, in AHU. Rio de Janeiro: Avulsos, Cx. 109, doc. 75.

A fim de explicitar o vínculo entre o posto de mestre de campo e a elite local, importante é destacar os critérios eletivos que norteavam as nomeações dos oficiais de alta patente das Tropas Auxiliares: para o posto de mestre de campo — comandante dos auxiliares —, eram escolhidos aqueles entre os denominados “principais da terra”.

Podem-se constatar tais critérios eletivos pelas nomeações efetuadas pelo Marquês do Lavradio datadas de 1777: ao nomear para Mestre de Campo Fernando Dias Paes Leme, refere-se ele ao eleito como sendo “das pessoas mais distintas desta Capitania, e ter alguns conhecimentos Militares”; evidencia-se, portanto, a não exigência de conhecimentos militares como critério eletivo para o comando dos auxiliares, mas sim a priorização do valor social — “pessoas das mais distintas”, representadas como sendo as mais aptas a exercer um cargo de comando, posto que “têm bastante renda para viver independente dos seus subditos, ficando por esta forma sem perigo de que elle abuse da sua jurisdição”.

Para outro terço, nomeou para mestre de campo Inácio de Andrade Sotomaior,

também das principais famílias desta Capitania, homem de muita honra e probidade, e, ainda q' não tem muitos conhecimentos Militares, tem bastante capacidade para governar a Tropa do seu Terço,

reafirmando a articulação acima descrita, entre valor social e capacidade de comando. Conclui explicitando:

e como tem bom Sargento-Maior e Ajudante, e estes são os que de ordinário trabalham nos Corpos Auxiliares, poderá sempre conservar aquelle Corpo em muito boa Ordem.

Tornavam-se, portanto, os militares de alta patente, ao assumirem a função de intermediários entre o vice-rei e as comunidades locais, imprescindíveis

ao marquês, informando-o — ou não — das intrigas e desvios ocorridos contra os diversos interesses em jogo, inclusive o público. Equivale a dizer que a prática política adequada supunha, necessariamente, as negociações entre o vice-rei e a elite local, as quais conduzissem a um desdobramento eficaz. Dessas considerações, vê-se, portanto, o quanto o poder político, embora “concentrado” nas mãos do vice-rei, era na prática, necessariamente, distribuído pelos oficiais militares.

O segundo ponto a ser observado refere-se à questão do bom conceito que o marquês, *a priori*, reputava aos mestres de campo, bem como à da segurança, que deixa entrever, ao lhes entregar, em confiança, a tarefa de avaliar os vários impasses que se apresentavam através dos requerimentos. Tal reputação, apriorística, decorria de uma visão hierárquica da sociedade, que creditava àqueles que ocupavam os altos postos como pessoas “honradas e nobres”, aos quais cumpria acudir “com maior vontade à defesa da sua Patria, e meu Serviço” e a quem caberia, portanto, receber as régias mercês.³³

A complexidade das relações

Interessante notar a complexidade que, na prática, tais valores adquiriam, quando confrontados a casos nos quais aquele que, diligente na denúncia de determinados desvios, encontra-se, ele próprio, em outras circunstâncias, como o denunciado. É o caso, por exemplo, do Capitão-Mor de Macacu, que denuncia ao marquês o procedimento da Câmara daquela vila, que lhe ordenara aprontar o seu terço para a procissão de *Corpus Christi* sem a prévia autorização do vice-rei, que, investido da função de “comandante supremo de todas as forças armadas de sua capitania, bem

³³ “Carta Régia sobre a Criação de Soldados Auxiliares. Lisboa, 7/1/1645”, in Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa compilada por José Justino de Andrade e Silva, v. de 1645 a 1640, p. 271-272.

com das subalternas”³⁴, imediatamente, escreve indignado à Câmara:

Estranho severamente a Vmce escreverem ao Cap. am Mor dessa Villa para este fazer apromptar o seo Terço (...), sem primeiro me darem parte, pois não podendo mover-se este Terço, sem Ordem minha com inadvertencia assaz reprehensivel andarão Vmce em não recorrerem imediatamente a mim, como devias, para eu determinar o que me parecer mais justo, em cuja intelligencia devem fiar, para em cazoz semelhantes saberem melhor advertidos a quem devem recorrer.³⁵

Em contrapartida, recebe o capitão-mor, por este ato de fiel e atento vassalo, elogios do vice-rei: “Obrou Vmce bem em o não apromptar, sem primeiro me dar parte, por não dever este Terço mover-se sem Ordem minha (...)”³⁶.

Dois meses depois, no entanto, é outra a situação do capitão-mor, quando, agindo de maneira pouco confiável, em um seu requerimento contendo falsas indicações, tenta ludibriar o vice-rei, que, no entanto, logo as descobre e o repreende severamente:

Como pelas Cartas que Vmce me apresentou de José Maciel Gago da Camara vejo ter me enganado com o requerimento que me fez, Vmce deixará de continuar na Suspensão da minha Ordem, antes fará executar na forma que lhe foi determinada³⁷.

Fidelidades, portanto, provisórias, movem-se inevitavelmente de acordo com circunstâncias diversas, uma vez que, como esclarece Pujol, “lealdades à Coroa dependeram muitas vezes dos pequenos conflitos e desordens dentro da esfera local”. E conclui lembrando: “Uma vez mais se constata que

as relações — entre poder central e local — não eram facilmente dicotômicas”³⁸.

Se, entretanto, observarmos o acontecido a partir da perspectiva do vice-rei e de sua função, é possível retirar-se da situação acima descrita, ainda, outro elemento assaz importante para o entendimento da lógica política do Estado Absolutista, qual seja: o significado das punições e das negociações. Como já havia observado o Conde da Cunha,

(...) o premio e o castigo são os dous polos em que se firmam as Monarquias e, sem o equilibrio entre ambos, não é possível haver boa ordem ou regularidade no governo (...)”³⁹.

Tendo em vista tais parâmetros, a eloquência das repreensões do marquês, acima observadas, não deve ser entendida como ausência de negociação entre vice-rei e súdito, senão que, ao contrário, visa a impedir que a outra parte se possa eximir da contrapartida da obrigação de lealdade e fidelidade.

Outro caso bastante significativo, que pode exemplificar esta lógica política, é a Carta Circular enviada, no ano de 1773, a todos os mestres de campo das vilas pertencentes à Capitania do Rio de Janeiro. Nela, o vice-rei participa suas determinações:

Ser da mente de El Rei Meo Senhor estender a todas as vilas da Capitania as contribuições para o Hospital dos Lázaros, uma vez que, de seus moradores, tem concorrido bastantes enfermos para elle, e, sendo os rendimentos insuficientes, nada mais justo que paguem todos os que gozam do beneficio publico (...) a qual fará Vmce cobrar

³⁴ PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1977, p.306.

³⁵ “Carta a Câmara de Macacú, Rio de Janeiro, 28/5/1770”, *Correspondências dos Vice-Reis com diversas Autoridades*, ANRJ - Códice 70, v. 5, p. 51.

³⁶ “Carta ao Cap.am Mor de Macacú”.

³⁷ “Carta ao Cap.am Mor de Macacú. Rio de Janeiro, 27/7/1770”, op. cit., p. 68.

³⁸ PUJOL, Gil Xavier. “Centralismo e Localismo? Sobre as relações Políticas e Culturais entre Capital e Territórios nas Monarquias Europeias dos Séculos XVI e XVII”, in: Penélope, *Fazer e desfazer a História*, n. 6, 1991, p. 126.

³⁹ “Carta do Conde da Cunha para Francisco Xavier Mendonça Furtado, Rio de Janeiro, 24/5/1767” in MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Século XVIII – Século pombalino do Brasil*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1989, p. 457.

nessa villa e em todo o seo termo, pellos Officiaes do seu Terso⁴⁰.

Já prevendo a disposição de não pagamento do referido imposto, alegando a miséria em que se encontram os povos das vilas, o marquês integra sua antecipação ao discurso: expõe as razões da ruína local e a causa da miséria, quando declara estar informado de que “os moradores de todas as Villas pertencentes a este Estado não tem cuidado athe agora na cultura das terras”⁴¹. Censura o não cumprimento dos deveres dos colonos, obrigados por uma relação de compromisso recíproco com o Rei:

(...) tendo-lhe El Rey Meo Senhor concedido de graça as terras, que possuem de Sesmarias, não para outro fim mais, que para as cultivarem e plantarem todo o genero de legume, tanto para as suas utilidades (...) como para a sustentação dos povos⁴².

Insistindo na desobediência, tais “povos” acabam por se tornar maus súditos, merecendo, portanto, o castigo devido, a fim de que retornem ao seu lugar de bons súditos e cumpram com as suas respectivas obrigações: “Se não cultivarem os moradores dessa Villa todas as terras na forma acima dita (...) me dará Vmce conta, para eu as dar por devolutas, a quem as cultive”. Delega aos mestres de campo, como presença e força local que eram, o papel fundamental de supervisionarem o processo de recondução daqueles “povos” à condição de súditos obedientes:

ficando ao cuidado de Vmce remeter annualmente a esta Secretaria huma Relação distinta da plantação,

que fizerem os ditos moradores nas Suas terras (...) para por ella me ser presente os mantimentos, que se tiverem recolhido em observância desta minha ordem, que espero do seo zelo, e eficacia tenha a sua devida e inviolavel execução⁴³.

As reações a tais medidas logo se fizeram sentir, através das representações que fizeram ao vice-rei as câmaras de Parati e Cabo Frio, expondo-lhe, conforme previsto, a impossibilidade de que as ditas contribuições fossem pagas devido à pobreza, e “miseria em que se acha essa Villa”⁴⁴. Ao que responde severamente o marquês, acusando a própria câmara de não cumprir com seu devido papel de representante do bem comum daquele povo ao “não obrigarem aos moradores della a cuidarem na cultura das terras”, além de, mais adiante, censurar com palavras enérgicas o procedimento da câmara:

Vmce com frívolos pretextos querem persuadir, sendo os primeiros, que se quizeram izentar della, sem advertirem, que a mesma Contribuição foi determinada na conformidade da Mente de El Rey Meo Senhor, que a mandou estabelecer em beneficio público, de todos os Seos Vassallos (...) me parece inattendivel a Sua representação.⁴⁵

Quedam, portanto, acusados, em seu discurso, todos os que, com tanta demonstração de real boa vontade e “sendo a Real Mão tão liberal em beneficiar a todos os seos vassallos”⁴⁶, ainda permanecem aferrados à sua cobiça invencível e à sua prática facciosa, indiferentes, portanto, ao bem comum.

⁴⁰ “Carta Circullar aos Mestres de Campos das Villas de S. Antonio de Sá, e S. Salvador dos Campos Goytacazes, e aos Sargentos Mayores de Cabo Frio, Ilha Garande e Paraty. Rio de Janeiro 12/2/1773”, in Correspondências dos Vice-Reis com diversas Autoridades, ANRJ - Códice 70, v. 7, p. 133, 134.

⁴¹ Id.

⁴² Id.

⁴³ Id.

⁴⁴ “Carta aos Officiaes da Camara da V.a de Paratty, Rio de Janeiro, 17/5/1773”, p. 155.

⁴⁵ Id.

⁴⁶ “Carta aos Juizes Ordinarios, e mais Officiaes da Camara da Cidade de Cabo Frio. Rio de Janeiro, 14/4/1773”, p. 144.

As elites locais e o recrutamento militar: uma análise do Alvará de 1764

O *Alvará Régio* de 24 de fevereiro de 1764⁴⁷ vem detalhar toda a matéria concernente ao recrutamento militar para a tropa de linha, ou paga, e reafirma, nessa matéria, o papel das ordenanças na feitura de soldados.

Nesse sentido, a base para o recrutamento continuavam a ser as listas elaboradas pelos capitães-mores, conforme já determinado pelo *Regimento das Ordenanças de 1570*. Dispunha o *Alvará* que os capitães-mores deveriam manter sempre completas e atualizadas as listas dos habitantes militarmente úteis da localidade de sua jurisdição, “como tudo foi estabelecido nestes Reinos por Lei, e por costume de tempo muito antigo”⁴⁸, sob pena de perda do posto no caso de seu descumprimento. Em tais listas, deveriam ser descritos todos os moradores obrigados às ordenanças, constando nome, sobrenome, idade, domicílio, número de filhos varões e suas respectivas idades: “De sorte sempre conste ao certo o número dos moradores obrigados às Ordenanças, que há em cada termo; e dos filhos que cada hum delles tem”. Advertia, ainda, que fossem compostas “sem engano, ou diminuição”, caso contrário, incorreriam na mesma pena de perda do posto⁴⁹.

No concernente à forma de recrutamento, o *Alvará* dispunha de novos métodos ao introduzir princípios de equidade através do rateio do número dos homens pelos conselhos ou termos em função de suas respectivas populações, de forma

que “huns não fiquem gravados do que os outros”, e estabelecia, ainda, seguindo a mesma regra de repartição proporcional, a formação de uma reserva de 50 a 60 homens.⁵⁰

Os homens seriam recrutados, em cada conselho, por sorteio realizado em praça pública, em torno de uma mesa composta pelo capitão-mor, ocupando “o primeiro lugar de presidente”, o sargento-mor, os capitães de ordenanças e o escrivão da câmara. Uma vez sorteados os recrutas, estes deveriam ser conduzidos ao regimento por um cabo da leva, nomeado pelo capitão-mor.⁵¹ Aqueles que, antes ou depois do sorteio, se ausentassem seriam degredados para os Estados da Índia, América ou África “como homens vadios, rebeldes ao meu real serviço”. E aos capitães-mores caberia a função de executar tal ordem “indispensavelmente”. No caso de fugitivos que fossem vistos em liberdade na terra, incorreriam os capitães-mores nas mesmas penas.⁵²

Não obstante as definições dispostas pelo *Alvará* de 24 de fevereiro de 1764, e supondo que, para tal diligência estariam autorizados pelo capítulo XV do *Regulamento* de 18 de fevereiro de 1763, os comandantes dos regimentos pagos ordenavam que seus oficiais alistassem os homens e os recrutassem diretamente, alegando como motivo o fato de os capitães-mores não expedirem oportunamente os recrutas, ou, ainda, de lhes enviarem indivíduos inábeis. Necessário se fez, então, lançar uma *Resolução*, a de 1.º de outubro de 1764, a fim de esclarecer que Sua Majestade havia cometido “exclusivamente aos Capitães-Mores as diligências

⁴⁷ “Alvará Régio com força de lei, de 24/2/1764”, in Coleção das Leis, Alvarás, e Decretos, que desde o reinado do Senhor Rei D. José o I se tem promulgado até ao presente ano de 1794. Lisboa: Oficina de Antonio Rodrigues Galhardo, Impressor do Conselho de Guerra, p. 84-90.

⁴⁸ *Ibid.*, p. 85.

⁴⁹ *Id.*

⁵⁰ *Ibid.*, p. 86.

⁵¹ *Ibid.* p. 87.

⁵² *Id.*

de alistarem, sortearam e remeterem as ditas recrutadas”, e que, portanto, o *Regulamento* de 18 de fevereiro de 1763 fora, neste ponto, revogado.⁵³

Pode-se verificar que, na Capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, confirmando a presença das ordenanças como uma das protagonistas das ações de recrutamento, afirma⁵⁴: “por q’ da boa formalid.e das Ordenanças nasce a facilid.e de se entreter e aumentar a força e numero de todos os Corpos Regulares da Milícia”.

Verifica-se ainda que, não apenas os soldados para as tropas de linha se retiravam das listas de ordenanças, mas também aqueles homens destinados a compor as chamadas companhias de aventureiros e de caçadores, formadas exclusivamente para determinadas e específicas missões, e mediante promessa de soldo. A fim de obter informações mais precisas a respeito das forças de que dispunha para, assim, recrutá-las com maior eficiência, determina, então, Morgado de Mateus “compreender na Ordenança todos os habitantes na mesma forma que no Reino se pratica”⁵⁵.

Também para a formação das companhias de pardos, recorria-se às listas de ordenanças, segundo se pode verificar na Capitania de Minas Gerais, quando da ordem⁵⁶ do Governador Luis Antônio de Noronha: “(...) o d.o Capitão mor da V.a do Príncipe entregará as sobreditas listas dos homens Pardos de q’ se devem compor as Comp.a Francas (...)”.

Deve-se observar que a escolha do recrutamento de soldados através do sistema de ordenanças pareceu à Coroa ser o método mais eficiente, tendo em vista os dois objetivos básicos que pretendia alcançar quando decretou o *Alvará* de 1764: instituir o levantamento das forças militares sem as “vexações aos povos, cometendo-se nelles desordens tão contrárias as minhas reais intenções”⁵⁷, e, ainda, estabelecer a distribuição proporcional dos recrutas pelos conselhos dos distritos.

Dessa forma, devemos considerar, primeiramente, o fato de serem as ordenanças uma organização que, pela sua antiguidade e inserção na esfera local, seriam consideradas pelo poder central como as mais habilitadas a protagonizar as ações do recrutamento local, com perfeita eficiência e sem incorrerem nas “desordens, e vexações, que outras vezes se tem a este respeito praticado”⁵⁸. Dispersos por todo o território, seus oficiais maiores detinham um grande conhecimento sobre as forças de que dispunham seus conselhos. Assim, uma vez acionada essa imensa rede que eram as ordenanças, pensava-se não só em atingir as diversas e distantes localidades, como, ainda, em valer-se do conhecimento tradicionalmente delegado a seus oficiais, nomeadamente os capitães-mores, consubstanciado nas listas que deveriam dispor de todos os homens militarmente úteis de sua jurisdição. Dessa forma, idealmente, supunha-se que

⁵³ “Resolução de 1/11/1764”, in *Colecção das Leis, Alvarás, e Decretos* que desde o reinado do Senhor Rei D. José o I se tem promulgado até ao presente ano de 1794. Lisboa: Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, Impressor do Conselho de Guerra, p. 125-127.

⁵⁴ “Ofício n.o terceiro do Governador Morgado de Mateus para o Conde de Oeiras, 31/7/1765”, in AHU. São Paulo, Avulsos, Cx.23, doc. 2237.

⁵⁵ Id.

⁵⁶ “Carta n.o 40, Vila Rica 11/1/1777”, BNRJ, Obras Raras, Antonio de Noronha, Cartas, Livro 2 – *Correspondências Ativas* – Minas Gerais, 1776-1779, p. 80 e 81.

⁵⁷ “Alvará de 24/2/1764”, in *Colecção das Leis, Alvarás, e Decretos, que, desde o reinado do Senhor Rei D. José o I, se tem promulgado até ao presente ano de 1794*. Lisboa: Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, Impressor do Conselho de Guerra, p. 84.

⁵⁸ Id.

o recrutamento baseado no sistema de ordenanças contemplaria todos os conselhos, bem como, através de suas listas, se poderia efetivar a proporcional contribuição de recrutas em cada um deles.

Recrutamento: privilégios e negociações

O que interessa analisar no momento é o fato de este *Alvará* de 1764 manter uma considerável lista de privilégios de isenção ao serviço militar, que, vale observar, correspondiam, de forma geral, aos privilégios já encontrados em períodos anteriores. Assim, seriam isentos de recrutamento os criados domésticos dos fidalgos e ministros que os servissem quotidianamente com ração e salário; os estudantes dos colégios e universidades, exclusivamente aqueles que apresentassem aplicação e aproveitamento nas escolas; os comerciantes e seus caixeiros e feitores que os ajudassem em seu negócio quotidianamente; os homens marítimos, exclusivamente os assentados nos livros de matrícula; os filhos únicos dos lavradores; os filhos e os criados dos mais consideráveis lavradores; os artífices e dois aprendizes, no caso de que os artífices fossem mestres de lojas abertas ou de obras; os filhos únicos de viúvas; os Tesoureiros da Bula da Cruzada; os estaqueiros do tabaco e os feitores, criados domésticos e mais pessoas empregadas nos contratos da real fazenda. Em todos os casos, procurava-se definir com máxima precisão aqueles que de fato dispunham do privilégio⁵⁹.

Evidentemente, devemos considerar que os privilégios concedidos constituíam-se em um sério limite ao recrutamento de soldados, mormente se observarmos que recaíam, também, sobre os subordinados dos detentores daqueles mesmos privi-

légios. Assim, uma considerável parcela, outrossim passível de ser recrutada, encontrava-se, inatingivelmente, fora do alcance dos agentes recrutadores.

Para se entender o aparente paradoxo estabelecido pelo *Alvará* de 1764, é preciso inseri-lo na dinâmica das negociações e trocas responsáveis por alimentar continuamente o pacto entre forças complementares, quais sejam, o poder monárquico e seus vassalos. Nesse sentido, a formação dessa força militar não deveria colidir frontalmente nem com os respectivos interesses dos notáveis locais e nem, tampouco, com os daqueles que desenvolviam atividades econômicas consideradas úteis ao Estado, como os artífices, os lavradores e os comerciantes. E que, pelo contrário, “a preservação de tais interesses pela Coroa se define como garantia da permanência do pacto, cuja defesa é a própria justificação da existência da força bélica”⁶⁰.

Segundo Fernando Dores Costa, a Coroa, ao reconhecer, através do *Alvará* de 1764, os privilégios de isenção ao recrutamento, estaria preservando aqueles a quem se conferira o privilégio seus respectivos patrimônios, suas atividades produtivas e seus estatutos contra uma possível desagregação em face de uma retirada significativa de seus criados, caseiros e trabalhadores para as fileiras militares. Em outros termos, o autor dirige a atenção para o fato de que o limite imposto pelos privilégios ao recrutamento militar reconhecido pela Coroa nada mais implica que a própria confirmação dos fundamentos da Monarquia. Neles, a ação da administração régia está essencialmente limitada pelo reconhecimento da propriedade de seus vassalos, tomada em seu sentido mais amplo, que inclui a posse de bens intangíveis, porque simbólicos, como os sinais de honra⁶¹.

⁵⁹ “Alvará de 24/2/1764”, op. cit., p. 88-99.

⁶⁰ COSTA, Fernando Dores. “Os métodos efetivos de recrutamento”, in *Nova História Militar de Portugal*, dir. Antonio Manuel Hespanha, v. II – Séculos XVI-XVIII. Lisboa: Círculo de Leitores, s/p. (no prelo).

⁶¹ Id.

Ora, no contexto da dinâmica das negociações de que é constituído o pacto, faz-se possível reconhecer, ainda, uma outra dimensão da manutenção, pela Coroa, dos privilégios de isenção de recrutamento militar, sendo esta vinculada à tentativa de ganhar a colaboração dos notáveis locais, uma vez preservados seus interesses no processo de recrutamento e, sobretudo, quando este poderia vir a trazer a vantagem de livrar as comunidades locais da “opressão” exercida pelos ociosos. Assim, quando o *Alvará* define o âmbito da isenção dos artífices, aponta, simultaneamente, um dos alvos preferenciais do recrutamento ao excluir do privilégio de isenção os que houvessem “prevaricado”, abandonando as artes respectivas “para viverem como vadios na ociosidade, porque neste caso deverão ser não só sorteados, mas preferidos aos mais para se recrutarem sem a dependência de sortes”⁶². Tal perspectiva viria a ser confirmada quando, no *Alvará* de 15 de outubro de 1764, sobre o uso do casamento como motivo para se escapar ao alistamento nos regimentos pagos, se fazia uma breve referência aos resultados obtidos pelo *Alvará* de 24 de fevereiro de 1764, sobre a nova forma de se recrutarem soldados. Considera-se, então, “com tanto maior benefício dos Povos, que delles vem a sahir somente aquelles mancebos desocupados, que aos sobreditos Povos servem de opressão, e a si mesmos de prejuizo, com o ocio, e com a preguiça, que costumão precipiar em absurdos a mocidade”⁶³.

Deve-se, contudo, observar que o intento do *Alvará*, ao delimitar com bastante rigor e clareza o número e a qualidade daqueles que deveriam ter o privilégio de isenção, não era, naturalmente, o de restringir o âmbito dos recrutáveis exclusivamente aos ociosos, embora estes, de fato, tanto a nível

local como central, se constituíssem em um contingente bastante cobiçado para as fileiras militares. Entretanto, é possível afirmar que os limites impostos pela comunidade local ao recrutamento militar eram mais amplos do que aqueles determinados pelo governo central, significando dessa forma que, na prática, uma parcela importante da população masculina em idade marcial e não inserida, a princípio, na esfera dos privilegiados, encontrava-se fora do alcance da administração régia.

Em outros termos, aqueles que estariam envolvidos nas redes de conveniências e proteções extravasavam, e em muito, os limites definidos pelo *Alvará* de 24 de fevereiro de 1764, resultando, assim, tanto num uso muito alargado dos privilégios de isenção como, também, na prática do acoitamento dos indivíduos recrutáveis, assim como dos que desertavam.

Os obstáculos ao recrutamento militar: as redes de relações

São notórios os desvios efetuados nas listas das ordenanças pelos capitães-mores. O governador da Capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, afirma ter composto uma companhia de caçadores “como também ser esta a melhor gente, que ficou pelos Destritos, por ser aquella que os Capitães Mores, officiais da ordenança disfarçarão na occazião, em que se fizeram as Recrutas para o Regimento pago”⁶⁴.

Luiz Antônio de Noronha, Governador das Minas, expressa claramente suas desconfianças com relação aos recrutamentos feitos pelos capitães-mores. Ordenara a um sargento-mor de auxiliares que comunicasse ao capitão-mor da vila

⁶² “Alvará de 24/2/1764”, op. cit., p. 89.

⁶³ “Alvará de 15/11/1764”, in Coleção das Leis, Alvarás, e Decretos, que desde o reinado do Senhor Rei D. José..., p. 127.

⁶⁴ “Instruções de Morgado de Mateus para Martim Lopes Lobo de Saldanha, 21/1/1775”, BNL, Reservados, códice 4530, item 22, p. 56.

do Príncipe para que este alistasse o maior número de “mulatoz que lhe fosse possível, formando-os em diferentes companhias”. Advertira, entretanto, ao sargento-mor “que vigie sobre o cuidado com que o Cap.am Mor executa esta m.ma ordem, e da froxidão que encontrar nela me dará logo parte pa eu proceder como me parecer justo”⁶⁵.

Outros aspectos das irregularidades praticadas a partir destas listas são referidos por André Ribeiro Coutinho, uma vez comandante de um dos regimentos do Rio de Janeiro, em seu livro *Capitão de Infantaria portuguez*:

Ordinariamente se dificulta a entrega destas listas em ordem a que como nestas occasiões [do recrutamento] os privilégios são mais pretendidos; as pessoas que os dão, cuidão em os vender mais caros; e em lhe ficar porta franca para tirarem huns, e meterem outros, que he o mesmo, que livrar de Soldados aos que o devião ser (...).⁶⁶

Veem-se, ainda, os próprios agentes locais, na mesma Capitania, envolvidos na proteção de fugitivos, como é o caso perceptível a partir da ordem recebida pelo Capitão Inácio José, em 1772, do Vice-Rei Marquês do Lavradio:

passará Vm.ce a freguesia de S. João Marcos, aonde prenderá ao Sargento da Ordenança Francisco Vidal da Companhia do Capitão Manoel Machado, e o Cabo e soldado, que em caminho deixarão fugir o desertor.⁶⁷

Deve-se, contudo, lembrar que um dos efeitos esperados pelo poder central, a partir de um

recrutamento feito pelo sistema das Ordenanças, estabelecido pelo *Alvará* de 1764, era o de garantir maior eficácia e consolidação das novas diretrizes impostas para o processo de recrutamento militar. Entretanto, claro está que outros efeitos foram, também, concomitantemente ativados, sobretudo em se tratando dos oficiais de alta patente das ordenanças, diretamente envolvidos nos recrutamentos. Ora, tais forças, mais que quaisquer outras, corporificavam um poder organizado de acordo com uma lógica estritamente localista, identificada com uma concepção corporativa da sociedade e do poder político: são elas as detentoras, no âmbito local, de grande poder sobre as comunidades, constituindo-se, portanto, como forças potencialmente resistentes às exigências da administração central. Comprometidas, socialmente, por uma densa rede de relações pessoais, de solidariedades estamentais e de clientelismos, podem, dessa forma, também se constituir em si mesmas como um sério obstáculo ao recrutamento.

Em outros termos, bem se pode sintetizar o uso do poder conferido aos capitães-mores de “fazer soldados”, através do recrutamento pelo sistema de Ordenanças, nas palavras de Romero de Magalhães: “Fazer soldados, poder tremendo! Não os fazer, maior ainda”⁶⁸. Constitua-se, dessa forma, segundo Fernando Dores Costa, a ação efetiva das Ordenanças “como um elemento crucial na produção de clientelas”⁶⁹.

Entretanto, passados apenas sete meses após a publicação do *Alvará* de 1764 sobre a nova forma de efetuar o recrutamento, lança-se um outro *Alvará*,

⁶⁵ “Carta no 40, Vila Rica 11/1/1777”, BNRI, Obras Raras, Antonio de Noronha, Cartas, Livro 2 – Correspondências Ativas – Minas Gerais, 1776-1779, p. 80 e 81.

⁶⁶ COUTINHO, André Ribeiro. *Capitão de Infantaria portuguez*. Lisboa: Na Regia Officina Sylviana, 1751, p. 163.

⁶⁷ “Carta do Marquês do Lavradio ao Cap.am Ignacio Joze Cherem, RJ, 18/2/1772”, ANRJ, Correspondências dos Vice-Reis com diversas Autoridades, Cod. 70, v. 7, p. 45.

⁶⁸ MAGALHÃES, Joaquim Romero. *O Algarve Econômico*. Lisboa: Editorial Estampa, 1988, p. 338. *Apud*, Fernando Dores Costa, “Os Problemas do Recrutamento Militar no final do século XVIII e as Questões da construção do Estado e da nação”. *Análise Social*, Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, v. XXX, 1995, p. 121.

⁶⁹ COSTA, Fernando Dores, “Os problemas do Recrutamento Militar...”, op. cit., p. 141.

datado de 6 de setembro de 1765⁷⁰, no qual se determinavam severas penalidades àqueles que acoitassem soldados em fuga. Previa a nova lei várias punições, determinando, dentre elas, que aqueles que dessem asilo ou sequer recebessem em seu serviço qualquer desertor ver-se-iam obrigados a pagar, no caso da primeira ocorrência, uma multa de duzentos mil réis, e outra de quatrocentos, no da segunda. No caso de uma terceira, determinava-se “perderem os bens da Coroa e Ordens que tivessem (...)”⁷¹.

Quanto aos eclesiásticos e prelados dos conventos, seriam, num primeiro e segundo casos, exilados para, respectivamente, quarenta e sessenta léguas do lugar em que se desse o asilo, e, em caso de um terceiro, desnaturalizados dos reinos e domínios. Evidenciava, assim, tal Alvará, como afirma Fernando Dores Costa, “o esperado perfil social dos protetores dos desertores”⁷².

Em conclusão, sublinhe-se que o interesse, ao abordar as questões acima trabalhadas, não fora apenas o de realçar as fronteiras, ou limites, do absolutismo português em sua colônia, mas, sobretudo, a possibilidade, em tais limites, de abrir o campo de análise para a percepção da presença, da força e das estratégias específicas utilizadas por uma sociedade cunhada fundamentalmente nos modelos de organização corporativos, como era então estruturada, em sua escala local, a sociedade colonial. Em outros termos, através desses limites, faz-se possível percorrer as diversas manifestações da “estratégia corporativista”, orientada no sentido de defender os interesses regionais ou locais, diante das novas diretrizes centralizadoras de organização e de defesa militar implementadas a partir da segunda metade do século XVIII. ☉

⁷⁰ “Alvará de 6/9/1765”, In *Colecção das Leis, Alvarás, e Decretos, que desde o reinado do Senhor Rei D. José...*, p. 129-130.

⁷¹ *Ibid.*, p. 129

⁷² COSTA, Fernando Dores, “Os Métodos efetivos de Recrutamento”, in *Nova História Militar de Portugal*, Org. A.M. Hespanha. Lisboa: Círculo de Leitores, s/p. (no prelo).



Editorial 2011

Coleção General Benício

HISTÓRIA DA GUERRA ENTRE A TRÍPLICE ALIANÇA
E O PARAGUAI

Terceiro volume

Augusto Tasso Fragoso

Obra composta de cinco volumes, editada pela BIBLIEX na década de 1950. Encontrava-se esgotada, e havia bastante interesse dos leitores em uma nova edição do trabalho. O primeiro e o segundo volumes foram reeditados em 2009 e 2010.

Os volumes quatro e cinco serão editados em 2012.

Portugal e a guerra contra os holandeses

Diplomacia, economia e estratégias

Marcello Loureiro¹

RESUMO

Na complexa conjuntura da década de 1640, D. João IV enfrentou diversos desafios para se manter no trono. No ultramar, os holandeses conquistaram possessões lusas no Oriente, na América e na África. Nesse contexto crítico, muitas idéias foram discutidas, a fim de se delinear uma gestão para o Atlântico sul. A conjuntura crítica sofreu uma inversão com a reconquista de Angola, em 1648, operada conforme as iniciativas de Salvador Correia de Sá e Benevides. Assim, procura-se neste artigo apresentar o contexto crítico do fim da União Ibérica em Portugal e criar nexos entre a reconquista de Angola de 1648 e o fim do domínio holandês no nordeste brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Restauração portuguesa. Invasões holandesas. Salvador Correia de Sá e Benevides.

Introdução

Durante a União Ibérica, América portuguesa, Angola e Buenos Aires faziam parte de uma lógica mercantil, cujo eixo era o próprio tráfico negreiro. Se o principal artigo atlântico para venda em Buenos Aires eram os escravos de Angola, a prata remetida por esse porto liquidava parcela do pagamento referente às mercadorias adquiridas no Oriente, a exemplo de tecidos.² Tais itens, por sua vez, eram empregados na aquisição de

mais negros em Angola, iniciando-se desta feita novamente a engrenagem mercantil atlântica. Dessa maneira, o Prata se vinculava ao tráfico negreiro duplamente: como área receptora de cativos, por um lado; e como fonte de recursos para, indiretamente, viabilizar a aquisição de mão de obra em Angola.

A frágil estabilidade das relações comerciais entre Buenos Aires e as praças atlânticas do Império português, todavia, foi fundamentalmente atingida após a Restauração dos Bragança de 1640.³

¹ Tenente QT da Marinha, bacharel e licenciado em História pela UERJ; está cursando a Especialização em História Militar Brasileira pela UNIRIO/IGHMB e é Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

² SUBRAHMANYAM, Sanjay. *O Império Asiático Português, 1500-1700. Uma História Política e Econômica*. Lisboa: Difel, 1995.

³ GODINHO, Vitorino Magalhães. "Restauração" in SERRÃO, Joel. *Dicionário de História de Portugal*. Vol. VI. Porto: Figueirinhas, 1992, p. 307-326.

Conforme explica Rafael Valladares, a situação lusa não era nada simples.⁴

Na Europa, por exemplo, a diplomacia portuguesa precisava estabelecer articulações que trouxessem alguma garantia de continuidade para a nova dinastia. Havia necessidade de pôr fim às guerras com Castela, de buscar reconhecimento internacional para a nova dinastia e de assegurar a delimitação das fronteiras do Reino. Para suplantiar todos esses óbices, era necessário constituir alianças no velho mundo, de modo que os Bragança fossem capazes de ingressar em um dos lados da instável e complexa balança de poder que se configurava no teatro internacional.

Arranjos e rearranjos caracterizaram as frágeis alianças européias, de acordo com instáveis conjunturas. No início da década de 1640, por exemplo, D. João IV deveria estabelecer avenças com os franceses antes que Filipe IV e Mazarino se entendessem; caso contrário, Portugal seria destroçado, na península, pela Espanha e, sem o apoio francês, no seu Império ultramarino, pela Holanda, ou melhor, pela Companhia das Índias Ocidentais. Castela também tentou uma aproximação com os Estados Gerais, nos encontros diplomáticos ocorridos em Münster e Osnabrück, de 1643. Excluído Portugal dessas negociações, seu vizinho na península prometia reconhecer como legítimas as ocupações holandesas em Luanda, Pernambuco, Ceilão e Insulíndia, enquanto

a contrapartida holandesa seria a preservação do Império espanhol.⁵

Assim, as dificuldades diplomáticas lusas para obter ajuda contra o seu vizinho na península eram imensas. Não dispunham do apoio nem do Vaticano, porque este estava contundentemente pressionado por Filipe IV. O desafio para a diplomacia lusa era incluir Portugal na mesa de negociações que acabou se consolidando em Vestfália. Para tanto, jogava com os interesses das políticas externas inglesa, francesa e até flamenga.⁶

Não poderia, no entanto, esperar engajamento significativo de Londres, que experimentava uma guerra civil contra Charles I. Similarmente, a possibilidade de aliança com os franceses praticamente se esvaiu após a sua vitória na batalha de Rocroi (1643) contra os espanhóis; após esse conflito, eles perceberam que não precisavam de contingentes portugueses para fazer frente às forças de Filipe IV. Por outro lado, a insurreição pernambucana que tivera início em 1645 agravava a já sensível relação entre Portugal e a República das Províncias Unidas dos Países Baixos.⁷

Sensível, porque, se por um lado, Portugal precisou por vezes do apoio flamengo contra a Espanha na Europa, por outro, dependia da reconquista de seus territórios ultramarinos sob domínio batavo para existir. Não poderia provocar um ataque aberto à Holanda, uma vez que a Coroa tinha ciência de que não teria a menor condição

⁴ VALLADARES, Rafael. "Sobre reyes de invierno. El diciembre portugués y los cuarenta fidalgos (o algunos menos, con outros más)", in *Revista d'Historia Moderna*. Barcelona: Universitat de Barcelona, no 15, 1995, p. 103-136; do mesmo autor: "Portugal y el fin de la hegemonia hispanica", in *Hispania: Revista Española de Historia*. Madrid: LVI, núm. 193, 1996, p. 517-539; e ainda: "De ignorancia y lealdad. Portugueses em Madrid, 1640-1670", in *Torres de los Lujanes*, Revista n 37, 1998, p. 122-134.

⁵ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes – Formação do Brasil no Atlântico Sul – Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Cia das Letras, 2000, p. 229-230.

⁶ MELLO, Evaldo Cabral de. *O Negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste 1641-1669*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1978, p. 31.

⁷ No século XVII, já era comum designar a República das Províncias Unidas dos Países Baixos por Holanda, a mais importante das sete províncias que formavam aquela confederação. MELLO, op. cit., p. 19.

econômica e militar de se envolver em um conflito dessa dimensão.⁸ Os Estados Gerais das Províncias Unidas também não poderiam agir francamente contra Portugal, pois tinham interesse em preservar o comércio do sal com o Setúbal, fundamental para a sua indústria do arenque.⁹

Com efeito, não era interessante para a Espanha o desenvolvimento de uma guerra permanente contra Portugal, visto que já estava comprometida diplomática, econômica e militarmente na guerra contra a aliança franco-holandesa que se desenrolava na região de Flandres, na península itálica e na Catalunha. A conjuntura, também muito delicada para a Espanha, fez com que Elliott afirmasse que, por essa época, “parecia de fato que o conjunto da monarquia espanhola estava à beira da desintegração”¹⁰. Apesar de a monarquia compósita ter-se expandido de modo singular,

suas linhas de comunicação eram tão frágeis, seus recursos limitados sofriam tão intensa pressão da parte de uma guerra que se travava simultaneamente em várias frentes, que havia motivo para temer que uma parte após outra se rompesse.¹¹

Para os Estados Gerais das Províncias Unidas, em guerra com a Espanha desde 1580, o melhor a ser feito era reconhecer a legitimidade dos Bragança no trono, o que enfraqueceria sua vizinha ibérica no cenário internacional. Mas obviamente que as Companhias das Índias Ocidentais

e Orientais pressionavam no sentido oposto aqueles Estados, pois intencionavam manter sua ocupação nas colônias portuguesas do além-mar.¹²

Esse impasse interno que existia dentro das Províncias Unidas facilitou aos embaixadores portugueses a obtenção de uma trégua por dez anos, que após avanços e recuos, foi finalmente assinada em 1641.

Às questões diplomáticas, fundamentais ao reconhecimento da dinastia de Bragança, somavam-se inúmeros outros problemas. Tanto no ultramar como no Reino, o primeiro estava vinculado à legitimação da nova dinastia no poder. O que poderia garantir ao novo rei que os seus domínios não se manteriam fiéis a Filipe IV?

Em todo o Império, os Bragança precisavam de legitimidade política, pelo que deveriam ativar teias de reciprocidade clientelar, com o propósito de (re)significar noções de pertencimento, além de vincular antigas e novas relações sinalagmáticas, conforme uma dimensão contratual presente na cultura política do Antigo Regime português.¹³ Em outras palavras, havia necessidade de se redefinir o pacto político entre o rei e seus vassallos, de modo a neutralizar a lealdade que tinham anteriormente ao monarca espanhol.

O sentimento de vinculação à Coroa era o instrumento primordial que permitia a integração dos distintos grupos que formavam as sociedades de uma monarquia pluricontinental. Por isso, na

⁸ Para que se tenha uma noção da defasagem entre o poder naval português e holandês, vale registrar que enquanto os países baixos detinham 14.000 navios e 200.000 marinheiros, Portugal possuía 13 navios e 4.000 marinheiros. Esta defasagem militar era o argumento central do “Papel-Forte”, consulta que o Padre Vieira escreveu com o propósito de assessorar o rei: se Portugal não podia fazer frente aos castelhanos, como poderia somar ao seu problema os holandeses? MELLO, Evaldo Cabral de. *O Negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste 1641-1669*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1978, p. 138.

⁹ Ibidem, p. 24 e BOXER, Charles R. *Salvador Correia de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola. 1602-1686*. Tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1973, p. 285.

¹⁰ Cf. ELLIOTT, p. 330.

¹¹ Cf. Idem.

¹² BOXER, op. cit., 181.

¹³ VALLADARES, Rafael. *Portugal y La Monarquía Hispánica*. Madri: Arco Libros, 2000. BICALHO, Maria Fernanda Baptista. “Conquista, mercês e poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime”, in *Almanack Brasiliense* nº 02, 2005, p. 30-34.

América portuguesa, por exemplo, diversas festas (barrocas), eram celebradas com a finalidade de exaltar e construir a imagem do novo monarca.¹⁴

Do ponto de vista administrativo, foi criado por decreto o Conselho Ultramarino, em 1642. O órgão representava um esforço gerencial no sentido de se uniformizar a administração do Império, que afinal estivera durante sessenta anos sob comando espanhol. Em resumo, sua função era fiscalizar, examinar, vigiar e, enfim, produzir subsídios para as decisões dos dinastas de Bragança.¹⁵

Um dos problemas a ser superado pela Coroa na América era a existência do quilombo de Palmares.¹⁶ Acredita-se que o quilombo somente foi destruído, após várias tentativas, em 1694, tendo sido um imenso problema para a administração lusa na colônia. Os custos gerados pela fuga de negros da produção açucareira, bem como pelas ações militares demandadas, são incalculáveis.

Problema mais ponderável era referente à perda de Angola, consumada em agosto de 1641, quando os holandeses dominaram a praça africana de São Paulo de Luanda, sua capital. Desde meados da década de 1630, os batavos enfrentavam o desafio de reinserir a produção açucareira de Pernambuco nas dinâmicas do Atlântico. Ocupar o Nordeste não era sinônimo de explorar a sua produção: havia a necessidade de promover um tráfico regular de escravos africanos.¹⁷

A partir de então, destituídos do espaço que permitia a oferta de negros à América, os

fluxos que compunham os circuitos mercantis do Atlântico sul português estiveram seriamente ameaçados. A tomada de Luanda foi seguida pela de Benguela e de São Tomé, importante pela sua produção açucareira. Os holandeses ainda instigavam as populações nativas a se rebelarem contra os portugueses que organizaram uma frágil resistência no interior.

A conquista de Angola pelos flamengos eliminou aos produtores do Rio de Janeiro a possibilidade de exportação de farinha de mandioca ao seu maior mercado consumidor. O preço da farinha despencou rapidamente, e os prejuízos auferidos somente não foram mais graves devido ao seu direcionamento às tropas luso-brasileiras que lutavam no Nordeste e às que foram mandadas a Angola para a reconquista.

O comércio português no Rio da Prata, por seu turno, desintegrava-se na década de 1640. Sem dispor de escravos para comercializar, os agenciadores desse trato não dispunham de seu mais lucrativo item. Com isso, toda a área que dependia economicamente de Buenos Aires ficava menos irrigada pelo metal branco, havendo, pois, impasse na circulação monetária na Baía do Prata. A carência de escravos também era problema sério para a produção de metal nas minas potosinas.¹⁸ Perceba-se, pois, como Angola, ponto de maior oferta de escravos africanos, tinha importância fundamental nas dinâmicas da economia do Império português.

¹⁴ Acerca das festas da restauração na América, ler o capítulo 7, Entre Festas e Motins, da tese de MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O Rei no Espelho. A Monarquia Portuguesa e a Colonização da América*. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 279-327.

¹⁵ Em relação ao Conselho Ultramarino, ver MYRUP, Erik Lars. *To Rule from afar: the overseas council and the making of the brazilian west, 1642-1807*. Tese de Doutorado apresentada na Universidade de Yale, 2006 e BARROS, Edval. *Negócios de tanta importância*. Tese de doutoramento apresentada no PPGHIS/UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

¹⁶ ALENCASTRO, op. cit., p. 238-242; CARNEIRO, Edson. *O Quilombo de Palmares*. São Paulo: Editora Nacional, 1958, passim; e FREITAS, Décio. *Palmares: A Guerra dos Escravos*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982, passim.

¹⁷ PUNTONI, Pedro. *A Misera Sorte. Escravidão Africana no Brasil Holandês e as Guerras do Tráfico no Atlântico Sul, 1621-1648*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 131

¹⁸ Informação de Maserati ao Rei de Espanha (janeiro de 1680). *Arquivo Geral de Simancas*: Estado, legajo 7058, doc 14. Apud ALMEIDA, Luís Ferrand. *A Diplomacia Portuguesa e os Limites Meridionais do Brasil (1493-1700)*. Coimbra: FLUC, 1957, p. 91.

A Reconquista de Angola pelos luso-fluminenses em 1648

A alteração deste quadro crítico ocorreu em função dos sucessos que Salvador Correia de Sá e Benevides obteve na Reconquista de Angola de 1648. Em outubro de 1644, definiu-se que Salvador de Sá, experiente nos assuntos do ultramar, seria nomeado general da frota que reconquistaria Angola aos lusos.¹⁹ Devido aos efeitos que a reconquista poderia ter nas mesas diplomáticas, divulgava-se na Europa, contudo, que o propósito da expedição de Salvador era apoiar os portugueses que estavam sendo espremidos pelos africanos jagas no interior de Angola.

Só Salvador de Sá e sua gente tinham homens, mantimentos, armas, munição, pólvora e navios para levar a cabo a força-tarefa mercantil. Vivia, entretanto, um verdadeiro impasse, pois não poderia desguarnecer significativamente as tropas do Rio de Janeiro, sob pena de um ataque holandês. Entretanto, sabia que não poderia confiar nos soldados que trouxera de Lisboa, já que, de acordo com a sua própria opinião, constituíam a pior escória dos presídios daquela cidade. Conseguiu 60.000 cruzados de negociantes de grosso trato e de latifundiários do Rio de Janeiro, como Cristóvão Vaz e Mathias de Albuquerque Maranhão. Parcela de financiamento necessário foi doada por ele mesmo e por sua família.²⁰ Salvador sequestrou ainda os bens no Rio de Janeiro do banqueiro cristão-novo Duarte da Silva, antes de ser preso em Lisboa pela inquisição. Quanto aos mantimentos, parcela ponderável era proveniente de São Paulo.²¹

A expedição transatlântica, cujo patrono seria S. Miguel Arcanjo, segundo os cronistas jesuítas

Simão de Vasconcellos e Antônio do Couto, partiu do Rio a 12 de maio de 1648, levando dois meses para chegar a Angola. Apesar das divergências das fontes, é provável que a expedição estivesse composta aproximadamente por mil e quatrocentos soldados e quinze navios. Vale lembrar que, entre os navios, havia cinco galeões cedidos por Lisboa e cerca de três ou quatro que eram ingleses.²²

Quicombo, ao norte de Benguela, seria o ponto de encontro, caso houvesse dispersão da frota enquanto cruzasse o Atlântico. Devido ao mau tempo, dois navios, chamados de Gamela e Canoa, retornaram ao Rio de Janeiro, após três ou quatro dias do suspender.

O plano, arquitetado previamente em São Sebastião, era que a expedição escoltasse a frota do açúcar até a longitude da ilha de Ascensão, o que ocorreu sem problemas, atracando aquela frota no dia 14 de agosto em Lisboa.

Antes de adentrar a baía de Luanda, Salvador de Sá pretendia atacar Benguela, mas acabou ultrapassando este ponto durante a noite, sem avistá-lo. Fundeou em 27 de julho, em Quicombo. A idéia inicial era fundar aí um forte; mas o padre Couto informa que Salvador somente parou ali para se abastecer de água e lenha. Nessa ocasião, um maremoto fê-lo perder um navio com duzentos soldados e outros tantos que estavam em terra e acabaram sendo mortos por canibais.

O fator surpresa não era vantagem para a expedição luso-fluminense, já que os holandeses estavam plenamente cientes de sua existência. Além de frequentemente interceptarem cartas que circulavam entre Portugal e suas praças na costa brasileira, obtiveram informações privilegiadas junto a prisioneiros lusos. Prova disso foi o envio do navio

¹⁹ BOXER. op. cit., p. 189.

²⁰ Ibidem, p. 233 e p. 267.

²¹ SALVADOR, José Gonçalves. Os Cristãos-novos e o Comércio no Atlântico Meridional. São Paulo: Pioneira, 1978, p. 342.

²² BOXER. op. cit., p. 269.

Noort Holland a Angola, em fevereiro, remetendo suprimentos e um reforço de 135 soldados.²³

Ciente da expedição, o almirante holandês De With solicitou ao Conselho da Companhia das Índias Ocidentais que o enviasse para reforçar Angola com cinco ou seis de seus navios. Não recebeu a autorização, porém, uma vez que havia receio de os portugueses se aproveitarem dessa oportunidade para atacar Pernambuco.²⁴

A esquadra de Salvador avistou Luanda em 12 de agosto. E somente não foi aniquilada em um primeiro momento porque os contingentes holandeses estavam dispersos pela região adjacente ao porto daquela cidade. Mas, nos dias que se seguiram, sua expedição sofreu cerca de duzentas baixas e se encontrava em difícil situação.

Inesperadamente, os holandeses propuseram uma negociação. Ficou acordado que eles deixariam com honras militares toda a colônia em até cinco dias. Seus escravos, da Companhia ou particulares, poderiam seguir viagem ou, caso preferissem, seriam vendidos. Os soldados católicos, na sua maioria franceses e alemães que lutavam pela Cia., poderiam permanecer, se assim desejassem, com a exigência de incorporarem às fileiras portuguesas.²⁵

Após saber da perda de Angola, a Companhia das Índias Ocidentais acusava D. João IV de não respeitar a trégua dos dez anos. O fato é que os holandeses também não o fizeram, uma vez que se apropriaram de São Tomé e de Luanda após a sua assinatura.²⁶

Devido à Cia. das Índias Ocidentais ser predominantemente formada por capital privado, as

possibilidades de os holandeses desrespeitarem essa trégua eram mais facilmente explicadas. Ao serem questionados pelos embaixadores portugueses, os Estados Gerais usavam esse argumento a seu favor, alegando que não podiam ser responsabilizados pelas ações da Companhia. A Cia., por sua vez, alegava que estava subordinada aos Estados Gerais. O Estado português também não tinha atitude muito distinta, pois responsabilizava inteiramente os seus colonos pelas investidas contra os holandeses.²⁷

Para dar veracidade a isto, Salvador escreveu um relatório “fantasioso”, para usar a qualificação de Alencastro, explicando que o ataque aos holandeses foi um mal-entendido. Os agentes secretos portugueses espalharam na Europa que D. João IV teria, como punição, apropriado seus bens e o ameaçava até de enforcamento.²⁸

Com a perda de Angola, muitos dos investidores retiraram seu capital da Companhia.²⁹ Além disso, o “*Stadhouder*” Guilherme II insistia para que os Estados Gerais negociassem tão logo com o embaixador português Francisco de Souza Coutinho. O sucesso da retomada de Angola também fez com que os chamados “diplomatas”, membros da corte lisboeta que defendiam negociações com as Províncias Unidas, passassem para o lado daqueles que eram chamados “*belicistas*”, defensores da guerra aberta.³⁰

O fato é que a Reconquista possibilitou novamente aos portugueses a obtenção de mão de obra para a agricultura na América portuguesa. Ao contrário, aos holandeses, os sucessos de Salvador Correia significavam perda de lucratividade ponderável, já que não dispunham mais de negros para a empresa da cana-de-açúcar no Nordeste. Os

²³ BOXER, op. cit., p. 272.

²⁴ Ibidem, p. 273.

²⁵ Ibidem, p. 280-281.

²⁶ MELLO, op. cit., p. 53.

²⁷ ALENCASTRO, op. cit., p. 220-221.

²⁸ Ibidem, p. 227; MELLO, op. cit., p. 124.

²⁹ ALENCASTRO, op. cit., p. 227.

³⁰ Ibidem, p. 231.

batavos precisavam avaliar, a partir de então, a viabilidade de se manterem nas guerras da insurreição pernambucana, já que não teriam mais mão de obra para a lavoura. Em outras palavras, a reconquista de Angola tem vinculação direta com os interesses econômicos dos holandeses no nordeste brasileiro.

Devido ao mérito da retomada de Angola, que foi sugerida, organizada e dirigida por Salvador de Sá, ele recebeu, a um só tempo, a dupla governança do Rio e de Angola, controlando, portanto, ambos os lados do tráfico negreiro.³¹

As celeumas entre portugueses e holandeses não estavam, todavia, solucionadas em 1648. No plano militar, a insurreição pernambucana se desenrolaria por mais sete anos, enquanto no diplomático, até 1661, com a assinatura do tratado em Haia, mediante as concessões feitas aos holandeses. O tratado se viabilizou ainda devido às pressões inglesas, que custaram a Portugal concessões comerciais, efetivadas em 1654 e 1661, e o casamento de D. Catarina de Bragança, irmã de D. Afonso VI, com Carlos II, rei da Inglaterra.

Considerações finais

Após a Restauração portuguesa de 1640, que marcou o fim da União Ibérica, a situação

portuguesa demonstrou-se extremamente desfavorável para os lusos. A guerra contra castelhanos e holandeses, a carência monetária e as dificuldades de reconhecimento internacional faziam com que a conservação da Coroa estivesse seriamente ameaçada.

No ultramar, o Império português se esfacelava em razão das ofensivas dos holandeses. Nesse contexto, a capacidade de Salvador Correia de Sá e Benevides foi de importância fundamental, na medida em que dele dependeu toda a organização da força naval que reconquistou Angola aos portugueses em 1648. Angola era área extremamente estratégica, porque dela partia a organização dos circuitos mercantis do Atlântico sul. Sem os escravos de Angola, o valor do domínio da América portuguesa mostrava-se muito reduzido. Assim, a investida de Salvador de Sá foi concentrada em ponto vital e por isso se promoveu um verdadeiro ponto de inflexão nas guerras contra os flamengos.

As derrotas dos holandeses nas guerras da insurreição pernambucana seriam o próximo passo para as negociações que se consolidaram em Haia, em 1661. Contudo, sem as prévias ações militares, tanto em Angola, como no Nordeste, a diplomacia não teria obtido sucesso. ☉

³¹ Ibidem, p. 232.



Editorial 2011

Coleção General Benício

COMBATE DE PAZ

Luciano Rodrigues Moreira

Obra muito interessante, por registrar de maneira informal a rotina do autor no comando de um pelotão integrante do contingente brasileiro de Forças de Paz da ONU, no Haiti. Trata-se de uma leitura digna de atenção, particularmente para o público jovem, graduados e tenentes.

Região, fronteiras e redes ilegais

Estratégias territoriais na Amazônia sul-americana¹

Lia Osório Machado²

Duas concepções parecem ser eternamente válidas para muitos setores que lidam com as políticas públicas dirigidas à Amazônia brasileira, a despeito de mudanças no contexto, no conteúdo e nas formas de uso do território. A primeira delas é conceber o território como *espaço vazio*, e a segunda é conceber a região como *sistema fechado* pelos limites internacionais, o que, do ponto de vista geográfico, significa desvinculá-la da unidade maior formada pela Bacia Amazônica sul-americana. Concepções similares se encontram na bibliografia produzida pelos países vizinhos sobre suas próprias “amazônias”, igualmente fundamentadas em doutrinas de defesa elaboradas pelos estados nacionais.

Durante grande parte do século XX, a baixa taxa de ocupação do espaço amazônico, sua marginalidade em relação às principais correntes de povoamento da América do Sul e a fragilidade de laços de integração física entre as diversas regiões amazônicas justificavam a permanência de tais concepções e sua incorporação aos esquemas geopolíticos de cada estado nacional. Na atualidade, novas conjunturas político-geográficas, internas e internacionais, mostram a inadequação desses conceitos. Movimentos migratórios e de colonização, a implantação de atividades econômicas e

uma maior integração aos centros econômicos e políticos de cada estado nacional são eventos no plano nacional que pouco têm a ver com a concepção da Amazônia sul-americana como “espaço vazio”. Talvez, mais importante que as mudanças internas a cada país sejam as mudanças na conjuntura internacional.

Existe, não só uma decidida reivindicação por parte das populações amazônicas sul-americanas de uma melhor interconexão entre os diversos países pelas redes de circulação de modo a criar e intensificar redes de relações de todo tipo, como os tradicionais esquemas geopolíticos de base nacional (*sistema fechado*) foram atropelados pela proliferação de estratégias e ações estrangeiras que têm como unidade a Bacia Amazônica sul-americana. Elaboradas inicialmente por organizações internacionais, legítimas e ilegítimas, que perseguem objetivos com frequência divergentes, as estratégias e ações que partem de uma perspectiva continental/global foram assimiladas pelas elites econômicas, políticas e intelectuais regionais como referencial para suas reivindicações e estão pressionando os centros de decisão nacionais a reverem suas políticas territoriais para a região. Em outras palavras, o modelo tradicional

¹ Este trabalho é uma versão revista e ampliada de artigo anterior (Machado, 2003), publicado na LIMES – Revista Italiana di Geopolitica. Quaderni Speciali, Suplemento al n.3/2007, p.173-183.

² Grupo RETIS, Dept. Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro; pesquisadora CNPq.

de relações hierárquicas entre a região (inferior) e o centro de decisão nacional (superior) está sendo solapado de dentro e de fora do estado nacional, em um processo que pouco tem a ver com doutrinas e mais com a abertura de espaços de oportunidades.

Por que estudar esse processo através das redes ilegais? Pesquisas anteriores sobre essas redes sugerem que, nas últimas décadas, aqueles que obtiveram relativo sucesso em fazer uso da Bacia Amazônica sul-americana como unidade funcional e como região geográfica foram firmas e empreendimentos que exploram o comércio ilegal de drogas e o contrabando de mercadorias (Machado, 1998; 2001). Como as atividades ilegais são raramente consideradas como um tema digno de pesquisa sistemática pela academia, é preciso afirmar, desde logo, que a intenção não é de 'denunciar' coisa alguma, muito menos de reduzir o penoso processo de ocupação da região amazônica à vertente do ilegal. Focalizar o papel regional das atividades ilegais funciona aqui como um instrumento de captação, pelo avesso, das distorções que caracterizam o quadro regional "legal", e demonstrar que a aplicação das concepções de espaço vazio e "sistema fechado" à Bacia Amazônica não é coerente com os eventos no terreno nem é a melhor forma de lidar com os interesses regionais e a conjuntura internacional.

Sugere-se que a estruturação de redes de circulação física e de redes políticas entre os países amazônicos é a melhor solução de curto prazo para o desenvolvimento regional e o controle das redes ilegais. Principalmente diante do fato empírico de que grande parte do êxito das atividades ilegais deriva precisamente do saber explorar o potencial dessa integração em face da fragilidade da economia legal. Ao contrário do que supõe o senso comum e o "non-sense" de alguns raciocínios geopolíticos, não é o "fechamento" das fronteiras que assegura no longo prazo a defesa do território

contra a ação de atividades ilegais e outras, consideradas lesivas ao interesse de cada país, e sim a presença de alternativas viáveis e *diferenciadas* de vida social, econômica e cultural no ecúmeno. Para que essas alternativas sejam possíveis, o adensamento e diversificação das redes de interação transnacionais são condições necessárias, assim como a mudança de abordagem por parte dos estados nacionais no sentido de estimar os efeitos no terreno de "grandes políticas" inspiradas apenas por objetivos e propósitos nacionais.

A Bacia Amazônica sul-americana

A Amazônia sul-americana corresponde, grosso modo, à área de ocorrência de floresta tropical úmida, uma área com mais de cinco milhões km², dos quais, 60% pertencem ao Brasil. É mais conhecida mundialmente do que a Bacia Amazônica sul-americana, formada pelo rio Amazonas e seus afluentes e da qual faz parte. Os formadores do grande rio estão nos Andes, o que significa que os sete milhões de km² da bacia incorporam parte considerável dos países andinos, uma área mais extensa que a da região amazônica (Figura 1). É importante distinguirmos uma da outra, porque, no segundo caso, estão incluídas algumas das principais áreas cocaleiras da Bolívia (Chapare e Yungas), do Peru (vales do Huallaga e Apurímac-Ene) e da Colômbia (departamentos de Putumayo, Caquetá, Guaviare).

Dois tipos de processo de atuação no uso do território se destacam se a unidade de referência for a Bacia Amazônica sul-americana. Embora relacionados, são distintos. O primeiro, de caráter mais centralizado e intencional, é o da incorporação da região a esquemas geopolíticos e geoeconômicos de curta duração, tanto nacionais como de terceiro países. O segundo processo, de caráter mais difuso, menos estruturado e de longa

duração, concerne à fronteira agrícola e urbana que emergiu e se consolidou no conjunto da região, e que apresenta aspectos inusitados, principalmente a partir da década de 1980.

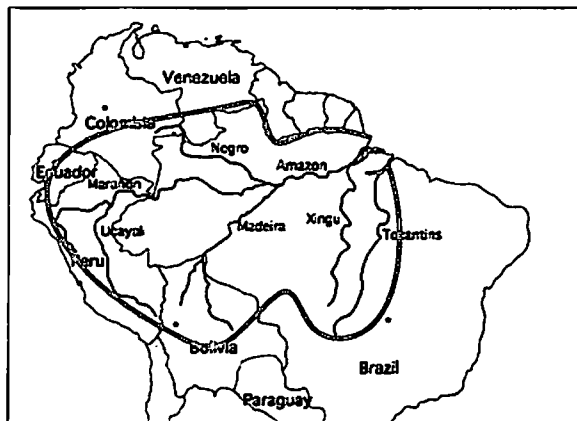


Figura 1 – Bacia Amazônica sul-americana

No que se refere ao primeiro processo, os governos centrais, as agências internacionais de fomento, as organizações não governamentais e as grandes empresas constituem o grupo de agentes que usualmente considera o espaço regional como espaço abstrato, um “vazio” a ser ciclicamente “preenchido” com os projetos do momento. Uma concepção na qual tempo e espaço são definidos no curto prazo, e o significado dos eventos é dado pelo contexto imediato de sua ocorrência, denominado por I. Wallerstein (1991) como “tempo-espaço geopolítico episódico”.

É também uma visão estratégica *de cima*. A vantagem e também a desvantagem dessa visão advêm de sua simplicidade: abstrai os habitantes e concebe o território como um conjunto de pontos (lugares) e linhas (redes e malhas), ao mesmo tempo em que cada grupo focaliza de acordo com seus interesses os aspectos que lhe convêm nessa imensa e diversificada região. O problema maior, sem dúvida, é o dos governos centrais, pois, ao subestimar o que ocorre com a população no terreno,

a solução dos conflitos e a legitimidade de ações de controle territorial por parte dos estados nacionais se tornam cada vez mais precárias.

As organizações ou grupos envolvidos com o tráfico internacional de drogas também desenham estratégias *de cima*, porém com uma importante diferença. Ao contrário das organizações legítimas, o negócio ilegal exige integrar a visão *de baixo*, pelo motivo óbvio de estar sujeito a uma maior exposição ao risco no terreno. A exploração e eventual êxito dos negócios ilegais são fortemente dependentes de conexões locais, tendo em vista que operam com complexas e instáveis redes de informação e comunicação.

Para implantar e administrar suas operações e diminuir os riscos de apreensão e de intervenção pelos órgãos de segurança, os empreendimentos ilegais necessitam criar “canais de comunicação” entre os diferentes níveis de organização territorial, envolvendo elementos sociais, políticos e econômicos do *espaço dos lugares*. De modo a assegurar a flexibilidade das rotas de tráfico e dos circuitos de lavagem, assim como construir alianças políticas, esses empreendimentos são impelidos a se adaptar a ambientes diferenciados e a incluir uma ampla gama de atores com renda, nacionalidade, etnia e escolaridade diversificada. Assim, ao contrário das organizações legítimas, as organizações e os grupos que exploram o comércio ilícito não podem se dar ao luxo de considerar o espaço como *espaço vazio* e, muito menos, como espaço abstrato. Isso pode explicar a tolerância com que são tratados em tantos lugares independentemente da vontade dos governos.

O segundo processo se refere ao povoamento rural e urbano. A despeito de ter partido com frequência de ações intencionais dos governos concebidas *desde cima*, depois de iniciado o processo de povoamento, não há como controlar a emergência de formas espontâneas de adaptação dos grupos às condições econômicas e políticas prevalecentes

em cada lugar, nem tampouco a de controlar a distribuição da população num espaço geográfico dominado pela incerteza quanto aos caminhos de desenvolvimento. Nesse sentido, identificar algumas das diferenças e similaridades entre as fronteiras de povoamento que surgiram nas últimas décadas na Bacia Amazônica sul-americana permite entrever a complexidade das relações entre agentes sociais legítimos e ilegítimos.

Diferenças e similaridades do povoamento

Nas regiões andino-amazônicas colombianas, bolivianas e peruanas, a maior parte da colonização recente se deve a processos auto-organizativos. Apesar de os governos desses países terem patrocinado, como no Brasil, projetos de colonização oficiais, os resultados dessas iniciativas foram fracos, facilmente superados por movimentos espontâneos de colonização. Do lado brasileiro, o suporte e orientação dos projetos de colonização pelo Estado central na década de 1970 foram mais ambiciosos e geograficamente mais abrangentes, tanto na esfera econômica como na institucional.

Segundo, nos países andinos o fluxo migratório principal para os altos vales andinos dos formadores do rio Amazonas e para a região amazônica propriamente dita foi majoritariamente cidade-campo e rural-rural, enquanto na Amazônia brasileira fluiu principalmente do campo para a cidade, e entre cidades, apesar da recente tendência de “ruralização” observada na década de 1990 (Machado, 1999). O motivo dessa diferença reside no fato de que, desde o final da década de 1970, o principal incentivo para a expansão da fronteira agrícola nos países andinos foi produzir coca para o mercado externo (Thoumi et al. 1997). O contrário ocorreu na região amazônica brasileira, onde a diversificação na alocação de recursos encorajou várias atividades econômicas vinculadas tanto ao

mercado nacional como ao internacional (madeira, criação de gado bovino, Zona Franca de Manaus, complexo minerador de Carajás no Pará, complexo da soja em Mato Grosso etc.). Esses empreendimentos estimularam a urbanização e, com ela, a emergência de atividades voltadas para o mercado local, com ou sem apoio de políticas públicas.

A terceira diferença deriva da anterior. Enquanto, nos países andino-amazônicos, os imigrantes encontraram empregos informais razoavelmente bem remunerados em atividades relacionadas à produção de coca e cocaína, grande parte dos imigrantes na parte brasileira, também majoritariamente empregada no mercado informal de trabalho, tanto em áreas urbanas como rurais, criou vínculos intermitentes e mais frágeis com as redes ilegais por terem maior número de alternativas de emprego, mais mal remunerados é certo, porém de menor risco. Em outras palavras, embora as economias legal, informal e ilegal constituam um traço característico do povoamento da Bacia Amazônica, o peso de cada uma varia de um país a outro, e mesmo entre lugares do mesmo país ou região. Neste sentido, as tentativas dos estudiosos de separar esses três tipos de economias dificilmente se sustentam devido ao fato de operarem como uma só no terreno por efeito das redes de interação.

Embutida nesses setores, encontra-se outra problemática: o acesso ao bem-estar proporcionado pelo “consumo em massa”. Não há dúvida que uma das principais atrações do ilegal para a massa de trabalhadores informais (imigrantes, comerciantes ambulantes, microempresários, trabalhadores autônomos, artesãos, subcontratados etc.) é a percepção de que possa ser uma via de ascensão social com acesso rápido às benesses do consumo, reais ou ilusórias. O melhor exemplo dessa frustração tem sido a evolução de movimentos insurgentes, caso das FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) e dos movimentos sociais bolivianos e peruanos,

para os quais a motivação ideológica só se sustenta quando combinada com reivindicações de melhoria da qualidade de vida e crescimento da renda familiar.

Similaridades também existem entre as atuais fronteiras de povoamento na Colômbia (Vargas, Barragán 1996; Thoumi, 2002), Bolívia (Cortez 1993; Laserna 1997), Peru (Chiarella, 2001) e na Amazônia brasileira (Machado, 1992). Primeiro, a demanda por terras livres ou baratas como principal indutor da imigração rural na região deriva de um contexto similar de estruturas agrárias nacionais caracterizadas por alta concentração fundiária. Segundo, as fases do processo de colonização rural são semelhantes (desmatamento e queima da floresta, seguida por exaustão do solo e diferenciação social dos colonizadores; substituição de pequenos estabelecimentos agrícolas por grandes estabelecimentos agropecuários e concentração da propriedade da terra). Outra similaridade é a baixa ou inexistente educação técnica dos pequenos proprietários e dos trabalhadores rurais e urbanos. A necessidade de suplementar a renda trabalhando em mais de uma atividade é outro traço comum, que também explica o crescimento do mercado de trabalho informal e a mobilidade espacial dos indivíduos. A mudança observada nas expectativas dos imigrantes é outra similaridade, pois os imigrantes atuais são candidatos a atividades lucrativas e a bens e serviços de base urbana; não se contentam com projetos de criação de pequenas propriedades autossuficientes fundamentadas no trabalho familiar. Em outras palavras, a mesma problemática mencionada acima, de pressão por acesso aos bens de consumo coletivo e aos bens de consumo individual. Um sistema de justiça precário com elevado nível de impunidade, particularmente de crimes de ‘colarinho branco’, é outra característica comum.

Finalmente, questões ecológico-ambientais nas regiões amazônicas da Bacia sugerem que outras similaridades estão surgindo. A mais conhecida delas é o desmatamento da floresta om-

brófila primária e das savanas não antrópicas e as queimadas de vegetação secundária nas áreas já desmatadas (Fearnside, 2004). A criação de gado, a exploração de minérios, petróleo e madeira por grandes firmas multinacionais, a especulação imobiliária, praticada tanto pelo pequeno como pelo grande proprietário/ocupante rural, e as flutuações nos marcos regulatórios das economias nacionais são alguns dos fatores que ativam o processo de desmatamento e a degradação dos solos.

Embora, na Amazônia brasileira, o processo de desmatamento tenha sido mais extensivo do que nos países vizinhos, estes estão seguindo o “modelo” brasileiro de incentivo à exploração mineral, energética, florestal e agropecuária por grandes empresas privadas ou mesmo públicas. A estratégia dos governos de “racionalizar” e “organizar” a exploração dos recursos naturais da região através de grandes empreendimentos se apoia na justificativa de controle dos efeitos do desmatamento — perda de biodiversidade, redução das chuvas e contribuição ao aquecimento global. No terreno, contudo, essa estratégia tem efeitos negativos quando orientadas pela concepção de que são “espaços vazios”. A destruição ou a restrição de acesso em áreas coletoras tradicionais de castanha e hévea, por exemplo, modifica de forma traumática o gênero de vida e a cultura ambiental de populações estabelecidas há décadas nesses lugares, ou o caso dos pequenos mineradores de ouro (*garimpeiros*), substituídos por empresas mineradoras de porte variado. Uns e outros, da mesma forma que os *cocaleros*, entram nas terras indígenas e parques nacionais, o que tem causado diversos tipos de conflito, alguns com perda de vidas.

Ao desmatamento, queimadas e exploração predatória de madeiras nobres vieram se somar, nos últimos seis anos, fumigações por glisofato, produto bioquímico que queima as folhas dos arbustos de coca em meio às florestas dos departamentos de Meta, Guaviare, Putumayo e Caquetá na Colômbia,

como parte da guerra aberta batizada como “War on Drugs” pelos Estados Unidos (primeiro Plan Colômbia 2000-2006). Numa reação não prevista pelos estrategistas que conceberam essa política, os plantadores de coca colombianos expulsos das áreas de fumigação migram para outras áreas. São áreas de parques nacionais e de terras indígenas, onde os plantadores abrem pequenas clareiras nas florestas de modo a dificultar sua localização por imagem de satélite, ou áreas nas bordas da Bacia Amazônica, caso do sudoeste da Colômbia (departamento de Nariño), cujas plantações de coca cresceram de 7.494 hectares em 2001 para 13.875 em 2005 (UNODC, 2006). Essa dispersão das zonas produtoras, principalmente na Colômbia, teve consequências ecológico-ambientais: a) os cultivos estão preferencialmente próximos aos rios, o que permite a utilização da água no processo de fabricação da pasta base de cocaína, mas também a eliminação dos rejeitos químicos das “cozinhas” de cocaína; b) a extensão dos limites ecológico-geográficos, de 350-500 metros de altitude das tradicionais áreas cocaleiras para áreas montanhosas de até 800 metros de altitude e, de outro lado, para as áreas baixas amazônicas; a transgressão dos limites exige o uso de técnicas mais sofisticadas para aumentar a produtividade e a resistência à fumigação das plantas, além do uso mais intensivo de pesticidas, este último responsável pelo aparecimento deste mercado em pequenas localidades andinas e amazônicas; c) o aumento do custo das fumigações, devido às maiores distâncias e à dispersão das plantações (Rangel et al., 2005).

Fronteiras internacionais e redes ilegais

Nesta imensa área esparsamente ocupada, atividades transfronteiriças consideradas ilegais por autoridades constituídas ocorrem há séculos, desde o contrabando de ouro e prata no século

XVIII até o contrabando de caucho e outras mercadorias no século XIX. Nada nesse histórico é comparável, no entanto, à escala, complexidade logística e efeitos no terreno das atuais redes ilegais, basicamente devido à combinação de três fatores: a) a capacidade de articulação reticular entre níveis de organização territorial que vão desde o internacional até o local; b) a superposição dos *espaços-de-fluxos* transnacionais aos *espaços-de-lugares* característicos dos estados nacionais territoriais (Ruggie, 1993), com o importante efeito de recriar uma *região geográfica* formada pela bacia fluvial amazônica sul-americana; c) a simbiose com a esfera legal, não só pela disponibilidade e oferta de capitais, como pela mimese do comportamento econômico e social das elites por parte dos que lucram com a ilegalidade.

Se, por um lado, a associação entre circuitos de contrabando das mercadorias mais diversas (eletroeletrônicos, combustível, precursores químicos, carros, cigarros, cocaína etc.) e circuitos de lavagem de dinheiro evidencia a mudança de escala das atividades ilegais e a complexidade de suas articulações com a economia legal em escala global, por outro, os limites impostos ao desenvolvimento regional pelos modos predominantes de ocupação, inspirados na concepção da região como *sistema fechado* e *espaço vazio* pelos centros dos respectivos estados nacionais, permitiu que os circuitos ilegais fossem os primeiros a alcançar algum êxito na integração amazônica sul-americana.

Compreender a teia de relações entre a região e as redes ilegais não é tarefa fácil, não só pelos motivos óbvios, mas porque o legal e o ilegal são conceitos livres de qualquer ambiguidade somente quando abstraídos do terreno. Por conseguinte, é no terreno, ou seja, na dimensão geográfica dessa ‘teia’, onde a problemática deve ser situada. Três aspectos se destacam: a) a organização em rede dos empreendimentos ilegais; b) a distinção entre o circuito inferior e

superior do tráfico de drogas e do contrabando; c) o investimento dos lucros derivados de negócios ilegais em atividades legais. O terceiro aspecto é tratado em outra seção deste artigo.

A organização em rede como forma operacional da economia ilegal, mais especificamente do complexo coca-cocaína, pode ser atribuída a três fatores. O primeiro é a integração horizontal da cadeia produtiva, na qual as zonas produtoras de coca situam-se em áreas geográficas específicas da Colômbia, do Peru e da Bolívia, distantes do mercado global, o que exige uma articulação das operações em diversas escalas e em espaços geograficamente diferenciados, de acordo com cada etapa: cultivo da coca, fases de beneficiamento semi-industrial (pasta base, pasta de cocaína, cocaína), circulação, estocagem, distribuição por atacado do produto aos mercados (onde outros sistemas de distribuição e manipulação do produto dominam), além da reciclagem dos lucros.

O segundo fator é o *imperativo de flexibilidade* das rotas e corredores de trânsito. Estes são

utilizados, abandonados, reutilizados, devido a mudanças nas estratégias de repressão, à existência ou não de certas garantias no terreno ou à própria forma de controle da rede comercial. Desde meados da década de 1970, quando se inicia o *boom cocaleiro*, os corredores preferenciais de trânsito para os mercados internacionais foram alterados diversas vezes. Em direção aos Estados Unidos, por exemplo, a via do Caribe foi sucedida pela via do Pacífico e, mais recentemente, de volta à via caribenha. Cada corredor engloba diversas rotas de acesso (terrestre, aérea, fluvial) aos mercados regionais, nacionais e internacionais. Portanto, no que se refere às redes ilegais, é precisamente na esfera da circulação de onde emerge a *unidade funcional* da Bacia Amazônica. Pontos de entrada na zona de fronteira da Amazônia brasileira ilustram essa flexibilidade de corredores e rotas de exportação/importação de pasta base de cocaína e de cocaína (HCL), que podem coincidir ou não com as cidades-gêmeas, localizadas no limite internacional (Figura 2).

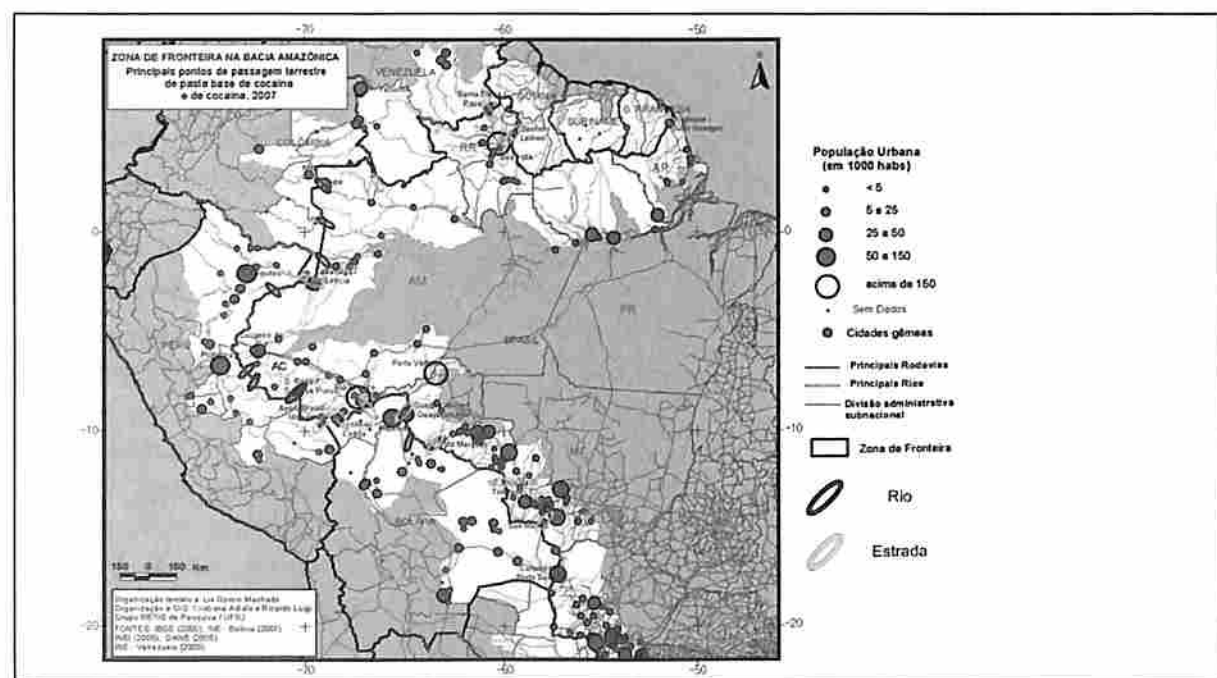


Figura 2 – Zona de fronteira na Bacia Amazônica

A “divisão de trabalho” inicial (década de 1980) — que se estabeleceu entre, de um lado, as bacias fluviais do Alto Amazonas no Peru e os altos vales dos formadores do rio Madeira na Bolívia (produção de coca e pasta base) e, de outro, a zona do *piedmont* andino da Colômbia (laboratórios de cocaína) — foi desestruturada pela repressão ao tráfico andino na década de 1990. Três tendências emergiram: primeiro, a formação de uma cadeia produtiva em cada país produtor, ou seja, o Peru e a Bolívia processam hoje coca em cocaína, enquanto a Colômbia expandiu sua área de produção para os departamentos amazônicos e, mais recentemente, para fora da Bacia Amazônica; segundo, laboratórios ou “cozinhas” se deslocam da zona produtora para as grandes cidades de cada país (caso de El Alto em La Paz na Bolívia); terceiro, o aumento da exportação de *pasta base de cocaína* para países como Brasil, Argentina, Uruguai, Venezuela e Suriname, o que significa a dispersão geográfica da produção de cocaína e de outros derivados, assim como da rede de abastecimento de precursores químicos na América do Sul (Transnational Institute, 2006) (Figura 3).

A partir das zonas produtoras, os corredores de exportação se estendem em várias direções, inclusive a do rio Amazonas e seus afluentes em território brasileiro. A eventual associação entre aqueles que exploram o tráfico internacional de droga e os circuitos do contrabando (mercadorias, armas) é, em grande parte, condicionada pelo uso compartilhado de corredores de exportação/importação e de redes de apoio no âmbito internacional, o que diminui os custos com segurança, reduz o risco de apreensão e possibilita o florescimento de diversos mecanismos de lavagem dos lucros.

O terceiro fator deriva do anterior. Parafraseando Giovanni Arrighi (1995:83), a rede de intermediação financeira e comercial controlada pelas firmas e proto-organizações ilegais *ocupa* os lugares,

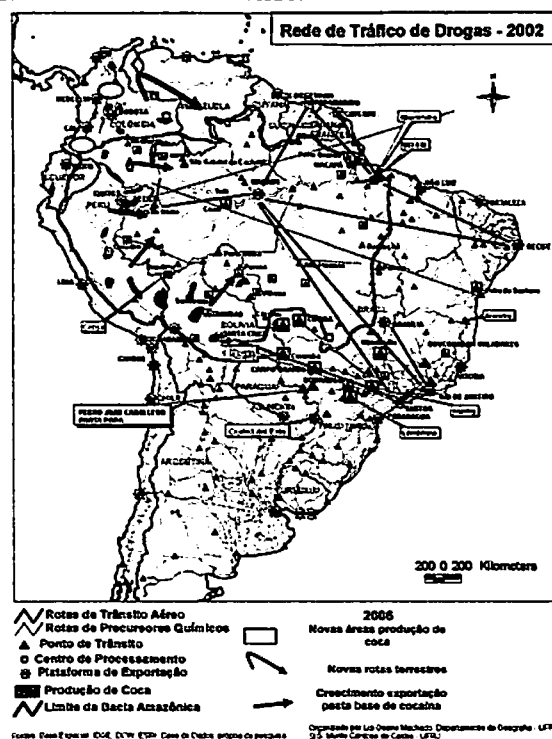


Figura 3 – Rede de tráfico de drogas (2002)

mas não é *definida* pelos lugares que ocupa. Cada lugar é tão importante quanto qualquer outro para a organização do espaço-de-fluxos através do qual a dispersa comunidade ilegal controla o sistema, mas nenhum lugar define, por si só, o sistema organizacional do tráfico de drogas e do contrabando.

A insistência em associar o *nome de um lugar* — seja este lugar um país, a Colômbia, ou uma região, a Amazônia sul-americana, ou até uma cidade — à existência de toda uma rede transnacional com múltiplas ramificações em lugares espalhados pelo globo não resiste a qualquer análise, ao se considerar a natureza global das operações que caracterizam a economia da droga e a economia ilegal de modo geral. Isso já foi confirmado em diversas ocasiões; por exemplo, quando as investigações da CPI do Narcotráfico (1999-2000) da Câmara dos Deputados no Brasil mostraram o papel destacado

da cidade de Campinas no estado de São Paulo como importante nóculo da rede internacional de negócios ilegais; ou no Peru, quando a prisão de um grande traficante internacional de cocaína revelou uma extensa rede de conexões e subsidiárias na Holanda, Espanha, Estados Unidos e China (Diário La República, 2006).

Um segundo aspecto das redes ilegais é a distinção ente os circuitos superiores e inferiores de inserção no tráfico de drogas (e atividades correlatas, como o contrabando de armas e outras mercadorias), à semelhança dos dois circuitos da economia urbana propostos por Milton Santos (1979). Embora entrelaçados, a inserção e amplitude geográfica de ação de cada circuito são diferentes.

O circuito superior engloba os níveis decisórios das organizações e proto-organizações que criam, operam e administram negócios ilegais voltados para o mercado *internacional*. A inserção regional se faz por intermédio de ações de *coordenação* das operações em diversos níveis escalares, mobilizando elementos políticos, financeiros e logísticos, além de sócios e conselheiros financeiros e legais especializados em mais de um país. De forma indireta, o circuito está presente nas zonas de produção através de representantes (indivíduos e/ou firmas) de capitais comerciais, industriais e financeiros externos à região produtora, prontos a financiar produtores rurais e laboratórios de processamento.

Já os circuitos inferiores de tráfico congregam indivíduos vinculados às zonas de produção de coca e ao funcionamento da rede de circulação do produto no terreno. Comparativamente, seu modo de inserção pode ser mais casual e periódico, e a amplitude geográfica, mais localizada (Castelli, 1998). Nas zonas de produção, na órbita produtiva da denominada “economia camponesa”, as atividades de semeadura e colheita exigem a contratação de mão de obra assalariada pelas unidades produtoras (os *peones*). De forma similar, as atividades de beneficiamento (pisa-coca, produção

da pasta de coca e de cocaína etc.) mobilizam uma massa de gente oriunda de setores rurais e urbanos marginais, que não pertencem à categoria dos produtores diretos de coca. Por esse motivo, acrescido do fato de que os produtores rurais dependem de financiamento externo, é que autores como Toranzo Roca argumentam que é falsa a interpretação da produção de coca como sinônimo de economia camponesa paradigmática ou como um tipo de produção mercantil simples. Trata-se de uma produção completamente subordinada a processos de acumulação capitalista (1991:95 e *passim*) e um dos componentes de uma cadeia produtiva transnacional.

Na esfera da circulação, como observado por Roberto Laserna (1997:98), os indivíduos envolvidos não são necessariamente criminosos especializados: vinculam-se ao comércio ilegal para obter fundos para sua principal atividade (formal ou informal), ou para suplementarem baixos ingressos. A distinção é especialmente importante em países de trânsito, como o Brasil, onde encontramos, nessas categorias, motoristas de caminhão e táxi, pilotos, proprietários rurais, e mesmo posseiros, que podem alugar suas terras para armazenamento de drogas ou precursores químicos. Também podem ser englobados no circuito inferior de tráfico os indivíduos que transportam pequenas quantidades de droga (“mulas”), roubam veículos para trocar por droga, circulam mensagens etc.

Vínculos com atividades de tráfico podem ser ainda indiretos, configurando uma “zona Cinza” entre os circuitos inferiores e superiores. É o caso do “mercado financeiro de droga”, que ocorre em cidades da região. Numa clonagem dos legítimos, tais mercados operam com altos riscos e grandes lucros, vendendo participações em cada carregamento de cocaína, com o preço da quota dependendo da qualidade do produto. Com frequência os “acionistas” e “tomadores de risco” são trabalhadores informais de baixa renda buscando melhor retorno do seu

dinheiro. Cada parada na rota para os mercados internacionais pode trazer lucros entre 100% e 500% para o grupo de pequenos investidores, sem pagamento de impostos. Não é necessário contato com traficantes, apenas com os “representantes” deles.

O ilegal e o legal

O terceiro aspecto é o investimento de lucros obtidos nas atividades ilegais em atividades legais. No caso do complexo coca-cocaína, diversas fontes concordam que a maior parte dos lucros é realizada nos países consumidores e investida fora dos países produtores (UNODC, INCRS, INTERPOL). De modo geral, os investimentos legais das redes de tráfico internacional são de três tipos. O primeiro tipo é caracterizado por negócios de “duplo propósito”, legal e ilegal (laboratórios farmacêuticos, farmácias, agronegócios, companhias de aviação, companhias de ônibus interestadual, empresas de transporte fluvial e terrestre, casas de câmbio etc.). Um segundo tipo de investimento é em ações sociais que confirmam prestígio e influência nos níveis local (campos de futebol, antenas parabólicas, zoológicos comunitários, postos de saúde, escolas, pequenas infraestruturas portuárias etc.) e regional/nacional (estações locais de TV, abertura e manutenção de estradas, clubes de futebol etc.). Finalmente, um outro tipo de investimento engloba as atividades que transformam os grandes traficantes em homens de negócio comuns. Embora o perfil varie de região para região, há preferência por negócios em hotelaria e turismo, imobiliárias, shoppings, firmas de construção, clubes, revendedoras de automóveis, firmas de investimento e *factoring* etc.

Embora o quadro esboçado acima seja útil, na medida em que classifica e estrutura as atividades potencialmente interessantes para as grandes redes de tráfico segundo escalas geográficas e com viés nitidamente urbano, ele está longe de dar conta da

complexidade das decisões e escolhas estratégicas dos investimentos financiados com os lucros do tráfico e de suas interações com as estruturas formais (legais). Essa complexidade é mais notável nos dois extremos da hierarquia escalar. Nos níveis mais altos da hierarquia (macroespaços) sabe-se muito pouco sobre as interestruturas que estabelecem os limites, as aderências, as conexões ou mesmo as regulações entre as estruturas legais e ilegais, e que escapam de cômodos rótulos como *corrupção*. Por outro lado, nos níveis mais baixos da hierarquia escalar (microespaços) há uma irregularidade quase aleatória das formas de investimentos, suportes políticos, infraestruturais e sociais funcionalmente apoiados, incentivados ou aproveitados pelos operadores das grandes redes de tráfico de ilícitos.

Nos níveis mais altos da hierarquia escalar, ou seja, do circuito superior de tráfico de ilícitos, avançou-se no conhecimento, por exemplo, das interações entre, de um lado, as redes bancárias, os governos e movimentos de insurgência e, de outro, o grande tráfico de drogas e armas. No segundo caso, a variedade das interações e as microrredes que elas engendram (apoio à campanha de políticos, empréstimos com juros baixos, controle das instituições locais, financiamento à pequena produção agrícola, serviços ou comércio etc.) são mais difíceis de detectar. Por último, e talvez seja este o aspecto mais interessante, os indivíduos, instituições ou grupos associados de alguma maneira ao funcionamento das redes ilegais não são elementos passivos, simples vítimas dos ‘maus’ elementos. O simples montante do dinheiro circulante livre de impostos impede qualquer simplificação nesse sentido.

Uma questão fundamental subjacente a toda pesquisa sobre atividades ilegais é a extensão em que a economia paralela ilegal pode patrocinar o crescimento econômico *regional*. A esse respeito, a discussão feita por Gianluca Fiorentini e Sam

Peltzman (1995) sobre abordagens econômicas ao estudo de organizações criminosas é interessante, especialmente a idéia de que a definição de direitos de propriedade pode ser essencial para explicar não só a origem do crime organizado, mas também o investimento de lucros ilegais em atividades legais. Direitos de propriedade ineficientes sobre os recursos encorajariam investimentos em atividades rentistas, enquanto definições estáveis de propriedade favoreceriam investimentos em atividades produtivas (p.9). Nesse sentido, as organizações criminosas teriam preferência em alocar seus investimentos em regiões onde existem problemas na definição dos direitos de propriedade (p.25). De fato, na Colômbia, onde pesquisadores têm compilado uma massa de dados sobre investimentos de lucros ilegais em atividades legais, a preferência das organizações criminosas tende para atividades rentistas, como o setor imobiliário urbano e grandes propriedades rurais (Reyes, 1997; Vargas, 1994).

Instabilidade dos direitos de propriedade é um elemento constitutivo das fronteiras agrícolas amazônicas, onde conflitos sobre propriedade da terra e recursos minerais têm sido considerados por muitos autores como a norma do processo de povoamento (Martins, 1980; Oliveira, 1987). A presença dessa condição, no entanto, não autoriza afirmar que ela é determinante.

No estado de Rondônia, importante área de trânsito para o tráfico de pasta de coca e de cocaína procedente da Bolívia desde a década de 1970, uma pesquisa sobre o desenvolvimento urbano do centro-sul do estado mostrou investimentos na indústria associados a um adensamento urbano importante entre 1980 e 1995, contrabalançando os fracassos no desenvolvimento rural e a forte dependência do governo do estado em relação aos recursos federais (Castro, 1999). Nesse caso, uma conjunção de circunstâncias fundamentadas na posição geográfica e nas características do processo

imigratório — heterogeneidade etnocultural, mentalidade empresarial e potencial para estabelecer redes de intercambio de negócios e de alianças políticas de cunho nacional e internacional — permitiu a emergência de um ambiente favorável a investimentos produtivos.

Discorda-se também da tese de Fiorentini e Peltzman, quando concebem a racionalidade por trás da tomada de decisão daqueles que administram a economia ilegal como fundamentada exclusivamente nas características do *espaço-de-lugares*. Argumenta-se aqui no sentido contrário, ou seja, a racionalidade dominante na tomada de decisão de onde colocar o investimento em atividades legais, seja do ponto de vista setorial ou territorial, emerge primordialmente da avaliação dos lugares em termos do *espaço-dos-fluxos* em todas as escalas geográficas.

Pesquisas sobre lavagem e uso do sistema de transmissão eletrônica para remessas de dinheiro de agências bancárias na região amazônica mostram que os fluxos de dinheiro/capital tendem a seguir os padrões de comportamento da economia legal. No caso da transmissão eletrônica, o estado de São Paulo é o principal destino (e também é uma das principais plataformas de envio de cocaína para o exterior), de onde os fluxos podem ser redirecionados para o exterior através da rede de telecomunicação (Machado, 1998).

É claro que a própria característica das redes eletrônicas de possibilitar remessas multidirecionadas significa que os gestores de dinheiro e capital vinculados à economia ilegal podem aplicar em ou financiar as atividades produtivas/rentistas em qualquer lugar. A mesma tendência domina a macroeconomia ilegal em escala global (Quirk, 1996; Tanzi, 1996; Machado, 1996). Um estudo da Associação Nacional de Instituições Financeiras da Colômbia (ANIF) calculou em US\$46 bilhões em 1999 o comércio mundial de cocaína, heroína e maconha produzidas na Co-

lômbia, dos quais menos de 10% são repatriados para o país a cada ano (aproximadamente US\$3,5 bilhões em 1999) (Bagley, 2001).

Outro aspecto da relação entre redes ilegais e atividade legal, bastante subestimado devido à carência de pesquisa sistemática, são os negócios legítimos que a economia ilícita pode atrair nos lugares onde tem papel importante na economia local/regional. Embora não conclusivas, pesquisas de campo realizadas no oeste da Amazônia e na zona de fronteira internacional do Brasil indicaram que, não só bancos, mas companhias aéreas, de transporte e comunicação, comércio importador-exportador, comércio de combustíveis, unidades de beneficiamento de calcário e indústrias químicas são setores da economia legal atraídos pela demanda criada nos principais nódulos da rede de trânsito de droga, em geral coincidentes com as cidades.

Os bancos, no entanto, ilustram melhor do que os outros setores o potencial de atração das redes de tráfico e lavagem de dinheiro sobre os negócios legítimos. Focalizando os estados do Amazonas, Acre e Rondônia, fronteiriços a Colômbia, Peru e Bolívia, no período 1981-1985, o número total de agências bancárias aumentou em 76%, comparado à média nacional de 26,5%. Este período corresponde ao início da retração dos investimentos públicos e privados na região amazônica brasileira, porém, a um dos picos da exportação de cocaína dos países andinos para o exterior. Decompondo o total por cada estado, no estado do Amazonas o número de agências cresceu em 38%; no Acre, em 82%, e em Rondônia, em 173,5%.

Seria razoável supor, à primeira vista, que o crescimento do número de agências poderia estar relacionado, principalmente no caso dos dois últimos estados, aos fluxos imigratórios para a fronteira agrícola no mesmo período. No entanto, desmembrando ainda mais os dados, vemos que nos três estados o crescimento maior no número

de agências bancárias deu-se em cidades com menos de 25.000 habitantes, caracterizadas por um pequeno número de funções urbanas, grande número de trabalhadores informais e um *hinterland* economicamente fraco. Neste grupo de cidades, o número de agências bancárias cresceu 58% no Amazonas; 107% no Acre; e 209% em Rondônia. Esses dados indicam que os bancos brasileiros não estavam alheios ao fluxo transfronteiriço de dinheiro oriundo da economia ilegal, e que a expansão geográfica de suas agências nesses estados amazônicos teve pouco a ver com as economias urbanas e regionais e muito mais com a lavagem de dinheiro dos operadores das redes de tráfico de ilícitos.

Não se pode concluir daí que os lugares são neutros. As características dos lugares são cuidadosamente avaliadas pelas organizações e proto-organizações que operam na ilegalidade (e na legalidade), gerando interações entre o espaço-dos-fluxos (redes) e o espaço-dos-lugares (território).

Em síntese

Eventos na Bacia Amazônica sul-americana estão-se aproximando hoje de um novo limiar. No Oeste (países andinos), ante conflitos entre grupos paramilitares, movimentos guerrilheiros, plantadores de coca, traficantes de droga, contrabandistas de armas, o aparato militar-policial dos governos nacionais mantém um nível alto de tensão, que reduz qualquer pretensão à estabilidade. No Leste (Brasil), organizações não governamentais nacionais e estrangeiras ligadas a movimentos ecológicos, movimentos indígenas, movimentos dos sem-terra, redes ilegais e outros, desafiam os governos local e nacional com ações e demandas com frequência divergentes e conflitantes. Figurativamente, podemos descrever esses conflitos como uma série de batalhas entre o espaço-dos-lugares dos estados

territoriais e o espaço-de-fluxos das organizações em rede. As interações entre ambos sugerem que não existe uma só solução para esses conflitos.

“Fechar” as fronteiras não é a única nem mesmo a melhor estratégia de defesa dos estados que compõem a Bacia. ☹

Referências

- ARRIGHI, G. 1995. *O longo século XX*. São Paulo: Ed.UNESP [1994].
- BAGLEY, B. 2001. *Drug Trafficking, Political Violence and U.S.Policy in Colombia in the 1990s*. Documento avulso.
- CASTELLI, B. 1998. *Les impacts urbains du recyclage de l'argent de la drogue dans la région des Andes : un état des lieux*. Trabalho apresentado na Segunda Conferencia Internacional do Projeto MOST/Drogues de l'UNESCO, réalisée à Rio de Janeiro
- CASTRO, B.C. 1999. *Adensamentos Urbanos em Rondônia*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, PPGG/UFRJ.
- CHIARELLA, R. 2001. *Integração Regional para o desenvolvimento sustentável da Amazônia sul-americana*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, PPGG/UFRJ.
- CORTEZ, R. 1993. *Coca y cocaleros en Bolivia*. Em H. Tovar P. (org.) *La coca y las economías de exportación en América Latina*. Albolote: Ariel.
- FEARNSIDE, P.M. 2005. *Deforestation in Brazilian Amazonia: History, Rates and Consequences*. *Conservation Biology* 19 (3) Special section on Brazil: 587-985
- FIORENTINI, G., PELTZMAN, S. (eds.) 1995. *The Economics of Organised Crime*. Cambridge: Cambridge University Press.
- DIARIO LA REPUBLICA. 2006. *“El Holandés” industrializó la producción de cocaína en Perú*. 14 de agosto de 2006. Disponível em [Drugs & Democracy \[drugs@tni.org\]](mailto:Drugs & Democracy [drugs@tni.org])
- GEFFRAY, C. 1995. *“Rapport d'Activité CNRS- Enquête Mato Grosso”*. Documento não publicado.
- LASERNA, R. 1997. *La economía de la coca en Bolivia: cinco preguntas y una duda*. Em M. Hopenhayn, (org.). *La Grieta de las Drogas. Desintegración social y políticas públicas en América Latina*. Santiago de Chile: CEPAL
- MACHADO, L.O. 1992. *A fronteira agrícola na Amazônia Brasileira*, *Revista Brasileira de Geografia* 54(2): 27-54.
- MACHADO, L.O. 1996. *O comércio ilícito de drogas e a geografia da integração financeira. Uma simbiose?* Em I. Castro et al. (org.). *Brasil. Questões atuais sobre a Reorganização do Território*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- MACHADO, L.O. 1997. *Movimento de dinheiro e tráfico de drogas na Amazônia*. Em M.Melo Ribeiro, S.Seibel (org.). *Drogas. Hegemonia do Cinismo*. São Paulo: Memorial, p. 217-242.
- MACHADO, L.O. 1998. *Les mouvements d'argent et le trafic de drogue en Amazonie brésilienne*. Autrepart. *Cahiers des Sciences Humaines* N.S.8: 141-158
- MACHADO, L.O. 1999. *Urbanização e mercado de trabalho na Amazônia Brasileira*. *Cadernos IPPUR* 13 (1): 109-138
- MACHADO, L.O. 2001. *The Eastern Amazon basin and the coca-cocaine complex*, *International Social Science Journal* 169: 387-395
- MACHADO, L.O. 2003. *Região, cidades e redes ilegais. Geografias alternativas na Amazônia sul-americana*. Em M.F.Gonçalves et.al. (org.). *Regiões e cidades, cidades nas regiões*. São Paulo: Ed.UNESP, p. 695-707
- MARTINS, J.S. 1980. *Expropriação e Violência. A questão política no campo*. São Paulo: Hucitec

- OLIVEIRA, A. 1987. *Amazônia. Monopólio, Expropriação e Conflitos*. São Paulo: Papirus
- QUIRK, P. 1996. *Macroeconomic Implications of Money Laundering*. IMF/WP 66
- RANGEL, A. (comp.). 2005. *Narcotráfico en Colombia. Economía y Violencia*. Bogotá: Fundación Seguridad y Democracia.
- REYES POSADA, A. 1997. *Compra de tierras por narcotraficantes*. Em F.Thoumi et al. *Drogas ilícitas em Colombia. Su impacto económico, político y social*. Bogotá: Ariel, PNUD, p.279-341.
- RUGGIE, J. 1993. *Territoriality and Beyond: Problematizing Modernity in International Relations*. International Organization 47 (1): 139-174
- TANZI, V. 1996. *Money Laundering and the International Financial System* IMF WP 55
- THOUMI, F. et al. 1997. *Drogas ilícitas en Colombia. Su impacto económico, político y social*. Bogotá: Ariel, PNUD
- THOUMI, F. 2002. *El Imperio de la Droga. Narcotráfico, economía y sociedad en Los Andes*. Bogotá: Ed. Planeta
- TORANZO ROCA, C.F. 1991. *Economía informal, economía ilícita: el rol del narcotráfico*. Em H.C. Felipe Mansilla, C.Toranzo Roca, *Economía Informal y Narcotráfico, La Paz?* ILDIS.
- TRANSNATIONAL INSTITUTE. 2006. *Paco under scrutiny: the cocaine base paste market in Argentina, Uruguay and Brazil*. Drugs and Conflict. Debate Papers n. 14. Disponível em www.tni.org/drugs
- SANTOS, M. 1979. *O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana em países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves editores.
- UNODC. 2006. *Colombia Coca Cultivation Survey. Illicit Crop Monitoring in 2005*.
- VARGAS, R. (org.) 1994. *Drogas, Poder y Región en Colombia*. Bogotá: CINEP, volumen 1 e 2.
- VARGAS, R., BARRAGÁN, J. 1996. *Drugs-linked crops and rural development in Colombia*, Narcotics and Development Discussion Papers 10:1-24
- WALLERSTEIN, I. 1991. *The Inventions of TimeSpace Realities: Towards an Understanding of our Historical Systems*. Em I.Wallerstein. *Unthinking Social Science: The Limits of Nineteenth-Century Paradigms*. Cambridge: Polity Press, 135-148.



Editorial 2011

Coleção General Benício

OS BATALHÕES DE INFANTARIA DE LINHA NA GUERRA DO PARAGUAI

Paulo Ricardo de Rocha Paiva

Obra que se apresenta como uma referência para os pesquisadores e estudiosos da História Militar, particularmente no que se refere à Guerra da Tríplice Aliança e às origens da Arma de Infantaria no Exército Brasileiro.

Edição comemorativa do bicentenário de criação da Academia Militar das Agulhas Negras.

A guerra no século XXI ou a terceirização da guerra*

Natália Aruguete e Walter Isaia, de "Página 12"

Em entrevista ao jornal argentino Página 12, Dario Azzellini, pesquisador italiano das novas guerras, defende que "a guerra não é mais para instalar outro modelo econômico; ela é o modelo". "O sentido da guerra mudou. Tradicionalmente era para trocar as elites e o controle das economias, ou introduzir outro modelo de domínio econômico ou político. Agora, em muitos casos, as guerras são permanentes. Não se faz a guerra para implementar outro modelo econômico, mas a guerra mesmo é o mecanismo de lucros", afirma o historiador. A ideia do conflito permanente cria condições para o surgimento de um modelo econômico que seria impossível de instalar em condições de paz. Ao mesmo tempo, é cada vez mais importante a intervenção de companhias militares privadas (CMPs) em todo o mundo, do Iraque até a Colômbia.

Página 12 — *Que significa a denominação de novas guerras que o senhor usa no livro "O Negócio da guerra"?*

Azzellini: No debate acadêmico e — em parte — o político, a expressão novas guerras foi introduzida para denominar o fato de que mais e mais guerras não se dão entre países, mas no interior dos países ou, pelo menos, entre um exército regular e um irregular. A expressão, porém poderia ser ampliada porque, com as modificações de estratégias de sua condução, vemos que até os países com exércitos regulares estão transferindo a violência para empresas privadas ou estruturas paramilitares: atores que não são os tradicionais nas guerras comuns.

Página 12 — *Acabaram as guerras entre estados?*

Azzellini: Não é que tenham acabado. Pelo contrário, na última década também houve um aumento das guerras entre países, mas se apresentaram de outra maneira. Os ataques ao Afeganistão ou Iraque foram guerras entre países, mas a porcentagem das guerras irregulares em comparação com as regulares está aumentando

Página 12 — *Isso obedece à lógica neoliberal?*

Azzellini: Dizemos que obedece a certas lógicas do neoliberalismo no sentido de aumentar lucros. O sentido da guerra mudou. Tradicionalmente, era para trocar as elites e o controle das economias, ou introduzir outro modelo de domínio

* Tradução de entrevista concedida a Natália Aruguete e Walter Isaia, de *PÁGINA 12*, da Argentina, por Dario Azzellini, pesquisador e historiador italiano. Fonte: ARUGUETE, N.; ISAIA, W. A Guerra no Século XXI ou a terceirização da guerra. Carta Maior, out. 2009. Disponível em <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=16184>. Acesso em: 23 mar. 2010. Texto original disponível em <www.azzellini.net/node/2219>. Acesso em 17 abr. 2010.

econômico ou político. Agora, em muitos casos as guerras são permanentes. Não se faz a guerra para implementar outro modelo econômico, mas a guerra mesmo é o mecanismo de lucros.

Página 12 — Por exemplo?

Azzelini: Por exemplo, Colômbia. Muito dos lucros nesse país são porque — praticamente — é um país em guerra. Durante os últimos 20 anos, a passagem da pequena e média agricultura para a agroindústria se fez com uma guerra. Se não fosse assim, não teria sido possível expropriar as terras de milhões de camponeses e fazer uma reforma agrária ao contrário, na qual os latifundiários e paramilitares se apropriaram de seis milhões de hectares de terra.

Página 12 — Neste cenário, como fica o lugar do estado?

Azzelini: Em todo o discurso liberal se diz que o estado está supostamente perdendo o controle desses atores armados. Fundamentalmente, no caso da Colômbia. Creio que os estados não perdem o controle e, se o perdem, é em pequenos pontos. Simplesmente, estão terceirizando as funções repressivas ou de guerra, criando mais confusão. Os grupos paramilitares colombianos foram criados pelas dificuldades do Estado em conseguir financiamento internacional nos anos 80, pela responsabilidade do exército ou da polícia em delitos contra os direitos humanos. Logo se montou o *show* da suposta desmobilização dos paramilitares, mas, já no final dos 90, era de conhecimento público que o paramilitarismo estava coordenado, fomentado e controlado pelo exército e as autoridades colombianas.

Em 2000, a Human Right Watch publicou uma análise da Colômbia, cujo título era *Paramilitarismo, a sexta divisão do exército colombiano*

(o exército colombiano tinha cinco divisões). Nesse informe, esclarecem que o paramilitarismo é parte integral da situação do exército colombiano e que o processo de desarmamento é uma farsa. Os supostos paramilitares desmobilizados aparecem em outras zonas da Colômbia, onde ainda se necessita do paramilitarismo como estratégia ou como supostos grupos rearmados

Página 12 — Como e quando nascem as companhias militares privadas (CMPs)?

Azzelini: As primeiras nascem imediatamente depois da Segunda Guerra Mundial, porque o exército dos Estados Unidos tinha grande capacidade de transporte, que já não necessitava manter, e começou a privatizar parte do transporte. Porém, o verdadeiro *boom* dessas empresas começou em fins dos anos 80 e foi reforçado de forma maciça nos 90. Na primeira guerra dos Estados Unidos contra o Iraque, a relação entre os empregados das CMPs e os soldados era de 1 para 100. No Afeganistão, de 1 para 50/40. Agora, no Iraque, há 180 mil empregados das CMPs, segundo dados do próprio exército norte-americano. Quantidade maior do que a dos soldados do exército.

Página 12 — Que atividades exercem estas companhias?

Azzelini: Todas as que alguém possa imaginar. O emprego de armas sofisticadas (como aviões não tripulados, radares ou mísseis de navios estadunidenses) na primeira onda de ataques ao Iraque foi realizado por especialistas de empresas privadas. Além disso, distribuem a correspondência, cozinham ou lavam a roupa dos soldados, montam os acampamentos militares, as prisões. No caso da prisão de Abu Ghraib, houve julgamentos e investigações contra menos de 10 soldados dos

das forças rebeldes iraquianas quando a cidade de Falluja esteve tomada pela resistência. As forças da empresa Blackwater se infiltraram para fazer atentados e pôr bombas.

Página 12 — *Os empregados das CMPs são os contratistas que a cadeia CNN menciona, por exemplo?*

Azzellini: Sim. São os empregados destas empresas. O exército contrata as empresas, e as empresas, a estas pessoas. Porém, não apenas o exército. No Iraque, todas as embaixadas e empresas contratam CMPs para custódia e segurança. Na Colômbia, a colombiana Ecopetrol, que explora campos petrolíferos junto com a OXI dos Estados Unidos, contrata a CMP AirScan, da Flórida, para fazer sobrevoos e obter informações de tropas insurgentes que estejam perto dos campos e do oleoduto, desde Caño Limon até o porto onde se exporta petróleo para os Estados Unidos. Em 1998, a vila de Santo Domingo foi bombardeada por helicópteros do exército colombiano, que causaram quase 20 mortos. Fez-se uma investigação, julgaram os pilotos do exército colombiano, que disseram que bombardearam, mas somente seguindo ordens. A AirScan passou informação ao exército de que nessa vila havia uma coluna guerrilheira, por isso a bombardearam.

Página 12 — *Então cuidam dos negócios das empresas e brindam serviços ao exército.*

Azzellini: É parte do trabalho. No caso do campo petrolífero de Cano Limon, é uma cooperação bem organizada e partilhada. A empresa de segurança é paga pelas empresas e apoiada pelo exército colombiano e pelos Estados Unidos com tecnologia. É um conjunto de empresas públicas e privadas, exércitos, CMPs e polícias, que formam uma rede que garante a saída do petróleo da Colômbia para os Estados Unidos.

Página 12 — *Nessa trama, as CMPs têm relação direta com os estados e os exércitos?*

Azzellini: A operacionalização é a seguinte: os Estados Unidos fazem o Plano Colômbia, e grande parte do dinheiro nunca chega à Colômbia, só atravessa a rua do Pentágono, já que em frente estão as sedes de muitas das empresas militares privadas que vão trabalhar na Colômbia. Há que destacar que, enquanto nas guerras clássicas, os soldados tinham o interesse de terminar a guerra, estas empresas não, porque só ganham se há conflito. Provavelmente, não agem com o espírito de terminar com esses conflitos porque perderiam seu ganha-pão.

Página 12 — *Há vínculos comprovados com o narcotráfico na Colômbia?*

Azzellini: Houve casos de vários empregados de empresas que estiveram implicados em casos de narcotráfico. É muito difícil averiguar, mas se pode supor que haja alguns contatos entre algumas empresas e o narcotráfico.

Página 12 — *Dentro das tarefas das CMPs na Colômbia, inclui-se agir contra dirigentes sindicais?*

Azzellini: Sim. A British Petróleo contratou uma empresa que fazia trabalhos de inteligência com movimentos sociais e indígenas que estavam na zona. Os paramilitares assassinaram líderes sociais e sabe-se que as CMPs passavam informação ao exército. Os militares dizem que não os mataram, que foram os paramilitares, mas a ligação fica clara.

Página 12 — *Como atuam estas companhias no México?*

Azzellini: Há alguns mercenários israelenses que apoiaram o treinamento para a

formação de grupos paramilitares em Chiapas. Mas é pouco claro. A construção do paramilitarismo no México é diferente da construção do colombiano. Na Colômbia, organizaram-se tropas irregulares, que se apropriaram das terras, casas etc. No México, criaram-se comunidades paramilitares. Elas são infiltradas, preparadas e se tornam comunidades paramilitares.

Página 12 — Como se vincula a ação destas companhias com a violência sexual na Guatemala?

Azzelini: O caso da Guatemala é anterior ao das construções paramilitares, como as auto-defesas civis, pagas para apoiar o exército em seu trabalho genocida. A violência sexual se encaixa porque é parte integral da guerra desde sempre. Assassinaavam os homens e violavam e ficavam com as mulheres. Isso rompe o tecido social de toda a comunidade.

Página 12 — Estas estruturas paramilitares, com as CMPs e os estados, formam modos de controle social e paraestatalidades?

Azzelini: Sim, paraestatalidades porque têm território ou representam o estado. Salvador Mancuso — ex-chefe paramilitar colombiano que foi extraditado em 15 de maio de 2009 para ser julgado nos Estados Unidos — disse em uma entrevista à RCN que controlavam congressistas e que, para chegar ao cargo, tinham que concordar com eles, caso contrário, não recebiam votos. A Colômbia é claramente um “narcoestado” paramilitar. Não controlam zonas, senão as que estejam no Estado. Isso também explica as ligações com as empresas privadas. No norte da Colômbia, empresas bananicultoras pagavam uma porcentagem por cacho de bananas aos paramilitares para a segurança.

Página 12 — Há empregados das CMPs reféns das FARC?

Azzelini: Há três (*), mas é um caso complicado. Um avião pequeno, emprestado pelo Pentágono a uma empresa, sobrevoava as zonas guerrilheiras para transmitir informação sobre as colunas e os chefes guerrilheiros e foi abatido. Supunha-se que os estadunidenses em mãos das FARC eram da empresa, mas logo se soube que eram da CIA e que se usava a empresa como véu.

(*) *Devem ser os três americanos libertados junto com Ingrid Betancourt.*

Página 12 — Existe alguma estratégia dos Estados Unidos para a América Latina na qual participem as CMPs em médio ou longo prazo?

Azzelini: Há dois elementos. Um é a grande base de dados de ex-militares formados, que participaram de ditaduras e foram adaptados às novas formas de atuação do exército dos Estados Unidos para trabalhar no Iraque. Há milhares de empregados latino-americanos trabalhando para as CMPs: ex-militares da Argentina, Chile, Honduras, El Salvador e polícias especiais do Brasil e Peru. Neskowin tinha sua sede em Montevideu e recrutava ex-militares argentinos e uruguaios para a Blackwater (**) no Iraque. O segundo é a ampliação maciça do paramilitarismo em alguns países da América Latina. Na Venezuela, começa a haver contatos com grupos da oposição. Na Bolívia também, com os autonomistas de Santa Cruz. E no Equador, para formar como uma espécie de “contra” *stand by* em médio prazo. Na Venezuela, pode-se traduzir em uma combinação entre as estruturas paramilitares e o pessoal contratado que monte algo similar à “contra”, como foi na Nicarágua.



Biblioteca do Exército

Cada vez mais a serviço dos ideais,
dos valores e das necessidades da
cultura militar brasileira.

www.bibliex.com.br

